



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LIDIANE VERÔNICA COLLARES DA SILVA

**DIÁLOGOS ENTRE AS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS – IAA's E A
PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA:** possibilidades clínicas de intervenção em
Psicologia

São Luís

2019

LIDIANE VERÔNICA COLLARES DA SILVA

**DIÁLOGOS ENTRE AS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS – IAA’s E A
PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA:** possibilidades clínicas de intervenção em
Psicologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Jean Marlos Pinheiro Borba.

São Luís

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SILVA, Lidianne Verônica Collares da.
DIÁLOGOS ENTRE AS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS
IAAs E A PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA : possibilidades
clínicas de intervenção em Psicologia / Lidianne Verônica
Collares da SILVA. - 2019.
145 f.

Orientador(a): Jean Marlos Pinheiro BORBA.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís, 2019.

1. Fenomenologia. 2. Intervenções Assistidas por
Animais. 3. Psicopatologia. I. BORBA, Jean Marlos
Pinheiro. II. Título.

LIDIANE VERÔNICA COLLARES DA SILVA

**DIÁLOGOS ENTRE AS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS – IAA's E A
PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA:** possibilidades clínicas de intervenção em
Psicologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Aprovada em: 09/04/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Marlos Pinheiro Borba (Orientador)

Doutorado em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Almir Ferreira da Silva Júnior

Doutorado em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. André Vinícius Dias Senra

Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Julia Maciel Soares-Vasques (Suplente)

Doutorado em Psicologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

São Luís
2019

A meus pais e meus irmãos que são o meu
maior suporte em todos os momentos

AGRADECIMENTOS

A meus pais Orlando e Flor de Liz que sempre estiveram presentes em todas as situações da minha vida, oferecendo apoio e amor incondicional.

À Thayane, pela amizade, pelos risos, pelas palavras sábias. Não sei o que seria desse tempo se eu não tivesse você por perto, sempre ouvindo as minhas angústias e oferecendo sugestões, alegria, empatia. Não teria conseguido concluir esta etapa sem você.

Ao Rafael Aguiar, meu grande amigo, pela dedicação, sempre disposto a me ajudar na leitura da dissertação, pela amizade, pelo amor. Não tenho palavras para descrever a gratidão que tenho por te conhecer.

Ao meu orientador Dr. Jean Marlos, pela dedicação, amizade e empatia. Por ensinar com paixão e inspirar futuros pesquisadores.

À Carla Priscila, pela amizade e parceria desde 2012 quando éramos calouras do curso de Psicologia. Compartilhamos tantos sonhos e tantas angústias! Agora estamos concluindo mais uma etapa juntas!

A meus amigos Gilberth, Vanessa, Bruna, Felipe Fook e Ana Paula, por me fazerem sorrir, pelos segredos compartilhados e pela companhia em qualquer momento. A amizade de vocês foi um grande presente que o Mestrado me deu.

A meus amigos, que são muitos! Mas não posso deixar de citar Fabiano, Rodrigo Soares, Rayana, Graco, Neemyas, Julliana Piorski, Juliana Cutrim, Isabelle Myzman, Jocy, Vinícius, Mauro, Tony, Emersson, Daniele Nunes, Elga Mota, Keyla, Isaac, Luís Callegario, Kamila, Ariane e Daniele Fernandes. Sou muito grata a vocês pelos risos, caronas, conversas e puxões de orelha! Vocês são melhores do que eu poderia imaginar.

Aos alunos do Curso de Graduação em Psicologia da UFMA, pelo acolhimento, pelo carinho e amizade. Sinto-me muito amada por todos vocês.

Ao Professor Almir, pelas aulas maravilhosas, pela ajuda humilde, pelos cafés nas manhãs de segunda, por ser inspiração para mim.

A minha cadela Matilda Verônica e a minha gatinha Corrinha, pelo afeto incondicional, pelo amor mais sincero que já pude experimentar.

Ao meu presidente Luís Inácio Lula da Silva, que criou condições que possibilitaram o maior ingresso de pessoas de baixa renda na Universidade Pública com ensino de qualidade, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, e eu sou uma dessas pessoas.

A dignidade do homem reside no fato de ele ser indefinível.

Karl Jaspers

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo principal apresentar contribuições das Intervenções Assistidas por Animais para a compreensão dos fenômenos psicopatológicos. Influenciado pela Fenomenologia de Edmund Husserl, o psiquiatra e filósofo alemão Karl Jaspers desenvolveu uma psicopatologia que tem como principal característica a compreensão da história de vida do paciente e a sua forma de estabelecer relações com o outro e com o mundo, ao invés de somente explicar a realidade objetiva. Na segunda metade do século XX, a psiquiatra brasileira Nise da Silveira e o psiquiatra norte-americano Boris Levinson consolidaram as Intervenções Assistidas por Animais como terapêutica eficaz para o acompanhamento de pacientes com transtornos psicológicos. Nessa perspectiva, este trabalho pretende primeiramente descrever o histórico do convívio do homem com animais de estimação, em seguida apresentar os possíveis benefícios descritos nas produções científicas sobre as Intervenções Assistidas por Animais para a saúde existencial e evidenciar as contribuições da Psicopatologia Compreensiva de Karl Jaspers e da Fenomenologia de Edmund Husserl para a Psicologia Clínica. Visando o alcance dos objetivos estabelecidos, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, adotou a atitude e o método fenomenológico husserlianos, que consistiu na busca em bases eletrônicas de dados por pesquisas científicas publicadas entre os anos de 2008 e 2018, cujos idiomas originais fossem o português ou espanhol e tendo como temática as Intervenções Assistidas por Animais para a promoção de saúde existencial, em sequência foram realizadas as reduções eidética e transcendental tal como propôs Husserl. Foi observado que as IAA's proporcionam benefícios físicos, sociais e psíquicos aos pacientes com transtornos psicológicos e concluiu-se que a IAA auxilia na compreensão dos fenômenos psicopatológicos através da interação descontraída, afetiva e livre de preconceitos que o animal oferece à pessoa, permitindo que o psicólogo estabeleça melhor comunicação com o paciente e assim acesse de maneira mais efetiva o seu mundo para compreendê-lo. Além disso, o animal também exerce a função de afeto catalisador sendo um ponto de contato do paciente com a realidade, mediando assim a formação de vínculos com outras pessoas.

Palavras-chave: Psicopatologia. Intervenções Assistidas por Animais. Fenomenologia. Psicologia.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to present the contributions of Animal-Assisted Interventions for the understanding of psychopathological phenomena. Influenced by the Phenomenology of Edmund Husserl, the German psychiatrist and philosopher Karl Jaspers developed a psychopathology that has as its main characteristic the understanding of the patient's life story and his way of establishing relations with others and with the world, instead of just explaining the objective reality. In the second half of the twentieth century, Brazilian psychiatrist Nise da Silveira and US psychiatrist Boris Levinson consolidated Animal-Assisted Interventions as effective therapy for the follow-up of patients with psychological disorders. In this perspective, this work aims first to describe the history of the man-animal relationship, then to present the possible benefits described in the scientific productions on Animal-Assisted Interventions for existential health and to highlight the contributions of Karl Jaspers' Comprehensive Psychopathology and of Edmund Husserl's Phenomenology towards Clinical Psychology. Aiming at the achievement of the established objectives, the present qualitative research adopted the Husserlian phenomenological attitude and method which consisted of searching in electronic databases for scientific research published between the years 2008 and 2018, the original languages being Portuguese or Spanish and having as theme Animal-Assisted Interventions for the promotion of existential health, and in sequence the eidetic and transcendental reductions were done as proposed by Husserl. It was observed that AAI's offer physical, social and psychological benefits to patients with psychological disorders and it was concluded that AAI helps to understand the psychopathological phenomena through the relaxed, affectionate and prejudice-free interaction between the animal and the person, allowing the psychologist to establish better communication with the patient and thus more effectively access their world to understand it. In addition, the animal also exerts the function of catalytic affect being a point of contact of the patient with reality, thus mediating the formation of bonds with other people.

Keywords: Psychopathology. Animals-Assisted Interventions. Phenomenology. Psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. DO PALEOLÍTICO À CONTEMPORANEIDADE: a história do convívio dos homens com os animais	22
2.1 De companheiros dos homens das cavernas a “seres inferiores” da natureza	22
2.2 O homem como “obra-prima da criação divina”	27
2.3 Idade Moderna: o animal considerado como “ser autômato” e o aumento da domesticação	30
2.4 Século XIX: os animais como objeto de estudos científico-experimentais.....	35
2.5 O animal no mundo contemporâneo.....	36
3. A OBJETIFICAÇÃO DO ANIMAL EM NOME DA CIENTIFIZAÇÃO DA VIDA .	38
3.1 O uso de animais em experimentos científicos	38
3.2 Aspectos éticos da experimentação animal	46
3.3 Crítica de Wilhelm Dilthey e Edmund Husserl ao cientificismo natural	50
4 AS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS - IAAs	53
4.1 Breve histórico das Intervenções Assistidas por Animais.....	53
4.2 Questões técnicas referentes a Intervenção Assistida por Animais	60
4.3 Os animais coterapeutas	63
4.4 Benefícios da IAA	69
4.5 O Animal é um “recurso” terapêutico?	72
5 CONTRIBUIÇÕES DAS IAA's, DA PSICOPATOLOGIA COMPREENSIVA E DA FENOMENOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO.	77
5.1 A Psicopatologia segundo Karl Jaspers.....	77
5.2 O Método Fenomenológico em Psicopatologia	84
5.3 O animal como agente facilitador do relacionamento terapêutico e/ou psicoterapêutico	90

5.4 Afeto catalisador	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICES	1176

1 INTRODUÇÃO

O meu envolvimento acadêmico com a presente pesquisa vem da minha vivência com animais domésticos desde a infância. Meus pais sempre resgataram e cuidaram de cães e gatos abandonados. Dessa maneira, eu e meus irmãos fomos ensinados a cuidar, ter compaixão e respeitar os animais.

Então, quando ingressei no curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA tornei-me membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Intervenção Assistida por Animais – GEPSIAA's e também do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fenomenologia e Psicologia Fenomenológica – GEPFPF. Desse modo direcionei os meus estudos para a Psicologia Fenomenológica e as Intervenções Assistidas por Animais– IAA's.

Durante a graduação, participei no ano de 2015 como voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, onde foi desenvolvida a pesquisa “Terapia Assistida com Animais - TAA uma alternativa para a formação em Psicologia: um estudo fenomenológico” e em 2016, como bolsista da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão) também no PIBIC realizei a pesquisa “Humanos em estado depressivo e as Intervenções Assistidas com Animais: um estudo Fenomenológico”.

Desse modo, enquanto aluna de Graduação de Psicologia, além de participar dos referidos projetos de pesquisa, trabalhei na organização de três encontros anuais “A psicologia e as intervenções assistidas por animais” promovidos pelo GEPSIAA's. Durante os eventos apresentei trabalhos relacionados ao que eu pesquisava no PIBIC.

As pesquisas do PIBIC e a participação das atividades desenvolvidas pelo GEPSIAA's e GEPFPF serviram de influência na escolha do tema do meu trabalho de conclusão de curso em 2016 que teve como título “*A Fenomenologia e as Intervenções Assistidas por Animais como alternativa para pessoas diagnosticadas com transtornos mentais*”. Nesse trabalho, realizei uma revisão sistemática de literatura sobre as Intervenções Assistidas por Animais em pacientes com diagnóstico de transtornos psicológicos bem como apresentei as contribuições da Fenomenologia de Husserl e a Psicopatologia de Karl Jaspers como possibilidades de reflexão acerca da relação estabelecida entre animal e pessoa em adoecimento psíquico durante a intervenção.

Através do GEPSIAA's tive a oportunidade de participar de um trabalho de Atividade Assistida por Animais – AAA em um Asilo de São Luís – MA e de um trabalho de

grupo terapêutico com cuidadores de animais. A primeira atividade foi realizada em setembro de 2015 e consistiu em quatro visitas semanais nas quais levávamos cães sem raça definida – dóceis, saudáveis, em boas condições de higiene, devidamente vermifugados e vacinados – para que os idosos institucionalizados interagissem, de modo voluntário, com esses animais.

O trabalho de grupo terapêutico com cuidadores de animais foi realizado no início de 2017 e foi composto por quatro reuniões quinzenais, nas quais participavam psicólogos e estudantes de graduação em Psicologia e o público-alvo era composto por pessoas que trabalhavam com resgate de animais abandonados.

Todas essas atividades que participei desde a Graduação juntamente com a minha vivência com meus animais de estimação levaram-me a refletir sobre a possibilidade do estabelecimento do vínculo entre homem e animal ser benéfico para ambos, assim entrei no Mestrado Acadêmico em Psicologia com o objetivo de ampliar os estudos realizados em minha monografia sobre Psicopatologia e IAA's, reconhecendo a necessidade de um trabalho de maior consistência teórica acerca do tema para que sirva de referência para outras pesquisas que poderão surgir.

Dessa maneira, devido à carência de trabalhos fenomenológicos sobre o tema, pretendo estudar a relação entre as Intervenções Assistidas por Animais e a Psicopatologia de orientação fenomenológica. Contudo, não é possível a mim, nesse momento caracterizar toda a Psicopatologia Fenomenológica devido ao grande número de teóricos que a compõe. Sendo assim, escolhi evidenciar a contribuição da Psicopatologia Compreensiva do médico psiquiatra e filósofo alemão Karl Jaspers (1883-1969) para o desenvolvimento de uma Psicopatologia Fenomenológica.

Assim, o presente trabalho consiste em reunir pesquisas sobre Intervenção Assistida por Animais – IAA's para a promoção de saúde existencial em pessoas com “transtornos psicológicos” ou mesmo com alterações que possam sinalizar um possível “adoecimento existencial”, uma vez que, conforme Carvalho (2006), aspectos tomados isoladamente não revelam patologia.

Considero importante uma discussão introdutória acerca do conceito de “loucura”, visto que esta dissertação tem como uma das temáticas principais a Psicopatologia. A definição de “loucura” foi por muito tempo, desde as antigas sociedades orientais, permeada por superstições e crenças místicas. Pelo fato dos fenômenos psicopatológicos serem tão diversos e suas manifestações muitas vezes heterodoxas, causavam a impressão de que a

única explicação seria que tais acontecimentos fossem de ordem sobrenatural (FERREIRA, 2002).

No entanto, devemos reconhecer que os gregos da Antiguidade Clássica (439 a.C. a 338 a.C.) tomaram a iniciativa de tentar compreender o fenômeno da “loucura” como uma doença e não mais como algo sobrenatural e assim poderia ser estudado e tratado por médicos (FERREIRA, 2002).

Hipócrates (460 a.C. – 370 a.C.) é reconhecido até os dias de hoje como o “Pai da Medicina” e Nobre de Melo (1980) o intitula também como o “primeiro autêntico psiquiatra da civilização greco-romana” devido a sua grande contribuição para esta ciência. Foi ele quem introduziu os termos “mania”, “histeria”, “paranoia” e “epilepsia” utilizados até hoje na Psiquiatria e Psicopatologia.

Na Idade Média Ocidental, período que teve início no século V d.C., as “doenças da alma” ficaram sob a responsabilidade da Igreja Católica enquanto caberia à Medicina o tratamento das doenças do corpo. Desse modo, até o século XVI as explicações religiosas sobre os transtornos psicológicos eram predominantes (BEAUCHESNE, 1989; PAIM, 1992).

Nos séculos XV e XVI, por causa da Santa Inquisição, a “loucura” era tratada como possessão demoníaca, assim o “louco” deveria ser castigado por ser um seguidor do demônio. Como resistência a esse pensamento, os médicos passaram a exigir que pessoas condenadas por bruxaria fossem tratadas em hospitais. Consequentemente, começaram a aparecer teorias que distinguiam a doença mental da possessão demoníaca, portanto, já podemos observar o prenúncio do nascimento da Psicopatologia (PAIM, 1992).

A Filosofia Racionalista e o progresso da Medicina nos séculos XVII e XVIII contribuíram para o crescimento de investigações científicas sobre a “doença mental”. É definitivamente retirado da “loucura” o seu caráter mítico que passa a ser caracterizada como perda da razão. (JASPERS 1913/2006).

Nessa época, tanto os “loucos” quanto os marginais passaram a receber o mesmo tipo de tratamento. Assim, a maior preocupação era retirar o louco do convívio social. Então, pessoas com transtornos psicológicos ficavam reclusas em prisões juntamente com criminosos que cumpriam penas (JASPERS 1913/2006).

Até que em 1793, o médico francês Philippe Pinel (1745-1826) decidiu libertar os “doentes mentais” do Hospital de Bicêtre (França) de suas correntes. Tal ato simbolizava que o “louco” não deveria ser tratado como um criminoso, sobretudo precisava de um tratamento diferenciado e assim, o saber psiquiátrico originava-se a partir do contato com o paciente (PESSOTI, 2006).

O início do século XIX foi marcado pela preocupação em realizar descrições clínicas dos “doentes mentais” bem como a tentativa de classificar os sintomas nosograficamente. Nessa época, vários estudiosos posicionaram-se e construíram um saber científico e filosófico que influenciou a nossa atitude na contemporaneidade. É entre o século XIX e XX que podemos dizer que começou a nascer de fato a Psicopatologia como ciência. (JASPERS, 1913/2006).

Ela surgiu no momento em que se discutia qual era o objeto de estudo da Psicologia e o que seria determinado como psíquico. Havia divergência de opinião entre materialistas e idealistas, enquanto os primeiros negavam a existência da alma, alegando que tudo não passava de um “epifenômeno da matéria” (PIO ABREU, 1994, p. 14), os idealistas valorizavam a supremacia do espírito e alguns deles chegavam até a negar a existência da realidade objetiva.

Assim, Nobre de Melo (1980) afirma que o psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1856-1926) é o verdadeiro iniciador da Psiquiatria Clínica Moderna porque ele criou um princípio nosológico clínico e categorizou as unidades nosológicas de maneira precisa assim como ocorria nos tratados de Patologia Médica. A Psiquiatria Clínico-Descritiva de Kraepelin tinha como suporte os paradigmas científicos alemães que na época eram baseados na Teoria Orgânica Cerebral para explicação da estrutura psíquica.

Foi também no século XIX que se estabeleceu a Psiquiatria Biológica, que teve como um dos principais iniciadores o médico alemão Wilhelm Griesinger (1817-1868). Essa Psiquiatria concebia que os transtornos psicológicos eram unicamente resultado de lesões cerebrais, sendo assim, seria necessário realizar a investigação das relações entre o funcionamento cerebral e o estado mental do doente através do mesmo método utilizado nas ciências naturais, atentando para os sintomas observáveis do doente (BEAUCHESNE, 1989).

Contra a perspectiva de que a Teoria Orgânica Cerebral seria o único meio possível para investigação do psíquico, o médico e filósofo alemão Karl Jaspers (1883-1969) publicou a obra denominada “*Allgemeine Psychopathologie*” (“*Psicopatologia Geral*”) (JASPERS, 1913/2006), onde introduziu tanto na Psiquiatria quanto na Psicopatologia um novo tipo de diagnóstico, não apenas preocupado com a classificação nosológica, mas sim em compreender o paciente em adoecimento, compreensão esta que se dá a partir do Método Fenomenológico conforme proposto por Edmund Husserl (1859-1938).

Embora o termo “Psicopatologia” tenha sido utilizado pela primeira vez pelo médico psiquiatra alemão Herman Emminghaus (1845-1904), Beauchesne (1989) ressalta que

a Psicopatologia conforme temos na atualidade se deu a partir da publicação em 1913 da “*Psicopatologia Geral*” de Karl Jaspers.

Destarte, percebo que o modo de compreender o transtorno psicológico sofreu modificações ao longo do tempo. Atualmente, a Organização Mundial da Saúde – OMS (OPAS/OMS, 2018a) define esse transtorno como um conjunto de pensamentos, percepções, comportamentos e emoções considerados “anormais” trazendo prejuízos no relacionamento da pessoa consigo mesma e com os outros. A OMS também concebe que tanto a saúde mental quanto os transtornos psicológicos não são determinados unicamente pelas características do indivíduo, mas também por condições socioculturais, políticas, econômicas e ambientais.

Em maio de 2018, foi lançada a mais recente estatística mundial de saúde conhecida como “*World Health Statistics 2018*” (WHO, 2018), na qual estabeleceu como uma de suas metas o desenvolvimento de bem-estar e saúde mental para a população mundial até 2030, diante do registro de 800 mil mortes por suicídio em 2016, cuja taxa mais elevada encontra-se na Europa (15,4 suicídios a cada 100 mil habitantes).

Embora existam estratégias eficazes para a prevenção e tratamento desses transtornos, a OPAS/OMS (2018b) menciona que os transtornos psicológicos ainda crescem de forma abundante no mundo, causando impacto significativo na saúde mundial.

Tal crescimento se deve ao fato de que a oferta dos modos de prevenção e tratamento desenvolvidos é bem menor do que a demanda, a OPAS/OMS (2018b) relata que em países de baixa renda, 85% das pessoas com transtornos psicológicos não recebem atendimento adequado, enquanto em países ricos essa porcentagem atinge entre 35% e 50%. A OPAS/OMS (2018b) ainda destaca que além dos serviços de saúde, as pessoas com transtornos psicológicos necessitam de apoio social para que possam viver de maneira ativa em suas comunidades locais através de oportunidades de educação, emprego e moradia digna.

Dessa maneira, compreendo que o transtorno psicológico ainda é um desafio para estudiosos e profissionais da área da saúde mental. Embora a indústria de psicofármacos tenha tido uma considerável expansão a partir da década de 1950, não se pode afirmar que exista “cura” para o transtorno psicológico (PARDO; ALVARÉZ, 2007). Importa, sobretudo, encontrar meios para que o paciente obtenha melhor qualidade de vida relacionando-se com o mundo, com os outros e consigo mesmo de modo a não causar sofrimento para si e para os que vivem ao seu redor.

Destarte, podemos pensar na possibilidade de que o animal de estimação proporcione a melhora na saúde existencial humana, a partir do estímulo de interações visando ao estabelecimento de relações socioafetivas. Não obstante, o que podemos

conceituar enquanto animal de estimação? Também conhecido como animal de companhia, os animais de estimação são aqueles que possuem um histórico de domesticação com o homem a ponto de sua espécie atualmente ser dependente do convívio humano para a sua sobrevivência, como é o caso dos cães e gatos, dentre outros.

Faraco e Seminotti (2010) relatam que embora a tutela de um animal de estimação cause muitas despesas, exija cuidados especiais e demande tempo e dedicação dos tutores, muitas pessoas escolhem manter a convivência com esses animais. Sendo assim, percebo que a interação proporciona algum tipo de benefício ao homem.

Segundo Faraco e Seminotti (2010, p.313), os animais dentro de um lar podem exercer a função de “objetos ornamentais, símbolo de status, membros da família, cuidadores e como meio e fim para intercambiar e depositar emoções”. Chaves (2016) menciona o atual crescimento de famílias multiespécies, ou seja, aquelas que são compostas por humanos e animais.

Por causa da importância que o animal tem na vida do homem e dos possíveis benefícios dessa interação é que existe uma intervenção na qual o animal é o protagonista do processo terapêutico, a qual denomina-se Intervenção Assistida por Animais (IAA).

A prática de Intervenção Assistida por Animais (IAA) já é presente desde 400 a.C. quando Hipócrates (460 a.C. – 370 a.C.) começou a fazer uso de uma terapia mediada por cavalos no tratamento de doenças físicas. Mais de mil anos depois, no século IX em Gheel, na Bélgica, foi permitido que pessoas com necessidades especiais cuidassem de animais domésticos como componente da intervenção terapêutica (MENDONÇA et al., 2014).

No entanto, foi no fim do século XVIII, mais especificamente em 1792, através de William Tuke (1732-1822) que há registro de animais como auxiliares no tratamento terapêutico de pessoas com transtornos psicológicos, a maioria com esquizofrenia, que viviam em condições sub-humanas em um sanatório situado em Yorkshire, na Inglaterra (MOTTI, 2007; MENDONÇA et al., 2014).

Mas foi a partir de duas iniciativas – uma no Brasil com a psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999) que introduziu animais coterapeutas em 1950 no Hospital Psiquiátrico Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro e outra nos Estados Unidos quando o psiquiatra Boris Levinson (1908-1984) desenvolveu em 1960 a “*Pet therapy*” – que houve a consolidação em vários países do mundo das Intervenções Assistidas por Animais para o favorecimento da saúde mental, seja de forma preventiva ou para o tratamento de pessoas com transtornos psicológicos (MOTTI, 2007).

Destarte, almejo com este trabalho conhecer as contribuições das Intervenções Assistidas por Animais para a compreensão dos fenômenos psicopatológicos. Para o alcance desse objetivo, pretendo descrever o histórico do convívio do homem com animais de estimação; apresentar os possíveis benefícios descritos nas produções científicas sobre as Intervenções Assistidas por Animais para a saúde existencial e evidenciar as contribuições da Psicopatologia Compreensiva de Karl Jaspers e da Fenomenologia de Edmund Husserl para a Psicologia Clínica.

Adoto a Fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) e a Psicopatologia de Karl Jaspers (1883-1969) como fundamentação teórica para o presente trabalho. No fim do século XIX quando o Psicologismo, influenciado pelo Positivismo, tornou-se o fundamento para todas as ciências, inclusive da Lógica, Edmund Husserl criticou essa posição conferida ao Psicologismo através da publicação das “*Investigações Lógicas*” (1900-1901), no qual mostrou a necessidade da lógica ser uma disciplina autônoma e assim apresentou a Fenomenologia (NOBRE DE MELO, 1980).

Através da Fenomenologia, Husserl (1911/1965) via a possibilidade de fazer da Filosofia uma ciência rigorosa cujo método de investigação não estivesse subordinado a nenhuma suposição teórica, já que as pressuposições inviabilizariam a objetividade na pesquisa. Sendo assim, em 1911 foi publicado o artigo “*A filosofia como ciência de rigor*” no qual o filósofo e matemático (HUSSERL, 1911/1965) criticou a psicologia explicativa por adotar o mesmo modelo de investigação das ciências naturais e propôs que a psicologia fosse descritiva tentando apreender intuitivamente os fenômenos tal qual se apresentam à consciência pura.

A Fenomenologia Husserliana influenciou vários filósofos e cientistas, tornando-se um dos movimentos mais expressivos do século XX, dentre os que aderiram à orientação fenomenológica estão Edith Stein (1891-1942), Martin Heidegger (1889-1976), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Max Scheller (1874-1928), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), José Ortega y Gasset (1883-1955), Nilton Campos (1898-1963) e os demais filósofos da existência. Em psicopatologia fenomenológica convém citar Ludwing Binswanger (1881-1966), Eugéne Minkowski (1885-1972) e Karl Jaspers (1883-1969).

Karl Theodor Jaspers foi um médico psiquiatra e filósofo alemão. Especializou-se em Psiquiatria e trabalhou de 1908 a 1915 na Clínica Psiquiátrica de Heildeberg, Alemanha, e também como professor de Psicologia na Faculdade de Letras da Universidade de Heildeberg. Em 1921, tornou-se professor de Filosofia, mas foi afastado do cargo pelo Governo Nacional-

Socialista em 1937, retornando à sua função apenas em 1945. De 1948 até a sua morte foi professor da Universidade da Basileia, Suíça (HERSCH, 1982).

Paim (1992) relata que durante as reuniões na Clínica Psiquiátrica de Heidelberg, Jaspers falava muito sobre a Fenomenologia e defendia que a prática psiquiátrica deveria ter uma orientação filosófica. Apesar de suas concepções sofrerem muita oposição no meio médico, Jaspers influenciou psiquiatras que posteriormente tornar-se-iam famosos por adotarem a filosofia recomendada por ele, quais sejam: Karl Wilmanns (1873-1945), Willy Mayer-Gross (1889-1961) e Hans W. Gröhle (1880-1958).

Dessarte, em 1911, a pedido de Wilmanns, Jaspers começou a escrever “[...] uma psicopatologia sob a orientação do método fenomenológico [...]” (PAIM, 1992, p. 41) e assim em 1913 foi publicado “*Psicopatologia Geral*”. Ainda segundo o referido autor, a grande contribuição de Jaspers foi diferenciar o “compreender” do “explicar” em Psicopatologia. Graças a Jaspers, a Psicopatologia tornou-se uma ciência autônoma distinta da Psiquiatria.

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho é a fenomenológica conforme descrita por Husserl (1913/2006); (1954/2012) e Lévinas (1949/1999). A investigação fenomenológica deve discriminar o que “é dado imediatamente na consciência como vivência (*Erlebnis*), isto é, como presencialidade vivida”. (CARVALHO, 1965, p. XLVII)¹, ou seja, o fenômeno tal qual se apresentou à consciência vivente, de forma pura, sem julgamentos a priori, cujo objetivo é descobrir intuitivamente sua essência.

A localização dos estudos sobre IAA's foi realizada nas seguintes bases eletrônicas de dados: Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Portal de Periódicos CAPES/MEC e Google Acadêmico e foram utilizadas as palavras-chave: “Intervenção Assistida por Animais”; “Terapia Assistida por Animais”; “Atividade Assistida por Animais”; “Psicopatologia”; “transtornos psicológicos” e “transtornos mentais”.

Para a seleção das produções científicas foram adotados como critérios de inclusão estudos originais escritos em português ou espanhol, devido à maior acessibilidade da língua; estudos realizados entre os anos de 2008 e 2018; a intervenção descrita deveria ser aplicada para a prevenção de “transtornos psicológicos” ou para acompanhamento de pessoas com tal diagnóstico.

Os critérios de exclusão foram: estudos nos quais foram utilizados objetos inanimados no lugar de animais vivos; trabalhos que analisassem somente respostas físico-químicas; conteúdos em que não houvesse a relação entre Intervenção Assistida por Animais

¹ Esta referência faz parte do Prefácio de “*A Filosofia como ciência de rigor*” (HUSSERL, 1911/1965).

e saúde mental e trabalhos originais em outros idiomas que não fossem o português ou espanhol.

Segundo Lévinas (1949/1999 p.136) “Fazer fenomenologia é denunciar como ingênua a visão direta do objeto”. Assim, um trabalho fenomenológico que visa conhecer as contribuições das Intervenções Assistidas por Animais para a compreensão de fenômenos psicopatológicos também intenciona desconstruir a representação que se tem dessa prática terapêutica. De que forma? Evidenciando o objeto de estudo para além do que se imagina dele: mais que uma visão parcial, trazer à tona a verdade sobre ele. Nesse sentido, a visão parcial ou fatual de um objeto o torna abstrato, pois é apenas um pedaço de uma idealização do mundo.

O rigor fenomenológico não-naturalista caracteriza-se em não estabelecer hipóteses e categorias a priori para a realização da pesquisa. Para tal realização é necessário que eu, enquanto pesquisadora, esteja firmemente apoiada na metodologia fenomenológica a fim de alcançar a essência do fenômeno.

Conforme Husserl (1913/2006), o primeiro passo do método fenomenológico é a suspensão de todo julgamento a priori acerca das IAA's para a compreensão dos transtornos psicológicos, este passo chama-se *Epoché*.

Com a *Epoché*, segundo Husserl (1954/2012), o mundo aparece para mim enquanto fenômeno. Eu tenho a oportunidade de experienciar o objeto da minha pesquisa de outra maneira, ele se torna um correlato da minha consciência intencional, a partir do momento que eu realizo as leituras das referências pesquisadas pondo em suspensão meus juízos de valor e tentativas de explicação daquilo que está posto diante de mim, porém sem esquecer que o meu papel não é de uma observadora neutra, já que estou envolvida de maneira intrínseca nesse processo e isso já aponta uma relação intencional.

A *Epoché* possibilita a Redução Eidética (HUSSERL, 1954/2012) pois, quando suspendo temporariamente as minhas (pré) concepções acerca do objeto de estudo, posso descrever o que eu vejo da maneira que aparece para mim nas referências coletadas.

Portanto, a redução eidética é o momento em que é realizada a descrição das publicações localizadas tal qual elas se mostram a mim como pesquisadora, após ter feito a *Epoché*.

Assim, as publicações que correspondentes aos critérios de inclusão e exclusão estão organizadas em um protocolo de pesquisa (vide Apêndices) dividido em duas partes. A primeira refere-se à identificação contendo título, autor, afiliação institucional, ano, fonte editorial, tipo de publicação e tipo de pesquisa.

A segunda parte é composta pelo delineamento do perfil da pesquisa: objetivo geral, palavras-chave, sujeito(s) da pesquisa, alterações psíquicas abordadas, área de pesquisa, tipo de intervenção, animal coterapeuta, atividades desenvolvidas, possíveis riscos, possíveis benefícios e resultados observados

No entanto, fazer fenomenologia não é apenas descrever as coisas como aparecem, é preciso mais. É preciso (des) cobrir o fenômeno essencial do objeto. (Des) cobrir significa na fenomenologia retirar o que encobre, desvelar o fenômeno para que a redução transcendental seja possível (LÉVINAS, 1949/1999).

A partir da descrição do objeto realizada através da redução eidética, faz-se a separação entre fatos e essência, estes são demonstrados por Husserl (1913/2006, p. 35) da seguinte maneira:

Um objeto individual não é meramente individual, um este aí!, que não se repete; sendo “em si mesmo” de tal e tal índole, ele possui sua especificidade, ele é composto de predicáveis essenciais que têm de lhe ser atribuídos (“enquanto ele é como é em si mesmo”), a fim de que outras determinações secundárias, relativas, lhe possam ser atribuídas.

Diante disso, percebe-se que os predicáveis essenciais são imutáveis, atemporais e universais, sendo assim, constituem a essência do objeto. Por outro lado, chamamos de fatos, as determinações secundárias, as quais podem modificar-se de acordo com as circunstâncias, são temporais e empíricas, contudo, elas não têm a capacidade de alterar a essência do fenômeno embora possam confundir um pesquisador em atitude natural.

É na redução transcendental em que há o movimento de debruçar-se sobre as descrições das pesquisas coletadas para evidenciar a estrutura invariável (as essências) das Intervenções Assistidas por Animais intencionando apreender de que forma essa prática pode possibilitar a compreensão dos fenômenos psicopatológicos.

É meu papel, enquanto pesquisadora de orientação fenomenológica, valorizar a minha experiência diante do objeto em carne e osso (*leibhaft*), essa experiência se dá através da intencionalidade, instante esse que também é refletido na redução transcendental (LÉVINAS, 1949/1999).

Ora, se a Fenomenologia “[...] reivindica o privilégio imprescindível do mundo percebido pelo homem concreto que vive a sua vida” (LÉVINAS, 1949/1999, p. 54), então é nesse momento em que eu, diante do objeto tal como ele é em sua essência, posso refletir sobre ele da maneira como o percebo em sua estrutura invariante e aí sim, fazer a articulação com o estudo teórico realizado e desse modo, evidenciar quais são as contribuições do meu

estudo para a Psicologia no sentido de elucidar as contribuições que as IAA's podem fornecer à compreensão dos fenômenos psicopatológicos.

Desse modo, tomo como ponto de partida para meu trabalho a apresentação do histórico da interação do homem com o animal, que precede qualquer prática terapêutica mediada por animais. Assim, discorro sobre o modo do homem perceber o animal desde o Período Paleolítico, passando pela Idade Antiga, Idade Média e Moderna até os dias atuais.

No capítulo seguinte, discuto sobre o lugar que as ciências naturais ocupam na produção do conhecimento científico e como isso afetou o modo do homem perceber o animal, inclusive no uso que a Psicologia fez e ainda faz de animais em suas experimentações científicas.

No quarto capítulo, apresento as IAA's através de um breve histórico dessa prática, em seguida descrevo os aspectos técnicos referentes a IAA como tipos de intervenção, atividades desenvolvidas, principais animais coterapeutas e processo de seleção desses animais, principais benefícios citados pela literatura pesquisada e aspectos éticos envolvidos na Intervenção Assistida por Animais.

No quinto capítulo, faço uma interlocução entre a Fenomenologia Husserliana, Psicopatologia Compreensiva e as Intervenções Assistidas por Animais e assim apresento as contribuições de cada um desses saberes para o trabalho do psicólogo no tocante à avaliação e acompanhamento psicológico.

Dessa maneira, pretendo apresentar a Intervenção Assistida por Animais como possibilidade de compreensão dos fenômenos psicopatológicos, tornando-se assim, um dos meios pelos quais o psicólogo pode fazer uso na clínica: seja na avaliação ou na psicoterapia.

2. DO PALEOLÍTICO À CONTEMPORANEIDADE: a história do convívio dos homens com os animais

Antes de discutir sobre as Intervenções Assistidas por Animais – IAA's, considero necessário voltar-me para a história do convívio do homem com o animal, porque anterior ao estabelecimento de qualquer atividade terapêutica dessa modalidade, existe uma vivência do animal com o homem no mundo, algo que foi percebido, que foi experienciado nessa relação a ponto do homem considerar a companhia deste eficaz para a promoção de saúde existencial humana.

Discorrer sobre a história do animal de estimação é refletir sobre a história do homem. É perceber como as tradições religiosas, o modo de organização social, as orientações filosóficas e o desenvolvimento científico influenciaram ao longo do tempo no modo do homem conceber o animal.

2.1 De companheiros dos homens das cavernas a “seres inferiores” da natureza

Desde o Período Paleolítico² o homem vive de maneira harmoniosa com alguns animais, é certo que não podemos falar ainda de uma domesticação, mas de algo mais primitivo que Rocha, Muñoz e Roma (2016) denominam de protodomesticação, pois não houve de início uma intenção específica em manter o convívio com o animal. Aconteceu de maneira circunstancial, mais ou menos em 135.000 a.C., quando os lobos se aproximavam dos humanos para comer as sobras dos alimentos e daí passaram a auxiliá-los na caça. Logo, de acordo com Canto (2016), o convívio se dava pela troca mútua de benefícios.

Dessa maneira, houve uma seleção natural dos lobos que possuíam traços fisiológicos e comportamentais que os diferenciavam dos demais e facilitava o convívio com humanos. Segundo Faraco (2009), há indícios de que o canídeo foi domesticado pelo homem antes mesmo da domesticação de ovelhas e cabras. À medida em que o homem foi aprendendo a amansar e a se beneficiar dos animais é que podemos falar em domesticação, isso mais ou menos em 14.000 a.C. (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

² O período Paleolítico, juntamente com o Neolítico, compõe o que é conhecido como Idade da Pedra, sendo que o primeiro também pode ser denominado de Antiga Idade da Pedra, datado de 500.000 a.C. a 10.000 a.C., enquanto o segundo também é conhecido como Idade da Pedra Lascada que vai até 3.000 a.C., quando começou a Era dos Metais ou Idade Antiga, marcada pelo desenvolvimento das grandes civilizações como Egito, Babilônia, Grécia, dentre outras. Tanto o Paleolítico quanto o Neolítico compõem 95% da história da humanidade e estão na fase pré-literária, ou seja, anterior à invenção da escrita (BURNS, 1971).

Essas primeiras tentativas de domesticação já indicam uma relação de afeto com o animal, tanto que Fuchs (1987) menciona que o primeiro registro arqueológico de demonstração de amizade entre homem e animal é de uma tumba, de aproximadamente 12 mil anos, onde foram encontrados um esqueleto de um humano com a mão em cima do ombro do esqueleto de um cão que estava ao seu lado, tal disposição dos corpos deve ter sido organizada em uma cerimônia fúnebre.

O Animismo, o Xamanismo e o Totemismo, são as manifestações religiosas mais antigas da humanidade, portanto, já existiam no Paleolítico e ainda podem ser encontradas nos dias atuais. O que essas três crenças têm em comum é a importância que dão ao lugar que o animal ocupa na vida espiritual do homem.

Segundo o Animismo, animais, plantas e homens ocupam o mesmo nível hierárquico (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016), todos os seres do mundo possuem alma ou algum tipo de energia espiritual ou divina, logo os animais deveriam ser honrados, pois caso fossem maltratados, seus espíritos causariam doenças e até morte nos humanos.

No Xamanismo, o vínculo do homem com o sobrenatural seria feito pelo líder religioso conhecido como xamã, havia a crença de que este, durante o êxtase espiritual, teria vislumbres da época em que homens possuíam características animais. Também acreditavam que os xamãs podiam conversar com os guardiões da natureza, que sempre eram representados por espíritos animais (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

No Totemismo, o clã possuía estreita relação com o totem, este poderia ser uma planta ou fenômeno da natureza, mas na maioria dos casos era um animal. Destarte, o grupo assumia as características do objeto totêmico, que acreditava ser seu ancestral e assim firmava a sua identidade grupal (VIZACHRI, 2014).

Enquanto essas crenças religiosas tornaram-se predominantes no Paleolítico, também foram encontradas na arte desse período, de aproximadamente 40.000 a.C., os primeiros sinais do pensamento antropomórfico, que ao contrário do Totemismo e do Animismo, o animal era retratado com características humanas. Assim, o Xamanismo, o Totemismo e o Animismo coexistiram com antropomorfismo, desse modo existiam duas formas distintas de pensar o animal (VIZACHRI, 2014).

Vizachri (2014, p. 47) aponta como principal diferença entre o Animismo – crença religiosa presente tanto no Xamanismo quanto no Totemismo – e o Antropomorfismo

[...] a de que no animismo há a crença de que por trás do fenômeno, ou objeto, ou animal, exista o ânima, enquanto na antropomorfização, não há ânima, apenas a percepção de que haja alguma característica – física ou emocional – semelhante aos humanos.

Segundo Vizachri (2014), o Antropomorfismo foi importante para o desenvolvimento da espécie humana, pois através dele, o caçador passou a conhecer e prever os comportamentos da presa, por outro lado potencializou o desenvolvimento do afeto pelos animais, demonstrando assim a característica inata do homem em cuidar de outros seres vivos que, de acordo com o ponto de vista biológico, auxilia na conservação da natureza.

Essas manifestações religiosas foram uma forma que o homem primitivo encontrou para harmonizar-se com a natureza. Muitos criam que descendiam do animal ancestral do clã, isto é, do totem. Levinson (1969/1997) nos chama atenção para o fato de que o foco da adoração humana não era o animal em si, mas sim as características humanas que acreditavam ser herdadas do animal totêmico. Dessa maneira, percebo que nesses rituais, por mais que haja a valorização dos animais, há sempre uma projeção dos atributos humanos neles.

Contudo, ressalto que nesse período, homem e animal ocupavam o mesmo patamar. Era uma relação marcada pela horizontalidade, até que na transição do Paleolítico para o Neolítico, profundas mudanças socioculturais modificaram o modo do homem ver o animal, este agora transformou-se em propriedade humana e a relação entre ambos ficou verticalizada. A posse do animal agora simbolizava riqueza e *status* social. Assim como nos dias atuais, havia pessoas que gastavam grandes fortunas com seus animais de estimação (LEVINSON, 1969/1997; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Se no Paleolítico a interação com o animal era marcada pela predação: caça, coleta e pesca, Rocha, Muñoz e Roma (2016) ressaltam que no Neolítico os animais passaram a ser domesticados para servirem na agricultura ou mesmo como alimento.

Contudo, o cão e o cavalo eram os animais de estimação preferidos no Mundo Antigo, os gansos também eram muito apreciados tanto na Grécia como em Roma. As cobras também eram *pets* comuns, podiam até comer à mesa junto com seus donos (LEVINSON, 1969/1997).

Apesar disso, o animal continuou a ocupar uma posição privilegiada nas crenças espirituais da Antiguidade, grandes nações como o Egito e a Grécia foram influenciadas pelo Animismo e assim, diversos deuses foram representados com características de animais. Na Grécia Antiga os cães eram considerados companheiros dos deuses, dessa forma, recebiam tratamento especial como apelidos afetivos e banquetes, também havia os cães que faziam a guarda nos templos e que eram utilizados em sacrifícios religiosos (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

No Egito, os animais eram sepultados junto com seus tutores para que continuassem próximos na vida após a morte. Os gatos eram muito prestigiados nessa nação, eles comiam no mesmo prato que seus tutores e até os animais de rua recebiam alimento especial dos egípcios.

Havia próximo ao Rio Nilo um local para sepultar os gatos, que quando morriam eram embalsamados, colocados numa tumba especial e enterrados. Acreditava-se que estes felinos eram imortais, por isso eram embalsamados para manterem seus corpos preservados, também era deixada comida ao lado dos seus túmulos e seus tutores deveriam raspar as sobancelhas como sinal de luto (LEVINSON, 1969/1997; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Na religião do Egito Antigo, segundo Silveira (1998), havia três principais deusas leas: Shekhmet, Pekhet e Tefnut que simbolizavam o poder, a força nas batalhas e as grandes torrentes que assolavam o deserto, entretanto, poderiam mostrar-se dóceis e sensíveis e quando assim o faziam, transformavam-se na figura da deusa Bastet, representada pela cabeça de gata num corpo de mulher. Bastet aparece em algumas imagens com um instrumento musical em uma mão e a cabeça da leoa em outra, demonstrando o poder de rapidamente oscilar da benevolência para a ferocidade. Um dos principais templos egípcios era dedicado ao culto a essa deusa.

No Panteão Egípcio, as representações de deuses com características humanas e animais “[...] exprimem um pensamento que aceita o homem sem rejeitar o animal” (SILVEIRA, 1998, p. 24) fato que, como apresentarei mais adiante, não ocorre com as grandes religiões monoteístas.

Também na Idade Antiga, os cães que compunham a guarda especial do Palácio do Império Chinês, possuíam um tratamento especial como comer da mesma comida preparada para o Imperador e repousar nos aposentos reais (LEVINSON, 1969/1997).

No Império Romano, os animais de estimação usavam flores ou mesmo joias preciosas como ornamentos. Era também muito comum observar ursos, tigres e leões transitando livremente dentro das casas mais ricas como forma de garantir a segurança das pessoas, é importante frisar que esses animais eram superalimentados. Segundo Levinson (1969/1997), as mulas da esposa do Imperador Nero (37 d.C. – 68 d.C.), eram calçadas com ferraduras de ouro. Isto posto, podemos perceber como a posse do animal tinha estreita ligação à condição socioeconômica do indivíduo, conforme mencionei anteriormente.

E qual era o lugar que o animal ocupava na Filosofia e na Literatura antiga ocidental? Ambas se preocuparam em evidenciar a superioridade humana, sendo assim o

animal servia apenas como ponto de comparação com o homem, que sempre esteve numa posição proeminente: é o animal que pensa, que tem espírito, linguagem e paixões. (CANTO, 2016; FERREIRA, 2008).

O fato de o homem considerar como inferior qualquer outro ser do reino *Animalia* que não faça parte da sua espécie, ampliou demais a categoria “animal” abrangendo desde os micro-organismos até as baleias e tal amplitude me leva a questionar o que de fato delimita as fronteiras entre homem e animal?

A discussão sobre essa demarcação foi iniciada quando o filósofo grego Aristóteles (2006), para comprovar a sua teoria da superioridade humana, fez uma comparação entre a estrutura cerebral do homem e a de outros animais, mostrando que o cérebro humano era mais volumoso e úmido, porque ele era detentor de racionalidade e esta seria a principal diferença entre o homem e o animal. Paixão (2001) afirma que posteriormente, outros filósofos corroboraram com a teoria de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) de que os demais animais eram seres irracionais.

O rei Alexandre III da Macedônia (356 a.C. – 323 a.C.), colocou à disposição de Aristóteles, homens criadores dos mais diversos tipos de animais na Grécia e no continente asiático para que fosse realizado um estudo profundo sobre a história dos animais, o que resultou em 50 volumes do “*Historia Animalium*”, escritos por Aristóteles (2006; 2008).

Segundo Sousa e Silva (2006), essa obra origina-se de muitas fontes e possui uma linguagem imprecisa dando a entender que é o registro de opiniões de várias pessoas diferentes. Até o próprio Aristóteles (2006) denuncia em sua obra que várias informações contidas ali são fruto da imaginação das pessoas que prestaram depoimentos para a escrita do trabalho, entretanto é preciso reconhecer que naquela época o acesso à comprovação da veracidade das informações colhidas era praticamente impossível.

Essa diferenciação aristotélica teve, segundo Paixão (2001), um significado moral, pois com ela ficava evidente que o animal deveria servir a quem estaria ocupando hierarquicamente uma posição superior, no caso, o homem.

Não obstante, havia outros filósofos na Grécia Antiga que não concordavam com a ideia de superioridade humana, por conseguinte, sugeriam uma dieta sem carne e eram contrários ao sacrifício animal. Dentre eles, Paixão (2001) e Thomas (1988) citam Pitágoras (570 a.C. – 495 a.C.), Plutarco (45d.C – 127d.C.) e Porfírio (233d.C. – 305d.C.). Plutarco defendia que os animais deveriam ser tratados com justiça, pois eram seres inteligentes e capazes de formar laços afetivos com os humanos, foi ele quem “apresentou as bases filosóficas do vegetarianismo” (PAIXÃO, 2001, p. 49).

Já Porfírio é considerado o maior representante de defesa dos animais da Grécia Antiga, este filósofo chegou a escrever uma obra intitulada “*On abstinence from Animal Food*” (PORFÍRIO, 1823) onde propunha uma dieta sem carne, visto que acreditava que tanto homens quanto animais possuíam alma e estes últimos tinham sensações assim como os humanos, logo, matar um animal seria um crime equiparado ao homicídio.

Tanto o Estoicismo quanto o Epicurismo, filosofias morais da natureza, defendiam a superioridade humana sobre os demais seres vivos, assim os animais não teriam direito a justiça, pois segundo os epicuristas, não possuíam racionalidade para firmar contratos e de acordo com os estoicos, os animais não possuíam linguagem (PAIXÃO, 2001).

Todavia, foi apenas no século XVI que um filósofo francês chamado Michel de Montaigne (1533-1592) questionou a suposição de que o animal não possui um sistema de linguagem e afirmou que, apesar de não ser o mesmo tipo de linguagem que utilizamos, os animais são capazes de manter comunicação conosco, para comprovar sua teoria ressaltou o modo como conversamos com cães de estimação e a capacidade deles em nos compreender e nos responder à maneira deles (GUIDA, 2011).

2.2 O homem como “obra-prima da criação divina”

A percepção do homem acerca do animal sofreu uma mudança significativa com o crescimento das grandes religiões monoteístas – Judaísmo, Islamismo e Cristianismo – na Idade Média. Nessa época, a diferença entre o homem “civilizado” e o resto da natureza ganhou ênfase e qualquer tentativa de destacar semelhanças entre humanos e animais passou a ser considerada blasfêmia (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016; THOMAS, 1988).

A Bíblia Sagrada serviu como base para a inferiorização do animal nessas religiões. Em Gênesis (capítulo 1, versículo 28), livro que relata a história da criação divina, faz a seguinte descrição: “Deus os abençoou [Adão e Eva], e lhes disse: ‘Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra’.” (BÍBLIA, 2014, p.3). Isto posto, vemos a legitimação bíblica da superioridade humana ao apresentar Deus mostrando toda a criação aos primeiros humanos e colocando-a sob a autoridade deles.

Com o advento do Cristianismo, o animal deixou de ser uma personagem presente nos cultos religiosos, assim, animais que antes eram considerados divindades, passaram a ser vistos, principalmente na Idade Média, como seres demoníacos. Levinson (1969/1997) afirma que o gato, por ter hábitos noturnos e possuir certa independência do homem, foi a principal

vítima desse pensamento, porque em países como Alemanha, Espanha, Escócia, Itália e França esse felino era tido como símbolo demoníaco que estaria a serviço de bruxas.

Não apenas o gato era considerado uma figura demoníaca, os religiosos da época acreditavam que o Diabo, ao aparecer na terra para comunicar-se com bruxas ou feiticeiros, poderia tomar a forma de um homem negro, um cão, um bode, um carneiro ou um morcego (LEVINSON, 1969/1997). Sendo assim, qualquer um que apresentasse sinais que levantassem suspeitas de que fosse usado pelo Maligno, seria torturado e assassinado em nome de Deus.

Agostinho de Hipona (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1274) foram teólogos e filósofos que exerceram maior influência na doutrina cristã durante a Idade Média. Eles adotaram a postura aristotélica de que os animais seriam inferiores por não possuir racionalidade, o que foi legitimado pela Igreja Católica. Paixão (2001) ressalta que Agostinho, em seus estudos teológicos, também concordava com a concepção estoica de que o animal, por ser privado de razão, deveria estar a serviço do homem.

Tomás de Aquino foi mais incisivo quanto a inferiorização do animal. Tanto Ferreira (2008) quanto Paixão (2001) apresentam que este filósofo afirmava que o animal deveria ser escravizado pelo homem, servindo ao seu senhor para o provimento de conforto, segurança ou alimento.

Fortemente influenciado pelo pensamento aristotélico, Tomás de Aquino, acreditava que o homem seria um animal racional, social e político sendo, portanto, o único ser capaz de alcançar a felicidade. Logo, a dignidade do homem reside na sua racionalidade, dessa maneira, ele é apto atingir o objetivo último do universo que é conhecer e amar a Deus. Nesse sentido, o animal não-humano ocupa uma condição inferior, pois além de ser incapaz de conhecer e amar a Deus, ele não consegue desenvolver uma vida para além daquela determinada pelo instinto (FERREIRA, 2008).

De acordo com Ferreira (2008), tanto os animais quanto as plantas não conseguem agir no mundo por si mesmos, exceto o homem, que detentor da racionalidade, possui um lugar superior na escala de perfeição elaborada por Tomás de Aquino. O mais inferior serve como instrumento para o superior, assim as plantas estão a serviço dos animais e os animais e plantas podem ser utilizados pelos homens.

Dado que o homem como ser racional é o único com a possibilidade de alcançar a felicidade terrena através da conquista de bens e do desenvolvimento da espiritualidade, é inadmissível para Tomás de Aquino, o homem ter compaixão por outros seres que não seja Deus, o próximo ou ele mesmo, haja vista que a caridade se dá a partir da coparticipação da

felicidade, que é algo que seres irracionais não podem experimentar. Sob essa perspectiva, não há condições de existência de amizade entre homem e animal (FERREIRA, 2008).

No entanto, se não podemos ter caridade pelo animal, pois ela se funda na racionalidade, podemos ter misericórdia por eles, porque a misericórdia é um afeto pertencente ao campo das paixões, conseqüentemente é um sentimento irracional, ainda assim não somos obrigados a ter misericórdia pelos animais (FERREIRA, 2008).

Ferreira (2008) descreve que, de acordo com Tomás de Aquino, não haveria motivos para preservar a vida de animais que não possuíam utilidade, o que encorajava pessoas a matarem animais “inúteis” afim de provocar a sua completa extinção, como era o caso dos lobos. Matar um animal seria errado apenas se ele fosse propriedade de outra pessoa, nesse caso nem seria um pecado contra o animal, mas sim contra o seu “dono”.

Paixão (2001) e Thomas (1988) ressaltam que colocar a racionalidade como fator de distinção entre homem e animal também era uma questão moral, pois dessa maneira, não haveria motivos suficientes para que o homem tivesse quaisquer obrigações com os animais e defender os seus direitos seria ir contra a ética do catolicismo.

Mesmo assim, Rocha, Muñoz e Roma (2016) ressaltam que a partir do século XIII religiosos como São Francisco de Assis, São Bernardo, São Cristóvão e São Roque que pregavam o afeto e cuidado com os animais, serviram de influência para que a Igreja Católica deixasse de condenar o vínculo afetivo entre o cão e seu tutor, pois até então era insinuado que o cão seria um empecilho para o relacionamento do homem com Deus.

Segundo Thomas (1988), no século XIII um cão galgo francês tornou-se santo (São Guinefort) porque foi morto injustamente após salvar uma criança de ser picada por uma cobra em Lyon, França, e acreditava-se que crianças doentes eram milagrosamente curadas ao serem colocadas próximo a tumba do cão.

A corrente franciscana, composta por devotos de São Francisco de Assis, opunha-se a qualquer tipo de crueldade contra os animais, todavia foi a visão tomista que prevaleceu na doutrina da Igreja. Não obstante, a moral católica era contrária ao tratamento truculento aos animais, não porque haveria algum tipo de preocupação com eles, mas porque essa agressividade poderia refletir no relacionamento entre humanos. Posteriormente, no século XVIII, o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) concordaria com essa ideia ao utilizar o “Argumento da crueldade”, no qual dizia que a violência contra o animal levaria o homem a maltratar outros humanos (PAIXÃO, 2001; THOMAS, 1988). Apesar disso, é notório como o relacionamento do homem com o animal na Idade Média foi permeado pela crueldade.

2.3 Idade Moderna: o animal considerado como “ser autômato” e o aumento da domesticação

Segundo Thomas (1988), o discurso teológico apontava a decadência do mundo natural como consequência do pecado original, no entanto, na transição do século XVII para o século XVIII, passou-se a acreditar que a natureza teria um propósito benéfico para a regeneração humana.

Destarte, presumia-se que o animal estaria em melhores condições sendo domesticado pelo homem do que vivendo em seu hábitat natural próximo de seus predadores. Nesse sentido, o homem matar um animal para o próprio consumo não significava crueldade, mas sim um ato de generosidade, pois o animal seria incapaz de experimentar o sofrimento na mesma intensidade que o homem, também seria uma forma de privá-lo das dificuldades que poderiam vir com a idade avançada, por exemplo. Ademais, o animal não tinha perspectiva de futuro, não concebia o tempo como os humanos, sendo assim, não seria danoso retirar-lhe a vida (THOMAS, 1988).

Assim como demonstrei anteriormente que, segundo Levinson (1969/1997), os povos primitivos em seus rituais religiosos não adoravam o animal em si, mas sim as características humanas projetadas no animal, Thomas (1988, p. 8, grifo do autor) declara que na Idade Moderna

O homem atribuía aos animais os impulsos da natureza que mais temia em si mesmo – a ferocidade, a gula, a sexualidade – mesmo sendo o homem, e não os animais, quem guerreava contra a sua própria espécie, comia mais do que devia e era sexualmente ativo todo o ano. Foi enquanto um comentário implícito sobre a natureza *humana* que se delineou o conceito de “animalidade”. Como observaria S. T. Coleridge, chamar os vícios humanos de “bestiais” era difamar os seres brutos.

Essa mudança de paradigma resulta que o animal, antes louvado por ter sido projetado em si qualidades humanas, agora seria depreciado por apresentar ao homem o que há de pior na humanidade. A prova disso são as analogias feitas entre comportamentos humanos considerados ruins e atitudes de animais como: comparar uma pessoa violenta a um “cão raivoso”, alguém que cometeu um ato de crueldade a uma besta, o ladrão ao gato ou macaco, ou mesmo comparar mulheres em situação de prostituição ou adultério a animais fêmeas no cio.

Novamente a preocupação em destacar a superioridade humana sobre a natureza fez parte do cenário de mais um período histórico, dessa vez, a Era Moderna. Thomas (1988) apresenta como marco inicial de uma nova concepção do animal no fim da Idade Média, a

Teoria Racionalista desenvolvida em 1630 pelo filósofo francês Renné Descartes (1596-1650). Buscando acentuar a distinção entre homem e animal, a doutrina cartesiana defendia que o funcionamento dos animais e o do corpo humano era parecido com o das máquinas. E qual seria então a diferença? À medida em que o homem era possuidor de alma, os animais – seres sem *ânima* – não tinham essa divisão corpo e alma, agiam apenas de acordo com os instintos. Desse modo, o filósofo chegou à conclusão de que o homem é o único ser com a capacidade de aliar em si corpo autômato e intelecto.

Há concordância entre Canto (2016), Paixão (2001) e Thomas (1988) acerca da afirmação de que para Descartes, os animais, além de não possuírem racionalidade, também não eram criaturas sencientes.

Assim além de negar a racionalidade dos animais, ele [Descartes] também nega que eles tenham emoções. Atribui aos animais o conceito de autômatos, isto é, seus corpos obedeciam às leis da mecânica. Descartes descreveu o organismo animal como os relógios, capazes de comportamento complexo, mas incapazes de falar, raciocinar e até mesmo ter sensações. (PAIXÃO, 2001, p. 59).

Alguns seguidores de Descartes iam mais além e afirmavam que os animais, como máquinas feita por Deus, eram incapazes de sentir dor, nesse caso, as reações de animais em situação de sofrimento seriam apenas reflexo exterior sem qualquer relação com a sensibilidade (THOMAS, 1988).

No entanto, o filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778) discordava da concepção de Descartes e de seus seguidores, alegando ser muito contraditório existirem dois animais – humano e não humano – com o sistema corporal tão parecidos e um sentir dor enquanto o outro não (PAIXÃO, 2001).

Mesmo tendo apresentado concepções filosóficas que influenciaram o modo de tratar o animal na Idade Moderna, considero importante apresentar agora de forma sucinta como se dava o convívio do animal com o homem dessa época.

Rocha, Muñoz e Roma (2016) alegam que nas sociedades modernas, sobretudo a inglesa, há o maior número de registros de convivência de homens com cães. É importante frisar que além dos cães, há registro de outros animais de estimação como gatos, pássaros, macacos e animais de fazenda como ovelhas, bodes, porcos, bois e vacas (PAIXÃO 2001; THOMAS, 1988).

Diversos foram os fatores que favoreceram a popularização dos animais de estimação na Europa entre os séculos XVI e XVII, dentre eles Thomas (1988) e Rocha, Muñoz e Roma (2016) citam o crescimento da urbanização nos países europeus, que fez com que as pessoas migrassem do campo para as cidades trazendo consigo seus animais; a

ascensão econômica da classe média que passou a ter condições de ter um animal sem a necessidade dele ser “utilizado” para fins produtivos e por fim, com o declínio do antropocentrismo e início do movimento iluminista, educadores como Thomas Hobbes (1588-1679), João Calvino (1509-1564) e John Locke (1632-1704) recomendavam a convivência de crianças com animais de companhia para o desenvolvimento de funções sociais e cognitivas.

Enquanto havia medidas cruéis de confinamento e de abate de animais como bodes, carneiros, touros, porcos e galináceos, os animais domésticos possuíam estreita relação com os seus tutores na Europa durante a Era Moderna. Dessa forma, podemos observar que há uma hierarquização de animais feitas pelo homem, onde os animais de estimação estão no topo da lista e recebem o melhor tratamento, em seguida vem os animais para o trabalho e depois os destinados ao consumo.

Descola (1998) afirma que por causa do antropocentrismo, o homem sente mais compaixão pelas espécies que possuem características parecidas com as dos humanos.

Ora, o humanismo moderno baseia-se exatamente nessa ideia para definir nossos deveres para com os animais: é porque alguns dentre eles são dotados da capacidade de agir com vistas a um fim consciente — à diferença das plantas ou das bactérias — e porque essa atitude apresenta analogias com o livre-arbítrio que nos singulariza, que nós devemos respeito a eles, ou seja, devemos respeitar neles aquilo que nos leva a nos respeitar a nós mesmos. (DESCOLA, 1998, p. 33).

Em busca de desenvolver um “caráter” nos animais, cães e cavalos eram submetidos a treinamentos nos quais recebiam recompensas e punições. Os animais, seja no campo ou na cidade, eram considerados companheiros da sociedade humana e havia entre eles uma relação de interesse mútuo (THOMAS, 1988).

Até o fim do século XVII, Thomas (1988, p. 118) revela que as pessoas mais simples e os camponeses faziam pouca distinção entre elas e os animais. “Eles saíam com estes para os campos a cada manhã, trabalhavam lado a lado, de sol a sol, e retornavam juntos ao fim do dia”. Convém ressaltar que as pessoas que ocupavam as altas camadas da sociedade também demonstravam afeição por seus animais.

Os animais de rebanho eram tratados como pessoas por seus cuidadores, Thomas (1988) relata o vínculo era tão forte a ponto dos pastores conseguirem distinguir um animal de outro até pelas pegadas. Cada vaca possuía um nome e era enfeitada com adornos. Percebo aqui uma diferença crucial entre o camponês e o cientista da época, pois enquanto estes últimos consideravam o animal como uma máquina sem sentimentos, o camponês conversava e criava laços afetivos com seu animal e acreditava que este seria capaz de entender a conversa.

Mesmo assim, Thomas (1988) menciona que os cavalos eram submetidos a tratamentos violentos e quando não serviam mais para o trabalho, era recomendado que eles fossem golpeados até a morte. Como principal meio de transporte da época, o cavalo andava por quilômetros carregando pessoas ou carga e quando não aguentava mais e caía no chão, era abandonado no local, muitas vezes com sérios ferimentos, conseqüentemente era morto e devorado por outros animais da estrada.

No início do período de colonização no Brasil, os índios Mbayá-Guaicurus viviam na região pantaneira, Juliano *et al.* (2009) relatam que, enquanto as outras etnias utilizavam o cavalo como alimento ou para realizar pequenos trabalhos, os Mbayá-Guaicurus mantinham uma relação especial com os cavalos, estes animais promoveram uma mudança cultural nessa nação indígena pois ela ficou em vantagem em comparação a outras etnias, aumentou o poder de guerra e, conseqüentemente o seu domínio.

Assim, o cavalo tornou-se símbolo de prestígio social e durante as festas ele era representado em encenações que exaltavam as conquistas da tribo. Juliano *et al.* (2009) também mencionam que os guerreiros Mbayá-Guaicurus tinham o costume de serem enterrados com seus cavalos.

Na Europa, o cavalo só era bem tratado quando era motivo de orgulho para o seu dono, como é o caso dos belos animais de raça utilizados para exposições. Assim, o aristocrata para ter um cavalo “à sua altura” dispensava a ele cuidados onerosos, apesar disso, Thomas (1988) descreve quão cruel era o adestramento.

Nos tempos elisabetanos os manuais de equitação prescreviam algumas técnicas implacáveis para lidar com montarias recalcitrantes, incluindo marcá-las com ferros quentes na anca, e pôr palha quente em torno das orelhas e um porco-espinho ou um “gato malicioso” sob a cauda. (THOMAS, 1988, p. 121).

No entanto, no fim do século XVII novos métodos de adestramento menos agressivos foram adotados, estes preconizavam a afinidade entre cavalo e cavaleiro, da mesma forma havia uma relação afetuosa entre o falcão e o seu treinador (THOMAS, 1988).

De acordo com Carvalho e Waizbort (2012), o hábito de criar animais de estimação iniciou-se com a aristocracia europeia, tal costume popularizou-se a partir do século XVI entre a classe média por causa do aumento do comércio e manufatura, fazendo com que várias famílias que outrora trabalhavam em atividades agrícolas na zona rural migrassem para os centros urbanos e assim, foi difundida a criação de animais domésticos e o modo de relacionar-se com eles foi modificado.

Com a urbanização, o animal deixou de ser força de trabalho e não era mais percebido apenas em função de sua utilidade, muitos passaram a ser vistos e cuidados como

seres merecedores de afeto. Desse modo, os animais domésticos eram mantidos no lar mais por razões emocionais do que por sua serventia, embora eles oferecessem proteção ou mesmo diminuíssem a quantidade de roedores ou outros animais e insetos considerados prejudiciais para a casa (CARVALHO; WAIZBORT, 2012).

No começo da Idade Moderna, as ruas das cidades eram cheias de animais, pois tanto porcos quanto vacas viviam soltos nas vias públicas, no entanto, muitos criadores cuidavam desses animais dentro de casa e era comum encontrar sótãos ou porões com centenas de aves ou quintais pequenos com tantos porcos que eles mal poderiam mover-se. Cães e cavalos moravam dentro de casa. Nesse tempo era muito comum casos de crianças mortas por porcos bem como de vários relatos de acidentes causados por estes animais que viviam em situação de abandono nas ruas (THOMAS, 1988).

Os cães eram utilizados principalmente para a proteção de propriedades, auxílio em caçadas, transporte de carroças, trenós e arados, também podiam ser pastores, mas, quando se tornavam inaptos para o trabalho, geralmente eram mortos por afogamento ou na forca. Durante a Revolução Francesa, no século XVIII havia um verdadeiro exército de cães bem treinados que entregavam encomendas de um vilarejo a outro, já que conseguiam passar pelas barreiras fiscais sem serem percebidos apenas através da utilização de esconderijos ou disfarces, e quando realizavam as entregas, recebiam alimentos como recompensa (MELLO, 2015; THOMAS, 1988).

A Inglaterra, segundo Thomas (1988), possuía o maior número de cachorros da Europa. Talvez isto se deva ao fato de a Família Real Britânica ser conhecida pelo apreço por seus cães, o que pode ter influenciado o restante da população. A Casa Stuart, que ocupou o Trono Britânico entre os séculos XVII e XVIII, tinha a tradição de demonstrar amor por seus cães e também eram criticados por dispensarem melhor tratamento aos seus cachorros do que aos serviçais, pois quando os cães voltavam das caçadas, eles eram os primeiros a comer do banquete e o que sobrava era destinado aos empregados.

Havia uma distinção entre os cães de acordo com a raça. “Os mastins e mestiços eram lascivos, incestuosos, imundos e truculentos e o vira-lata de açougueiro rosnante, raivoso, rabugento e soturno. Mas o cão de caça, em contraste, era nobre, sagaz, generoso, inteligente, fiel e obediente.” (THOMAS, 1988, p. 127). Essas diferenças nos mostram como os cães serviam para caracterizar a posição social de seu dono, dessa maneira, um aristocrata teria cães valorizados como os de caça e de raça pura, já uma pessoa pertencente às camadas mais baixas da sociedade teria cachorros mestiços e sem raça definida.

Contudo, na Era Vitoriana (1837-1901) o animal de raça pura, que antes estava ligado à *status* da Aristocracia, passou também a ser costume das classes médias, sendo assim, pesquisas em cinologia³ e aprimoramento da reprodução animal foram desenvolvidos, o que causou o aparecimento de novas raças (CARVALHO; WAIZBOR, 2012).

Assim como na Idade Média, a crueldade contra animais foi condenada por moralistas não porque eles achavam que fossem merecedores de alguma consideração, mas sim porque pensavam que o ato de maltratar animais tornava os homens cruéis entre si, o que causaria o aumento de homicídios, por esta razão é que Thomas (1988) relata que é quase impossível encontrar registros sobre proteção animal, salvo os casos que já citei anteriormente nesse capítulo.

No entanto, não posso deixar de mencionar a importância do filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), que se opunha às concepções tomista e cartesiana sobre os animais. Segundo Paixão (2001), Bentham questionava o porquê de os animais não receberem a mesma consideração que os humanos e embora não fosse levada em conta a presença de racionalidade nos animais, era necessário atentar para o fato de que eles eram sim capazes de sofrer. Ora, se determinada conduta gera sofrimento a outrem, ainda que seja um animal, essa conduta deve ser modificada. As ideias de Bentham foram retomadas e revistas pelo movimento de libertação animal na década de 1970.

2.4 Século XIX: os animais como objeto de estudos científico-experimentais.

No século XIX, o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) criticou a noção de Kant e da Igreja acerca dos animais, alegando que a moral cristã era vergonhosa porque valorizava apenas a espécie humana que acreditava ser a única possuidora da razão, mas esquecia-se de considerar que os outros seres possuíam vida, o que era essencial e acima da razão, portanto deveria ser respeitada (PAIXÃO, 2001).

Com a publicação de “*A origem das espécies*” (1859) de Charles Darwin (1809-1882), a supremacia da racionalidade humana foi posta em xeque já que, de acordo com a teoria darwinista, o homem seria resultado de um processo evolutivo. Tal fato resultou no desencadeamento de uma série de pesquisas científicas experimentais e comparativas para observação do funcionamento anátomo-fisiológico de animais na tentativa de ampliar o conhecimento sobre o homem bem como o descobrimento de sua origem (CARVALHO; WAIZBORT, 2012).

³ Ciência que estuda os cães.

Contudo, o horror em pensar no sofrimento do animal doméstico em experimentos científicos, favoreceu o surgimento de campanhas antivivisseccionistas aliadas às associações de combate aos maus-tratos contra animais (CARVALHO; WAIZBORT, 2012).

Carvalho e Waizbort (2012) comentam que a antropomorfização teve um papel fundamental na proteção animal e nas campanhas antivivisseccionistas do século XIX. A antropomorfização se deu, além do cuidado do animal de estimação como membro da família, através da Literatura, com histórias nas quais as aventuras de um cão ou cavalo, por exemplo, eram narradas pelos próprios animais. À vista disso, a Literatura contribuiu para a construção do imaginário popular no qual os animais seriam seres sencientes bem como dignos da afeição humana e por isso seria inadmissível pensar neles sofrendo maus-tratos em nome da ciência.

2.5 O animal no mundo contemporâneo

A convivência do homem com animais de companhia, principalmente cães e gatos, tornou-se mais comum nos dias atuais, Rocha, Muñoz e Roma (2016) alegam que tal proximidade se deve à falta de suporte social e aumento da solidão, que são características da vida em grandes cidades, onde os relacionamentos interpessoais são mais frágeis e assim, o homem pode encontrar no animal uma companhia para o dia a dia e até tratá-lo como um membro da família, com direito a presentes, fotografias nos porta-retratos, perfis em redes sociais e celebrações de aniversário.

Os animais de companhia vêm ocupando um lugar significativo nos lares, segundo Chaves (2016, p. 10):

Em 1995, 55% dos norte-americanos consideravam-se “pais” dos seus bichos de estimação. Em 2001, 83% das pessoas se declaravam como “pai” ou “mãe” do seu animal de companhia. Em 2007, uma pesquisa da Associação Americana de Medicina Veterinária revelou que 70% dos norte-americanos consideram a ideia de ter o animal “como um filho/membro da família” fulcral para uma eventual posse ou “adoção”.

Esse fenômeno não é específico dos Estados Unidos, em vários países do mundo, o número de famílias que possuem cães e gatos como animais de estimação excede ao número de famílias que têm filhos. Se antes o espaço que os animais domésticos ocupavam nas habitações se restringiam à quintais, terraços, áreas de serviço e “casinhas”, hoje em dia é comum que eles tenham acesso a qualquer local da casa, podendo inclusive dividir a mesma cama com o seu tutor (CHAVES, 2016).

Junto com o crescimento de animais de estimação (ou *pets*) nos lares, houve a disseminação de lojas de venda de artigos para animais, conhecidas como *Pet Shops*, esses estabelecimentos vendem diversos produtos, desde ração até brinquedos, roupas e perfumes fabricados especialmente para animais (SANTOS; RAMÍREZ-GÁLVEZ, 2012).

O mercado *Pet* (dividido em serviços veterinários, serviços diversos e alimentação) cresceu 13% no ano de 2016 para 2017 e faturou em 2016 um total de U\$ 105,3 bilhões em âmbito mundial, onde 5,1% provém do mercado brasileiro, fazendo com que o Brasil seja o 3º país com o maior faturamento em mercado *pet* no mundo (ABINPET, 2018).

Santos e Ramírez-Gálvez (2012) também chamam atenção para o crescimento do número de matérias jornalísticas e quadros de programas de televisão dedicados a apresentar relações afetivas e/ou de consumo entre humanos e animais, demonstrando que estes últimos conquistaram espaço no mundo de informações e entretenimento.

Desse modo, percebo que o modo do homem conceber o animal não ficou restrito somente a sua utilidade, tornou-se comum o animal ser considerado “pessoa” e membro da família.

Concomitante com esse processo de mudança de percepção do animal, considero importante ressaltar que este ainda é utilizado em experimentos científicos. Portanto, no próximo capítulo será discutido o problema da experimentação animal nas ciências naturais, inclusive na Psicologia, que teve seu pleno desenvolvimento a partir do século XIX, momento este que foi marcado por uma profunda crise nas ciências, afetando o modo do homem perceber a si, o outro e mundo em sua volta, conforme denunciou Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Edmund Husserl (1859-1938).

3. A OBJETIFICAÇÃO DO ANIMAL EM NOME DA CIENTIFIZAÇÃO DA VIDA

É importante discutir o uso que a Psicologia fez e ainda faz dos animais em suas experimentações porque este não é um fenômeno isolado, mas sim o resultado de um longo debate sobre o lugar que as ciências naturais ocupam na produção do conhecimento científico e como isso afetou no modo do homem perceber o animal.

3.1 O uso de animais em experimentos científicos

A Ciência Moderna teve início com a Revolução Científica do século XVII cujo um dos pilares foi o físico, matemático, astrônomo e filósofo florentino Galileu Galilei (1564-1642). Galileu afirmava a impossibilidade de entender a natureza através da apreensão sensível, o que só seria viável por meio da Matemática. Assim, esta ciência “[...] figura então como instrumento racional que corrige os dados sensíveis, prevenindo-os das ilusões e permitindo-nos ler corretamente o livro da natureza.” (FERRAZ, 2004, p. 359). Dessa maneira, a matemática corrigiria a apreensão sensível distinguindo aparência de realidade e, sob essa ótica, é que se poderia chegar a instância última do conhecimento.

A sensibilidade já não mais possibilitaria o caminho à verdade, para alcançá-la seria necessário, segundo Galileu, a experimentação científica, ou seja, a descrição do mundo provada de forma empírica. Desse modo, ao longo de toda história da ciência e da teoria do conhecimento houve a separação entre qualidades sensíveis e “ser” objetivo, e consequentemente, a imposição de um mundo pré-científico idealizado, que só pode ser assimilado matematicamente em privilégio do mundo sensível. (FERRAZ, 2004).

Sob toda essa influência de Galileu mais a de cientistas que vieram depois dele como Renée Descartes (1596-1650), Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e Isaac Newton (1643-1727), Alphonse Borelli (1608-1679) fundou a Medicina Mecanicista que preconizava a aplicação dos princípios da Física à Medicina. A partir de então, surgiram diversas teorias químicas, físicas e matemáticas para explicação de doenças, inclusive das “doenças mentais” (BEAUCHESNE, 1989).

Dessa maneira, nos séculos XVII e XVIII, a Filosofia Racionalista e o progresso da Medicina contribuíram para a proliferação de investigações científicas sobre a “doença mental” e a retirada do caráter mítico da “loucura”, sendo agora considerada como perda da

razão. E na transição do século XVIII para o XIX, a Neurologia recebeu destaque nos estudos sobre a “loucura”. (JASPERS 1913/2006; CARVALHO; WAIZBORT, 2012).

Quando as ciências naturais estavam em pleno desenvolvimento no século XIX, surgiu uma nova disciplina denominada Fisiologia Experimental, tendo como objeto de estudo os animais vivos e foi introduzida na França por François Magendie (1783-1855) e no Reino Unido através de Marshall Hall (1790-1857), Charles Bell (1744-1842) e William Sharpey (1802-1880) (CARVALHO; WAIZBOR, 2012).

O médico francês François Magendie fez um experimento em 1822 com um cão de seis semanas de vida, onde ele cortou-lhe as fibras posteriores da medula espinhal deixando-a exposta e assim percebeu que o animal não perdera os movimentos do corpo, mas sim a sensibilidade, em seguida fez o experimento em outro cão, só que dessa vez cortando as raízes ventrais da medula e com isso o animal perdeu a mobilidade dos membros. Com isso, o médico concluiu que as raízes ventrais da medula eram responsáveis pela motricidade enquanto as raízes dorsais pela sensibilidade, esta é a “Lei de Bell-Magendie” (GOODWIN, 2005).

Mas foi através de Claude Bernard (1813-1878) que a Fisiologia Experimental conquistou maior espaço na segunda metade do século XIX. “Esse período foi caracterizado por um esforço das novas ciências da vida – como a Biologia e a própria Fisiologia – no sentido de tornarem-se independentes de instituições como os museus e aproximarem-se metodologicamente do *éthos* experimental da Física.” (CARVALHO; WAIZBOR, 2012, p. 366).

Segundo Dutra (2003), Bernard foi um entusiasta da experimentação em seres vivos, pois tinha a intenção de eliminar os equívocos presentes na Fisiologia, no qual um deles era a concepção de que o cérebro não era o órgão produtor do pensamento porque não seria possível observar uma relação direta entre a sua anatomia e a função desempenhada.

As experiências mais importantes relatadas por Bernard são, contudo, aquelas que ele mesmo e outros realizaram com animais, produzindo certas lesões cerebrais e observando o desaparecimento de alguma função, como os movimentos voluntários. E, em alguns casos, a reparação da lesão faz reaparecer a função perdida. Aqui também, algumas vezes, os mesmos fatos podem ser estabelecidos quanto aos seres humanos. (DUTRA, 2003, p. 92).

Dessa forma, Bernard realizou experimentos em animais vivos, utilizando o clorofórmio como anestésico para verificar a movimentação cerebral enquanto o animal dormia e deduziu que a circulação sanguínea cerebral diminui durante o sono e aumenta de intensidade ao despertar, o mesmo ele pôde observar em pessoas que sofreram traumatismos cranianos (DUTRA, 2003).

Dutra (2003) também relata que outra inferência que Bernard fez através de experimentos em cobaias vivas foi a de que o animal, quando submetido a temperaturas baixas, tem uma interrupção no funcionamento de duas funções cerebrais: a inteligência e a volição.

Para Claude Bernard, a fisiologia do sistema nervoso central deveria servir de base para a Psicologia, tendo em vista que os fenômenos psicológicos são produto de um funcionamento neurofisiológico do corpo humano, desse modo, a Psicologia fundamentada na Fisiologia serviria como um elo de ligação entre as ciências naturais e as ciências do espírito, já que para Bernard, estas ciências possuíam o mesmo objeto de estudo – o funcionamento humano – mas sob perspectivas distintas (DUTRA, 2003).

No entanto, Bernard acreditava que diferentes pontos de vista não favoreciam a descoberta da verdade, por conseguinte, a Psicologia Experimental seria o elo de ligação entre ciências naturais e ciências do espírito (DUTRA, 2003).

Para Bernard, segundo Dutra (2003), a Psicologia deveria ser uma ciência experimental, pois os fenômenos da consciência seriam subordinados às ligações físico-químicas, assim, através de experimentações, o cientista seria capaz de explicar as relações de causa e efeito dos processos psicológicos bem como identificar as condições que produzem alterações anormais nesses fenômenos. Logo, torna-se imprescindível o estudo das funções cerebrais.

Portanto, os problemas mentais, por sua vez, são desarranjos da razão, como diz Bernard, ou dos fenômenos mentais normais. Assim sendo, a própria patologia dos distúrbios mentais deve ter por base o conhecimento fisiológico dos fenômenos normais do sistema nervoso central. E era exatamente esse domínio de pesquisas que ainda estava fora do alcance de Bernard e seus contemporâneos. De fato, muito da pesquisa posterior em neurofisiologia adotou esse programa, na medida em que os avanços tecnológicos permitiram uma observação do funcionamento do sistema nervoso central. (DUTRA, 2003, p. 93-94).

Embora Claude Bernard não tenha realizado estudos em Psicologia Experimental, suas pesquisas serviram de base para futuras investigações em animais vivos como forma de explicação dos fenômenos psíquicos e neurológicos. Para Bernard, as patologias psíquicas eram resultado de alguma disfunção cerebral e apenas o estudo comparativo com animais proporcionaria à medicina um caráter científico (DUTRA, 2003; LATTAL, 2006).

Nesse contexto consolidou-se um movimento que defendia a existência da interação entre o psíquico e o somático, denominado “*Somatiker*” (somatistas), na Psiquiatria alemã, que teve como principais representantes os médicos Johann Christian Reil (1759-1813) e Wilhelm Griesinger (1817-1868), este último considerado o pai da “Primeira Psiquiatria Biológica” (JASPERS, 1913/2006; BEAUCHESNE, 1989).

Nascido em Stuttgart, Griesinger foi um dos fundadores do *Archiv für physiologische Heilkund* (Arquivo de Medicina Fisiológica) em 1842. Seu livro “*Pathologie und Therapie der Psychischen Krankheiten*” (Patologia de Terapêutica das Enfermidades Psíquicas), influenciado pela filosofia fisicalista de Johann Friedrich Herbart (1776-1841), foi publicado em 1845. Nele Griesinger caracterizou o que denominou de “loucura sistemática” colocando em apenas um grupo a descrição fenomenológica dos quadros catatônico, paranoico e hebefrênico. Griesinger passou os últimos anos de sua vida como professor de Psiquiatria e Neurologia na Universidade de Berlim, Alemanha (BEAUCHESNE, 1989).

Ainda no “*Pathologie und Therapie der Psychischen Krankheiten*” Griesinger defendeu que as “doenças mentais” são unicamente resultados de lesões cerebrais, logo, precisaria investigar as relações entre o funcionamento cerebral e o estado mental do doente através do mesmo método utilizado nas ciências naturais, atentando para os sintomas observáveis do paciente. Vários outros médicos adotaram a Frenologia⁴, resultado da Psiquiatria Positivista, pressupondo que para o diagnóstico psiquiátrico é imprescindível à identificação de uma lesão orgânica (PESSOTTI, 2006; PEREIRA, 2007).

Contrário a essa concepção fisiológica de que as alterações físico-químicas seriam a única explicação para o funcionamento da psique, Gustav Fechner (1801-1889), também utilizando o método científico-natural, dedicou-se a estudar a relação entre mente e corpo quando retornou em 1851 às atividades acadêmicas na Universidade de Leipzig, Alemanha, e assim fundou a Psicofísica, por esta razão pode ser considerado, segundo Goodwin (2005), o primeiro psicólogo experimental.

Ao publicar o seu primeiro trabalho de Psicofísica, intitulado “*Elements of Psychophysics*” em 1860, Fechner argumentou que há uma precisão matemática na união entre corpo e mente, dessa maneira, as sensações poderiam ser mensuradas. Apesar de ter tido parte de sua obra ignorada, o legado de Fechner está na criação de um conjunto de investigações e métodos que influenciou futuros cientistas na tentativa de submeter os fenômenos psicológicos à metodologia científico-natural, o que possibilitou a consolidação da Psicologia Experimental através das pesquisas desenvolvidas por Wilhelm Wundt (1832-1920) em seu laboratório na Universidade de Leipzig em 1879 (GOODWIN, 2005).

⁴ Conhecida primeiramente por Craniologia refere-se ao estudo desenvolvido no início do século XIX por Franz Joseph Gall (1758-1828) acerca da correspondência entre o cérebro e o comportamento, baseado em observações controversas, Gall afirmava que era possível julgar o caráter de uma pessoa a partir da análise da forma externa do seu crânio. Posteriormente a Craniologia foi renomeada de Frenologia pelo médico alemão Johann Gaspar Spurzheim (1776-1832), a cada nova descoberta de localizações cerebrais, a Frenologia obtinha mais êxito e foi bastante difundida até o início do século XX. As ideias da frenologia foram precursoras de teorias organicistas que utilizavam a experimentação como método investigativo na segunda metade do século XIX (BEAUCHESNE, 1989; TONI; ROMANELLI; SALVO, 2005).

Apesar de ter sido fisiologista, Wundt admitia que a Psicologia deveria ser o fundamento para os estudos em Fisiologia Experimental, ao invés de reduzir-se a esta, conforme concebia Claude Bernard (DUTRA, 2003).

Enquanto na França e na Alemanha a Fisiologia Experimental era fundamentada na Física e na Química, Carvalho e Waizbort (2012) relatam que na Inglaterra a Fisiologia Experimental e a Biologia Darwinista, que a princípio eram disciplinas independentes, aliaram-se em favor do desenvolvimento científico, já que para os pesquisadores ingleses essa seria a única forma de resguardar a Fisiologia Experimental das campanhas de antivivisseção e de proteção animal.

Contudo, Carvalho e Waizbort (2012) fazem uma importante observação de que nesses países o ponto em comum encontra-se em separar as ciências naturais da Teologia, adotando como principal método de pesquisa a experimentação científica, preconizando a neutralidade do pesquisador e, conseqüentemente, sua separação do objeto de estudo.

A partir de então, Carvalho e Waizbort (2012) relatam que houve a tentativa de desfazer a antropomorfização do animal causada pela literatura e credences populares, para que assim fosse possível realizar as experimentações sem maiores objeções.

Há um consenso entre diversos autores (ÁRDILA, 1986; HUNZIKER, 1995; CARVALHO; WAIZBORT, 2012; GAUER, 2007; GUTIÉRREZ, 2009; ZUANON, 2007) de que a “Teoria da Evolução das Espécies”, desenvolvida por Charles Darwin (1809-1882), gerou uma mudança no status do homem em relação à natureza porque até então a principal preocupação dos estudos era evidenciar a superioridade humana. Assim, a teoria evolucionista possibilitou o crescimento do número de pesquisas biológicas sobre as diferenças entre o homem e os demais animais, principalmente os mamíferos superiores. Diferenças essas que não seriam mais apenas qualitativas e sim de estágios em uma escala evolutiva.

Principalmente a partir da publicação da sua obra intitulada “*A expressão das emoções no homem e nos animais*” (DARWIN, 1872/2009) que motivou psicólogos ingleses a iniciarem pesquisas que deram início à Psicologia Comparada, também conhecida como Psicologia Animal que, como sugere a nomenclatura, tem como principal objetivo realizar estudos comparativos entre os processos psicológicos dos animais e os dos homens. (GUAER, 2007; GUTIÉRREZ, 2009).

Uma estratégia comparativa não se limita à observação direta de uma característica em duas ou mais espécies. Envolve a possibilidade de fazer observações em uma espécie e usá-las como um modelo para entender processos similares em outras espécies relacionadas. Seguindo esse raciocínio, uma ampla ciência experimental foi desenvolvida para o estudo de fenômenos biológicos. (GUTIÉRREZ, 2009, p. 1, tradução nossa)

Gutiérrez (2009) apresenta a transcrição de uma carta datada de 18 de abril de 1881, na qual Darwin respondia ao questionamento de um professor chamado Holgrem acerca da sua opinião sobre a experimentação animal. Darwin respondeu demonstrando sua preocupação com o tratamento cruel que os animais recebiam de muitos cientistas e manifestou o desejo de que houvesse uma legislação que de alguma forma protegesse esses animais de maus-tratos, no entanto, acreditava que o progresso da Fisiologia dependia desse tipo de experimentação, já que não haveria outra alternativa mais viável para a produção de resultados satisfatórios.

Árdila (1986) afirma que depois do desenvolvimento da Psicologia Animal na Inglaterra, relevantes trabalhos comparativos surgiram em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, França, Alemanha, Japão e Rússia, país que teve como principal expoente o fisiologista Ivan Michailovich Sechenov (1829-1905).

O fisiologista russo Ivan Michailovich Sechenov (1829-1905) estudou com Brücke. Ele lançou a ideia futuramente disseminada, de que todo o comportamento humano, seja voluntário ou involuntário, é redutível a reflexos fisiológicos. A influência da reflexologia de Sechenov será importante para a consolidação da psicologia objetiva de Pavlov e Bechterev. Segundo ele, a psicologia deveria ater-se a estudar o comportamento estritamente observável, o que seria suficiente para dar conta da realidade psicológica (Herrnstein & Boring, 1971 apud GAUER, 2007, p. 11).

Dessa maneira, os médicos Ivan Petrovitch Pavlov (1849-1936) e Vladimir Michailovitch Bechterev (1857-1927) criaram a Psicorreflexologia, que tinha a reflexologia como fundamento da Psicologia. O objetivo dessa nova disciplina era estudar os processos psicológicos livres da consciência, sem dados introspectivos, onde o reflexo condicionado – para Pavlov – e o reflexo associativo – para Bechterev – seriam a expressão elementar do sistema nervoso (SOUSA, 1947).

Pavlov criticava noções como mente, pensamento, consciência e vontade, pois ele as considerava subjetivistas e acreditava que somente a Fisiologia seria capaz de oferecer explicações científicas plausíveis à Psicologia. Dessa maneira, realizou diversos experimentos em animais para suas pesquisas, tais pesquisas influenciaram de maneira direta a Psicologia Comportamental norte-americana (DUTRA, 2003).

Dentre os experimentos de Pavlov, irei mencionar a experimentação sobre o condicionamento temporal⁵ conforme descrito por Todorov (1991) no qual o cão ficava em um cubículo que o protegia da influência do ambiente como luz e sons, imobilizado por amarras e era feita uma fístula próxima às suas glândulas salivares. A cada 30 minutos,

⁵ “Na forma mais simples de contingência, especifica-se que um determinado estímulo será apresentado sempre que decorrer um período de tempo *t* desde a última apresentação desse estímulo”. (TODOROV, 1991, p. 60).

Pavlov apresentava-lhe ora alimento, ora outro tipo de estímulo e assim verificava em quais momentos o cão produzia maior salivação. Assim foi observado que, com o tempo, o cão passou a salivar no fim do período de 30min, antes mesmo que lhe fosse apresentado o alimento.

Para além dos estudos de Pavlov, o filósofo e psicólogo norte-americano William James (1842-1910), através da publicação de “*Principles of Psychology*” em 1890, inspirou os estudos em etologia e psicologia animal ao diferenciar os instintos dos reflexos, onde os instintos seriam variações comportamentais que eram repetidas e não comportamentos fixos como se acreditava (ZUANON, 2007).

Após a leitura de “*Principles of Psychology*”, o norte-americano Edward Lee Thorndike (1874-1949) decidiu tornar-se psicólogo. O avanço da teoria evolucionista bem como as descobertas em Neurologia feita pelos fisiologistas despertaram o interesse de Thorndike na investigação de funções cognitivas em animais e assim, fez estudos comparativos em seu laboratório com cães, gatos e galinhas. Em 191, publicou o livro “*Animal Intelligence: Experimental Studies*”, nele estavam incluídos sua dissertação, de 1898, intitulada “*Animal Intelligence: An Experimental Study of the Associative Processes in Animals*” mais outros trabalhos (GODWIN, 2005; LATTAL, 2006; GUTIÉRREZ, 2009).

Thorndike elaborou a “Lei do Efeito”⁶ através do experimento no qual gatos eram postos em um compartimento, depois o experimentador colocava alimento do lado de fora da caixa e movimentava o seu assoalho através de um dispositivo externo como forma de sinalização para os animais que poderiam sair do compartimento e comer o alimento, em seguida, eram colocados novamente na caixa e o experimento se repetia (TODOROV, 1991).

O uso de labirintos para animais tornou-se comum nos laboratórios de Psicologia Experimental, entre as décadas de 1920 e 1950, através do psicólogo americano Linus Kline, que, sob o conselho do médico psiquiatra Adolf Meyer (1866-1950), passou a utilizar ratos brancos, como sujeitos experimentais em suas aulas de Psicologia Comparada na Universidade de Clark, nos Estados Unidos, em 1897, e tornou-se o primeiro a realizar um estudo geral das habilidades dos ratos, onde um de seus principais interesses era investigar a capacidade que esses animais teriam em encontrar abrigo (GOODWIN, 2005; LATTAL, 2006).

Segundo Goodwin (2005), Linus Kline havia percebido na fazenda de seu pai que os ratos selvagens faziam túneis, que eram verdadeiros labirintos de 7,5cm a 15cm abaixo da

⁶ Segundo a Lei do Efeito, “a aprendizagem se processava por meio da criação de conexões entre situações e reações bem-sucedidas nessas situações”. (GOODWIN, 2005, p. 250).

superfície terrestre, que os levavam até seus ninhos. Ao compartilhar tal experiência com seu professor, Edmund Sandford (1859-1924), este o aconselhou a construir um protótipo inspirado no Labirinto de Sebes do *Hampton Court Palace*, situado na Inglaterra.

No entanto, Willard Small (1870-1943), colega de laboratório de Kline foi quem iniciou os estudos norte-americanos no labirinto experimental, apresentados em 1899 no encontro da *American Psychological Association* (APA). Small construiu três labirintos de aproximadamente 15cmx20cm, com paredes de arame e formato retangular (GOODWIN, 2005).

Posteriormente, diversos psicólogos comparatistas utilizaram esse modelo de labirinto para desenvolver estudos com outras espécies de animais como macacos e andorinhas. O criador do Behaviorismo Metodológico, John Watson (1878-1958) também passou a utilizar vários animais em seu laboratório para o estudo do comportamento, inclusive a investigação do fenômeno da aprendizagem humana e adaptação ao ambiente foi feita em ratos brancos (GOODWIN, 2005; GUTIÉRREZ, 2009).

Outros behavioristas como Clark Hull (1884-1952), Edward C. Tolman (1886-1959), Edwin Ray Guthrie (1886-1959) e Burrhus F. Skinner (1904-1990) também fizeram uso de animais, principalmente ratos, em suas investigações sobre psicologia da aprendizagem (LATTAL, 2006). Todorov (1991) ressalta que Skinner utilizou câmaras experimentais com pombos e ratos para fazer seus estudos sobre comportamento operante e que ainda hoje é comum o uso desses animais em Psicologia Experimental.

A justificativa do uso de animais seria a similaridade dos princípios comportamentais em várias espécies, a facilidade em controlar o ambiente e manipular variáveis. Além disso, realizar experimentos com animais acarretaria menos problemas éticos do que com humanos (LATTAL, 2006).

Hunziker (1995) destaca que entre 1912 e 1961, metade dos presidentes da APA eram psicólogos que faziam uso de experimentação animal em suas pesquisas, levando em consideração que os candidatos ao cargo de presidente eram cientistas que tinham produções científicas relevantes, pode-se supor que o uso de animais era bem-quisto no meio científico do século XX.

Segundo Miranda *et al.* (2011) o uso de animais, principalmente de ratos albinos (*rattus norvegicus*) foi introduzido no Brasil na década de 1960 através do psicólogo americano Fred Keller (1899-1996) que estava de passagem na USP durante a fundação do primeiro laboratório de Psicologia Experimental, que servia de suporte para as aulas de Análise do Comportamento.

3.2 Aspectos éticos da experimentação animal

Muitos da comunidade científica consideram imprescindível o “uso” de animais em suas experiências, alegando que a composição de fármacos e a descoberta da etiologia e cura de diversas doenças devem-se a esta técnica.

Entretanto, há controvérsias, pois existem problemas éticos e morais ao submeter um animal ao sofrimento em favor do “progresso”. Discute-se que a ciência é capaz de desenvolver-se sem que haja a necessidade de “utilizar” o animal como “objeto” ou que este pode ser manipulado desde que não seja em condições que lhe cause dor.

Assim, à medida em que os pesquisadores faziam “uso” de animais em seus experimentos, existiam movimentos de proteção animal que lutavam pela criação de legislações que regulamentassem esse tipo de experimentação. Em 1876, com a formação da primeira Sociedade Antivivisseção de Londres, foi criada a “*Cruelty to Animals Act*”, Lei aprovada pelo Parlamento Inglês para a normatização da pesquisa com animais (PETROIANU, 1996; SCHNAIDER; SOUZA, 2003; REZENDE, PELÚZIO, SABARENSE, 2008; MIRANDA *et al.*, 2011).

Petroianu (1996, p. 159-160) descreve como principais tópicos da “*Cruelty to Animals Act*”:

- 1 - Os experimentos devem visar a novas descobertas ou conhecimentos de fisiologia e ser úteis para salvar ou prolongar a vida e aliviar sofrimentos.
- 2 - Experimentos devem ser feitos por pessoas licenciadas e registradas.
- 3 - Anestésicos devem ser usados para prevenir a dor.
- 4 - Se o animal vier a sofrer após o experimento, deve ser morto antes do fim da anestesia.
- 5 - O experimento não deve servir como ilustração de aula.
- 6 - Experimentos com dor não devem ser exibidos ao público em geral.
- 7 - Os experimentos não devem servir para se adquirir adestramento manual.
- 8 - Experiências em cães, gatos e cavalos devem ser proibidas.

Contudo, tal documento não obteve sucesso, pois não havia interesse por parte do Governo e da comunidade científica em regimentar a experimentação animal. Apenas com a regulamentação da experiência com seres humanos através do Código de Nuremberg (1947) e da Declaração de Helsinque (1964) que houve, mesmo que de forma inexpressiva, alguma menção sobre a pesquisa em animais.

O código de Nuremberg (1947) adverte que a experimentação deverá ser testada primeiramente com animais para que depois seja realizada com seres humanos e a Declaração de Helsinque (1964) vai mais além advertindo que se deve levar em conta o bem-estar dos animais nas pesquisas.

No entanto, em 1959, W. M. S. Russel (1925-2006) e R. L. Burch (1926-1996) publicaram o princípio dos “3 Rs” – *Replace, Reduce e Refine* – com a pretensão de priorizar o bem-estar animal em toda experimentação. *Replace* visa substituição de animais, quando possível, por medidas alternativas como vídeos, programas de computador, dados matemáticos e testes *in vitro*. Através de outras opções de métodos é possível reduzir o número de animais nos experimentos (*Reduce*) e *Refine* é o refinamento das técnicas que intentam a redução da dor e do sofrimento do animal durante as pesquisas (VICENTE; COSTA, 2014; LIMA, 2008).

Todas as legislações de proteção animal que vieram depois de 1959 foram inspiradas no princípio dos “3Rs” como é o caso do documento internacional, criado em 1985 no Reino Unido, denominado “*Princípios Básicos do Código Internacional*” que possui uma seção chamada “*Ética para Animais de Laboratório*” (PETROIANU, 1996).

Segundo Rezende, Pelúzio e Sabarense (2008), a partir da década de 1990, houve em várias partes do mundo o estabelecimento de Comitês de Ética em instituições científicas para avaliar e acompanhar os aspectos éticos envolvidos nas pesquisas com animais. E as revistas internacionais passaram a recusar a publicação de artigos científicos que não mostrassem a aprovação da pesquisa em Comitê de Ética local.

Devido à falta de uma legislação específica sobre o uso de animais em experimentos em nosso país, o Colégio Brasileiro de Experimentação Animal – COBEA, organizou em 1991 um conjunto de princípios éticos com o objetivo de orientar pesquisadores para esse tipo de estudo (REZENDE; PELÚZIO; SABARENSE, 2008).

O COBEA (1991) tem como primeiro artigo que “todas as pessoas que pratiquem a experimentação biológica devem tomar consciência de que o animal é dotado de sensibilidade, de memória e que sofre sem poder escapar à dor”. E de modo geral adverte que o pesquisador deve evitar, ao máximo que for possível, o sofrimento do animal, isso inclui o uso de anestésias e a eutanásia indolor bem como a utilização de animais em experimentos apenas quando não houver outra alternativa para alcance de resultados.

Apesar disso, Miranda et al (2011) acentuam que até a década de 1990 não havia nenhuma legislação brasileira que tratasse de modo específico o uso de animais na pesquisa e educação, apenas em 2008 foi criada a Lei nº. 11.794, de 8 de outubro de 2008, também conhecida como “Lei Arouca”, que coaduna com o Princípio dos “3R’s”, o que pode ser observado nos parágrafos 3º e 4º do artigo 14:

§ 3o Sempre que possível, as práticas de ensino deverão ser fotografadas, filmadas ou gravadas, de forma a permitir sua reprodução para ilustração de práticas futuras, evitando-se a repetição desnecessária de procedimentos didáticos com animais. §

4o O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento. (BRASIL, 2008).

De acordo com a Lei nº 11.794/08 o uso de animais para fins educacionais fica restrito apenas para instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional Técnica de nível Médio na área biomédica. Também institui a criação de um Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA que tem como funções:

I – formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica; II – credenciar instituições para criação ou utilização de animais em ensino e pesquisa científica; III – monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa; IV – estabelecer e rever, periodicamente, as normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, em consonância com as convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário; V – estabelecer e rever, periodicamente, normas técnicas para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal, bem como sobre as condições de trabalho em tais instalações; VI – estabelecer e rever, periodicamente, normas para credenciamento de instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa; VII – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento no País, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs, de que trata o art. 8o desta Lei; VIII – apreciar e decidir recursos interpostos contra decisões das CEUAs; IX – elaborar e submeter ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, para aprovação, o seu regimento interno; X – assessorar o Poder Executivo a respeito das atividades de ensino e pesquisa tratadas nesta Lei. (BRASIL, 2008).

Também fica estabelecida a criação de Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs em instituições que realizam atividades de ensino e pesquisa com animais. As CEUAs devem ser compostas por médicos veterinários, biólogos, docentes, pesquisadores e de um representante da sociedade protetora dos animais, suas atribuições são:

I – cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto nesta Lei e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino e pesquisa, especialmente nas resoluções do CONCEA; II – examinar previamente os procedimentos de ensino e pesquisa a serem realizados na instituição à qual esteja vinculada, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável; III – manter cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao CONCEA; IV – manter cadastro dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa, enviando cópia ao CONCEA; V – expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos ou outros; VI – notificar imediatamente ao CONCEA e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras. (BRASIL, 2008).

Ainda de acordo com a Lei Arouca (BRASIL, 2008), mediante intensa situação de sofrimento, o animal deverá ser eutanasiado, seja no fim do experimento ou em qualquer fase deste. Aos que não precisarem ser submetidos à eutanásia, poderão ao fim do experimento, ser

doados a pessoas idôneas ou a instituição de proteção animal. Também preconiza o uso de anestésias, sedação ou analgesia adequadas, proibindo o uso de relaxantes musculares como substituto destas. As penalidades para quem não cumprir o que foi estabelecido variam de advertência à interdição definitiva das atividades.

Antes da Lei nº 11.794/08 os laboratórios de Análise Experimental do Comportamento - AEC, como não fazem uso da vivisseção, poderiam ser questionados por intermédio dos dispositivos legais apenas no que diz respeito a maus-tratos, uma vez que nesses laboratórios os animais estão sujeitos a situações de sofrimento, pois conforme Miranda *et al.* (2011, p. 207-208):

Colocam-se os ratos em privação de água durante 24, 36 ou 48 horas, como condição prévia à experimentação, para a realização das práticas experimentais do laboratório animal operante para o ensino de Psicologia. Essa condição faz com que a possibilidade do acesso à água aumente, em grande escala, a probabilidade da resposta de pressão à barra, quando o animal se encontra dentro da caixa de condicionamento operante, viabilizando a realização das práticas experimentais. No entanto, quando se consideram as especificidades dos ratos, o período de 24 a 48 horas sem água escapa ao que lhes é comum e indicado.

O barulho demasiado em alguns laboratórios de Análise Experimental do Comportamento, possivelmente causado pela movimentação dos alunos – que às vezes são muitos – e por deficiências estruturais das instalações, também é um fator estressante para os animais (MIRANDA *et al.*, 2011). Todavia, espera-se que os laboratórios ainda funcionem por passarem pela fiscalização de órgãos competentes e por cumprirem as normas brasileiras que visam atenuar o sofrimento animal.

Não obstante, levanta-se a contraposição entre as concepções de bem-estar e abolição (ou libertação) animal. Enquanto a ideia de bem-estar tenta conciliar o experimento científico em animais com métodos mais amenos, o movimento de libertação animal rejeita categoricamente a exploração de animais, haja vista que estes são também considerados como sujeitos de direitos e devem ser tratados como iguais, em uma relação de horizontalidade, pelo homem (FERRIGNO, 2012).

O movimento de Libertação Animal possui como seu maior expoente o filósofo australiano Peter Singer que é autor de um dos principais livros que trata da ética com animais, intitulado “*Libertação Animal*” (1975/2004) no qual denuncia os abusos sofridos pelos animais a serviço da humanidade.

O movimento da Libertação Animal questiona a afirmação de muitos cientistas de que o uso do animal é indispensável para o desenvolvimento de pesquisas que objetivam melhorar a qualidade de vida do homem. Vicente e Costa (2014) indicam alguns destes questionamentos. Um deles é que a prática de vivisseção de animais nas faculdades de

Medicina para o ensino de métodos cirúrgicos é desnecessária, já que existem procedimentos alternativos para tal e o corpo animal possui peculiaridades que o diferem do corpo humano. Os autores também destacam que:

[...] até 1997, mais de 6500 remédios catalogados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foram retirados do mercado por trazerem efeitos teratogênicos, tóxicos e/ou mortais para os seres humanos, apesar de terem tido sua segurança comprovada por testes com animais (Inquérito Civil Público 21303) (VICENTE COSTA, 2014, p. 834).

Dessa maneira, pode-se observar que o uso de animais em experimentos ainda continua não porque seja a única forma de obter êxito em pesquisas, mas sim porque o animal é considerado um ser inferior da natureza e, portanto, pode ser subjugado pelo homem embora existam muitos movimentos que se opõem a esta concepção.

3.3 Crítica de Wilhelm Dilthey e Edmund Husserl ao cientificismo natural

Podemos observar que mesmo com o suposto “destronamento” do homem de sua condição de superioridade, a espécie humana ainda é privilegiada em relação aos demais seres da natureza, haja vista que estes podem ser “utilizados” em benefício do desenvolvimento científico.

Esta é uma das consequências da Crise ocasionada pelo predomínio do cientificismo natural como norteador epistemológico e metodológico para todas as ciências, inclusive a Psicologia, conforme apontou Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Edmund Husserl (1859-1938) no fim do século XIX.

A preocupação tanto de Dilthey (1894/2012) quanto de Husserl (1911/1965) é que Psicofísica e a Psicologia Experimental tornaram-se a base das Ciências do Espírito. Dessa forma, a Psicologia Experimental para garantir o seu estatuto como ciência, naturalizou o psiquismo, ou seja, igualou a consciência aos fatos naturais, no entanto a consciência não seria apenas um objeto, uma vez que ela é quem dá significado às coisas.

O que o Ser psíquico “é”, a experiência não o pode ensinar no mesmo sentido que se aplica ao físico. Pois o psíquico não é aparência empírica; é “vivência”, averiguada na reflexão, autoevidente, num fluxo absoluto, como atual e já “esmorecendo”, perdendo-se constantemente e evidentemente num passado. (HUSSERL, 1911/1965, p. 33-34).

Tanto Husserl (1935/2002) quanto Morin (2005) relatam que apesar de ter concebido um método bem sistematizado, essa ciência é incapaz de refletir sobre si mesma, já que excluiu o sujeito observador de sua investigação, causando uma desvinculação entre sujeito e objeto. Dessa forma, o próprio cientista é impossibilitado de refletir sobre a ciência,

já que ele deve adotar uma postura de “neutralidade”. Porém, o ato de pensar do cientista é um ato subjetivo e ele não consegue se dar conta de que o mundo circundante é o que dá sentido à sua investigação.

Assim, Husserl (1935/2014, p. 149) responde que “por via deste objetivismo, a Psicologia não pode de maneira alguma tomar como tema a alma no seu sentido mais próprio, isto é, o eu que age e padece”. Então a Psicologia fracassa por causa do seu objetivismo, pela insistência em excluir a essência da vida espiritual em favor de uma explicação psicofísica dos atos humanos. E essa Psicologia ainda pretende ser o fundamento das ciências do espírito.

Por reconhecer somente o método experimental como válido, a psicologia exata moderna considera-se a única psicologia científica, rejeitando a descrição e análise puras da consciência. Husserl (1911/1965) coloca que o erro da psicologia exata moderna foi considerar o psíquico apenas como um fato natural e assim esqueceu-se de investigar o significado da experiência psicológica.

O naturalismo empirista considera a sua ciência como autêntica, pois ressalta que seu conhecimento provém da experiência, no entanto, como Husserl (1913/2006) afirma, não se trata da experiência imediata e sim de transformar todas as coisas, inclusive a psique, em objetos passíveis de experimentação científico-natural.

Quando a Psicologia segue o modelo das ciências naturais, ela coisifica a consciência. Essa coisificação é a tentativa de retirar o que há de subjetivo do fenômeno do qual se propõe a estudar, para que dessa forma encaixe a consciência à sua metodologia. Transformar o psíquico em objeto explicável pelo método físico-químico faz com que a Psicologia se enverede por um caminho metodológico ingênuo, norteados por preconceitos e pressuposições ao invés de analisar a coisa pura da forma como ela se mostra (HUSSERL, 1911/1965).

Desse modo, ao invés de ser ciência autêntica, a Psicologia Explicativa torna-se imaginária, pois constrói ideias a priori, formula juízos e os colocam como a única verdade acerca do objeto (HUSSERL, 1913/2006).

Segundo Nobre de Melo (1980) o homem tenta conformar a realidade de acordo com suas percepções e assim cria um mundo fictício baseado em impressões, mundo esse que não corresponde à realidade das coisas. À vista disso, o conhecimento científico, segundo Husserl (1911/1965) precisa ir além da apreensão dos objetos pela sensopercepção, ele precisa de uma análise sistemática de vivências para que possa fazer distinções e relações e assim desvendar a causalidade do mundo.

Sendo assim, Husserl (1935/2002) aponta a urgência em modificar a Psicologia Moderna, pois esta fracassou ao querer ser objetiva propondo-se a investigar a vida psíquica isolando a psique humana, desconsiderando a vida do homem como *ser-no-mundo-com-os-outros* e muito menos sem acessar a essência da vida do espírito.

Husserl (1911/1965; 1913/2006; 1935/2002; 1925/2014) e Dilthey (1894/2012) não negavam a importância da natureza para a ciência do espírito, no entanto, a natureza da qual deve interessar ao cientista que se dedica a estudar a dimensão espiritual do homem, é o seu mundo circundante – que faz parte da vida histórica e intersubjetiva da humanidade – esse mundo é espiritual e não pode ser apreendido de maneira exata.

No entanto, a Psicologia rendeu-se à ciência natural e assim teve como preocupação principal elaborar explicações conclusivas sobre a psique. Com isso, o animal foi objetificado e transformado em cobaia dos laboratórios de Psicologia Experimental.

Em contrapartida, existe uma outra possibilidade de a Psicologia estudar o animal, pesquisando a percepção do homem sobre este e os efeitos da interação entre ambos para a saúde psicológica humana. Tal investigação resultou nas Intervenções Assistidas por Animais que apresento de forma mais detalhada no próximo capítulo.

4 AS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS – IAA's

4.1 Breve histórico das Intervenções Assistidas por Animais – IAA's

Os homens sempre tiveram *insights* importantes sobre a natureza, como o poder curativo das plantas para os mais variados tipos de doenças, a previsão de mudanças climáticas e também sobre os benefícios do convívio com o animal, antes mesmo de existirem evidências científicas que comprovassem os efeitos fisiológicos e psicossociais decorrentes dessa interação, era o conhecimento que partia simplesmente de vivências com o meio ambiente (LEVINSON, 1969/1997).

Em 400 a.C., houve uma das primeiras tentativas de prática de Intervenção Assistida por Animais (IAA) quando Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.) colocou cavalos como auxiliares no tratamento de doenças físicas. Mais de mil anos depois, no século IX em Gheel na Bélgica foi permitido que pessoas com necessidades especiais cuidassem de animais domésticos como componente da intervenção terapêutica (ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E PROTECÇÃO DO GADO ASININO, 2010; MENDONÇA *et al.*, 2014).

No século XVIII, tem-se o registro de animais auxiliares no tratamento terapêutico de pacientes psiquiátricos, a maioria com esquizofrenia, que viviam em condições sub-humanas no *York Asylum*, um sanatório situado em Yorkshire, na Inglaterra. Preocupado com o tratamento que era dispensado a esses pacientes, William Tuke (1732-1822), administrador da *York Retreat*⁷, introduziu uma terapêutica alternativa nessa instituição (MOTTI, 2007; MENDONÇA *et al.*, 2014).

O tratamento consistia em não utilizar métodos cruéis para mudanças de comportamentos. Os pacientes podiam usar suas próprias roupas, participar de festas com os outros internos, praticar artesanato, leitura e também eram estimulados a cuidar de animais como cães, coelhos e pássaros. Os pacientes eram divididos em grupos e cada grupo tornava-se responsável por uma certa quantidade de animais (LEVINSON, 1969; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Tuke acreditava que essas atividades, principalmente o convívio com animais, favoreciam o desenvolvimento de comportamentos sociais saudáveis e da autoconfiança. O trabalho proposto por Tuke teve pouca repercussão na literatura médica, no entanto, a terapia

⁷ Organização *quaker* beneficente fundada em 1792.

baseada no convívio com animais estendeu-se para outros países europeus no fim do século XVIII (MOTTI, 2007; MENDONÇA *et al.*, 2014).

Em 1830, um grupo de pessoas que mantinham instituições de caridade conhecidos como *British Charity Comissioners* publicaram nos jornais ingleses uma nota oficial na qual recomendava que as instituições psiquiátricas promovessem o convívio dos pacientes com animais como cães, gatos, pássaros, coelhos e macacos, para que o ambiente ficasse mais agradável e menos parecido com prisões (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Marques (2008) ressalta que, em 1867, cães, gatos, coelhos e pássaros tornaram-se participantes no tratamento de pessoas com epilepsia que possuíam dificuldades físicas e mentais em um sanatório na cidade de Bielfield, Alemanha. Atualmente essa instituição atende cerca de cinco mil pacientes com a prática da Terapia Assistida por Animais (TAA).

Rocha, Muñoz e Roma (2016) destacam que a primeira pessoa a pesquisar sobre a influência dos animais na saúde humana foi a enfermeira britânica Florence Nightingale (1820-1910), que defendia a importância da presença de animais de companhia para pessoas com doenças crônicas.

Nos Estados Unidos, a história da IAA teve início em 1919, quando a presença de animais no processo terapêutico de pacientes psiquiátricos do Hospital de St. Elizabeth em Washington (Estados Unidos) foi sugerida pelo Secretário do Interior Franklin K. Lane (1864-1921) (MOTTI, 2007; MARQUES, 2008; MENDONÇA *et al.*, 2014).

Considerado o “pai da reabilitação integral”, Howard Archibaldo Rusk (1901-1989) foi nomeado Chefe dos Serviços Médicos no Hospital Militar *Jefferson Barracks* em St. Louis, Missouri, nos Estados Unidos, em 1942 e foi conhecido por trabalhar com reabilitação de militares feridos na Segunda Guerra Mundial, nesse mesmo ano fundou o *Army Air Force Convalescent Hospital*, em Pawling, Nova York, dentre as suas atividades inovadoras de reabilitação está o trabalho com animais de fazenda – bovinos, cavalos e galinhas – e a presença de cães como animais de companhia para os pacientes, tanto que o curso de treinamento de cães tornou-se uma das atividades terapêuticas (BLUM; FEE, 2008; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

O trabalho terapêutico facilitado pela interação com cães e o treinamento destes teve início quando um dos pacientes internos do *Army Air Force Convalescent Hospital*, que era um tenente que havia lesionado gravemente a perna, disse, durante uma visita de voluntários, que tinha o desejo de ter um cão como animal de estimação, logo recebeu de doação um filhote de Pastor Alemão que foi chamado de “Fritz”. A companhia de Fritz proporcionou ao paciente/tutor melhoras no desenvolvimento da autoestima, da autonomia e

ele tornou-se mais comprometido com o tratamento, motivado pelo desejo de cuidar do cão (LEVINSON, 1969/1997).

Tal empreendimento teve repercussão no hospital, o que motivou outros pacientes a também solicitarem animais de estimação e as aulas de treinamento de cães, com duração de duas horas diárias, tornou-se parte do tratamento de reabilitação no hospital. Os pacientes que ficavam responsáveis pelo cão deveriam se comprometer a não vender ou doá-lo, caso não tivessem mais condições de cuidar do animal, este deveria ser devolvido à Cruz Vermelha para ser redistribuído a novos pacientes (LEVINSON, 1969/1997).

Segundo Morrison (2007), foi o sociólogo americano James Bossard (1888-1960) quem escreveu o primeiro artigo científico relacionado a IAA's intitulado "*The Mental Hygiene of Owning a Dog*", publicado em 1944, que discutia sobre os benefícios que o animal de estimação poderia trazer ao seu tutor.

Contudo, a década de 1960 é considerada por vários estudiosos (MOTTI, 2007; MARQUES, 2008; FARACO *et al.*, 2009; MENDONÇA *et al.*, 2014) como um marco na história das IAA's graças às pesquisas do psiquiatra lituano, radicado nos Estados Unidos, Boris Mayer Levinson (1908-1984) que ao constatar melhoras comportamentais após observar o modo de uma criança com deficiência intelectual interagir com um cachorro chamado Jingles, deixado acidentalmente no consultório, denominou os cães de coterapeutas no trabalho, já que estes trazem benefícios terapêuticos na intervenção, sendo assim considerado o pai da TAA, a qual ele chamava de *Pet Therapy* (ou Pet Terapia).

Tudo começou quando Levinson (1969/1997), por imaginar que não atenderia mais nenhum paciente naquele momento, estava escrevendo em seu escritório na companhia de seu cachorro Jingles, quando, inesperadamente, uma família – pai, mãe e criança – tocam a campainha, eles chegaram horas antes do horário marcado para consulta e os pais demonstravam muita aflição. Como a criança já havia sido submetida à terapia por muito tempo e não obtinha melhoras, foi recomendado que ela fosse internada. Os pais então, a levaram para uma consulta diagnóstica com Levinson para saber se ele aceitaria ou não a criança, chamada Johnny, como paciente.

Quando Levinson (1969/1997) foi cumprimentar os pais, Jingles correu em direção à criança que não expressou sinal de medo, ao fim da entrevista dos pais, Johnny demonstrou interesse em voltar ao consultório porque queria ver o cachorro. Durante as sessões, a criança ficava tão envolvida brincando com Jingles que parecia não perceber a presença do terapeuta. No entanto, Levinson (1969/1997) relata que com o passar dos

encontros, o afeto que o menino tinha com o cão passou também a ser direcionado a ele. E assim, o tratamento foi possível e a criança recebeu alta.

Ao apresentar esse estudo de caso na convenção anual de Psicologia Americana, em 1961, Levinson (1969/1997) menciona que foi muito criticado por seus colegas, que ridicularizaram a situação de um cachorro participar do *setting* terapêutico, por outro lado, alguns psicólogos e psiquiatras infantis compartilharam diversas experiências parecidas de animais com pacientes infantis. Um levantamento feito pelo próprio Levinson em 1972, constatou que 30% dos 435 psicoterapeutas do estado de Nova York que participaram da pesquisa, tinham animais de estimação como coterapeutas (MORRISON, 2007).

Após o caso do menino Jhonny, Levinson continuou a ter Jingles como coterapeuta no tratamento de outras pessoas, tanto adultas quanto crianças, e passou a introduzir outros cães, gatos e peixes de aquário no consultório e também solicitava que seus pacientes levassem seus próprios animais para as sessões (LEVINSON, 1969/2007).

No início da década de 1970, os psiquiatras Samuel Corson e Elizabeth Corson iniciaram no laboratório de um hospital psiquiátrico da Universidade de Ohio (Estados Unidos) um estudo longitudinal para avaliar as consequências do estresse em cães, no entanto, um paciente adolescente ouviu o barulho dos cães, pediu para vê-los e foi autorizado a levar um deles para passear. O adolescente, que antes mal falava com a equipe médica, tornou-se comunicativo e ficava animado com a possibilidade de rever os animais, os efeitos foram tão surpreendentes que seu terapeuta começou a utilizar a intervenção assistida por cães no tratamento deste paciente (THOMAS JUNIOR, 1998; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Este caso motivou Samuel Corson e Elizabeth Corson a realizarem uma pesquisa-piloto onde eram promovidas a interação entre 50 pacientes psiquiátricos, que não obtiveram sucesso em outros tipos de tratamento, e cães na Universidade de Ohio, as atividades propostas eram passeios com os animais, escovação dos pelos e visitas sociais. Ao final da pesquisa, 47 pacientes responderam positivamente ao tratamento, que como resultado apresentaram melhoras na comunicação e na autoestima, maior senso de responsabilidade e tiveram as doses de medicações psicotrópicas diminuídas (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Thomas Júnior (1998) relata o caso de um interno do mesmo hospital, com idade de 19 anos que sofria de um quadro psicótico grave e ficava a maior parte do tempo deitado, inerte na cama e o tratamento tradicional não trazia nenhuma evolução à sua condição, entretanto, a visita do cão ao seu quarto e a estimulação da interação entre o animal e o paciente, trouxe melhoras significativas ao quadro clínico do jovem e logo ele recebeu alta.

Enquanto os Corson e Levinson pesquisavam a Pet Terapia e faziam descobertas significativas nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, Nise da Silveira (1905-1999) foi pioneira no trabalho com IAA no Brasil e no mundo.

4.1.1 A importância de Nise da Silveira para a consolidação das IAA's no Brasil e no mundo

A Dr.^a Nise foi uma das primeiras mulheres a se formar em Medicina no Brasil e em 1944 assumiu o cargo de médica psiquiatra no Centro Psiquiátrico Engenho de Dentro, Rio de Janeiro. Essa médica era contrária ao tratamento dispensando aos pacientes que consistia basicamente em lobotomia, coma insulínico e eletrochoque, pois considerava que esses métodos, além de violentos, focavam apenas na doença e não no paciente em adoecimento, assim, tornou-se responsável pelo setor de Terapia Ocupacional do hospital (CARVALHO; AMPARO, 2006).

O Setor de Terapia Ocupacional, sob o comando de Nise, desenvolvia atividades como costura, jardinagem, sapataria, salão de beleza, teatro, escultura como também a pintura e em 1952 foi fundado o Museu do Inconsciente, composto por mais de 350 mil obras de arte produzidas pelos pacientes (CARVALHO; AMPARO, 2006).

O trabalho de Nise tinha como fundamento epistemológico a Psicologia Analítica, desenvolvida por Carl Gustav Jung (1875-1961) e foi ela quem introduziu a Psicologia Junguiana no Brasil. Em 1956, criou a Casa das Palmeiras, primeira clínica psiquiátrica com regime de externato em nosso país (MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE, s.d.; CARVALHO; AMPARO, 2006).

Em 1955, uma cadela foi abandonada no campo de esportes do Hospital e logo foi resgatada por um dos pacientes que cuidou dela e a chamou de Caralâmpia. Nise percebeu que a partir do convívio com Caralâmpia, o homem, que não mantinha contato com ninguém, passou a se comunicar com os outros. Desde então, cães e gatos passaram a fazer parte do tratamento dos pacientes do Engenho de Dentro (SILVEIRA, 1981/2015; MELLO, 2015).

Nise encontrou muita resistência por parte da administração do Hospital, o que dificultou o trabalho. Em 1960, quando a médica entrou de férias, muitos animais foram exterminados. Após o terrível acontecimento, Nise escreveu uma carta ao diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, colocando o seu cargo à disposição. O ocorrido causou grande repercussão em vários setores da sociedade e assim, o administrador do hospital foi afastado e Nise voltou a prestar seus serviços no local (MELLO, 2015).

Nise denominou cães e gatos de coterapeutas, pois ela compreendia que os efeitos causados pelo contato do animal com o paciente pouco tinham a ver com a condução do terapeuta e sim com a própria natureza do animal. Mello (2015, p.105) apresenta uma descrição de Nise sobre os animais, no qual ela diz que “O cão é afetuoso. Se ele é afastado e depois você chamar, ele vem. O gato não. O gato é uma dignidade absoluta. Não há gato viralata. Não há. Cada um é príncipe, é uma realeza e tem que ser tratado com toda deferência, sempre”. Seja o animal cão ou gato, cada um possui a sua especificidade ao interagir com o humano.

4.1.2 Crescimento das pesquisas sobre as IAA's

Foi a partir da década de 1980 é que a IAA ganhou maior peso científico, ao serem realizadas mais pesquisas sobre o assunto e assim esse tipo de intervenção passou a ser aplicada de maneira mais significativa no Brasil. Nessa época, houve um considerável número de pesquisas sobre os efeitos causados pela interação do animal com o homem, o estudo desenvolvido por Friedmann *et al.* (1980) é classificado como o primeiro estudo de grande repercussão sobre o tema (MOTTI, 2007; MARQUES, 2008; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Friedmann *et al.* (1980) realizaram a pesquisa na Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos, e nela analisaram os efeitos tanto do isolamento quanto do apoio social na saúde de pacientes que tiveram infarto do miocárdio ou angina *prectoris*. Foi levado em consideração que os animais de estimação seriam companheiros, dessa forma, também foi analisada a relação entre a influência do animal de estimação e a incidência ou prevalência da doença no humano. Para avaliar todas as variáveis sociais envolvidas, os participantes responderam questionários quando estavam hospitalizados e depois de um ano de alta hospitalar.

Um ano após a aplicação dos primeiros questionários, Friedmann *et al.* (1980) entraram em contato novamente com os pesquisados, de 94 participantes iniciais, dois não foram localizados e assim, sobraram 28 mulheres e 64 homens, dentre esses 14 participantes haviam morrido no decorrer do ano. Um total de 53% (58 de 92) deles possuíam um ou mais animais de estimação. Dos 14 que morreram, 11 não possuíam animais de estimação e 3 possuíam.

Friedmann *et al.* (1980) levantaram a hipótese inicial de que o cão aumenta o tempo de sobrevida do seu tutor, pois exige deste maior esforço físico ao dispensar cuidados

ao animal e levá-lo para passear, no entanto, 10 dos sobreviventes não tinham cães de estimação e sim outros animais.

Os resultados do estudo comprovaram que a afiliação social e o companheirismo proporcionado pelo animal de estimação têm efeitos positivos na saúde humana. Então, Friedmann *et al.* (1980) descobriram uma variável até então desconhecida e chegaram a seguinte conclusão: no momento em que interage com o animal de estimação, a pessoa tem a diminuição da frequência dos batimentos cardíacos bem como da pressão arterial. Rocha, Muñoz e Roma (2016) destacam que essa pesquisa inovadora impulsionou novos estudos na área durante a década de 1980.

No Brasil, as pesquisas sobre a interação do homem com animal foram iniciadas pela médica veterinária e psicóloga Hannelore Fuchs. Em sua tese de Doutorado em Psicologia, pela USP, de 1987 sob o título “*O animal em casa: um estudo no sentido de desvelar o significado psicológico do animal de estimação*”, Fuchs (1987, p. 18) utiliza a nomenclatura Terapia Mediada por Animais e a conceitua como

o emprego de procedimentos, intencionais ou não, que propiciam uma vivência a curto ou longo prazo com um animal com vistas à obtenção de benefício físico ou psicológico para uma pessoa ou grupo de pessoas, institucionalizadas ou não, com deficiência física ou mental.

Fuchs (1987) propõe que o homem que convive com o animal tem diante de si benefícios que são inegáveis. O fato de o humano tornar-se responsável por outro ser vivo, que lhe oferece companhia e assim ter que realizar novas tarefas em função desse animal possibilita ao homem a diminuição do isolamento social, solidão e depressão. Observar o animal de estimação, acariciá-lo e mover-se em direção a ele bem como a segurança que a presença deste oferece ao tutor é capaz de diminuir a ansiedade.

Segundo Dotti (2014), entre as décadas de 1960 e 1980 haviam diversas nomenclaturas para atividades auxiliadas por animais. Assim, em 1996 a *Delta Society*⁸ adotou como terminologia internacional a “Intervenção Assistida por Animais – IAA” e especificou duas formas: Atividade Assistida por Animais (AAA) e Terapia Assistida por Animais (TAA) (DOTTI, 2014; MARQUES *et al.*, 2015).

Algumas terminologias antigas ainda são utilizadas atualmente no Brasil, no entanto, Dotti (2014) afirma que “Pet-terapia”, “zooterapia”, “terapia mediada por animais”, “terapia com animais” podem trazer problemas de interpretação. A “Pet-terapia” e “Terapia

⁸ *Delta Society* atualmente conhecida como *Pet Partners* é uma organização responsável pela normatização do uso de animais em IAA nos Estados Unidos. Está preocupada em proporcionar saúde e bem-estar humano através da interação do homem com animais (DOTTI, 2014; MARQUES *et al.*, 2015).

com animais” dão a entender que é o animal que está sendo submetido ao trabalho terapêutico e outro problema também está que a terapia não é mediada apenas por animais de estimação, mas sim por outros animais, como os de fazenda e alguns silvestres. A palavra “zooterapia” se confunde com o uso de animais para a produção de fármacos.

Assim, “se não estivermos alinhados com o resto do mundo, poderemos comprometer a credibilidade do país frente às organizações internacionais e deixaremos de ter parcerias, convênios e o intercâmbio de informações” (DOTTI, 2014, p. 32). É recomendado que estas nomenclaturas não sejam mais utilizadas, visto que trabalhos científicos podem ser invalidados caso não usem as terminologias padrão. Utilizando os termos técnicos padronizados, o Brasil se insere no contexto das pesquisas científicas sobre IAA’s.

4.2 Questões técnicas referentes a Intervenções Assistidas por Animais – IAA’s

Por ser uma atividade que envolve animais e com isso torna-se capaz de promover recreação, a IAA pode parecer um trabalho simples, mas não é, na verdade é um serviço muito complexo que exige a observância de diversos fatores como o tipo de animal a ser adotado como coterapeuta, os cuidados dispensados a ele, os locais apropriados para que ocorra a intervenção e os objetivos desta bem como o planejamento de atividades a serem executadas e outros fatores que serão melhores aprofundados no decorrer do presente estudo.

Roma (2016) menciona que a pessoa que se dispõe a trabalhar com IAA precisa ter habilidades indispensáveis relacionadas ao domínio teórico sobre esse tipo de intervenção, comportamento animal, conhecer o animal e o paciente e também saber trabalhar em equipe, já que o trabalho de IAA ocorre em conjunto com uma equipe multiprofissional, geralmente composta por psicólogo, fonoaudiólogo, médico, enfermeiro, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

Além dos profissionais, o psicólogo precisa de estratégias para lidar com os outros atores envolvidos no processo – como o condutor do animal e a família do paciente, por exemplo – e ter perspicácia para atuar nos diferentes contextos em que podem haver IAA’s como “[...] hospitais; centros de recuperação para vício em drogas; presídios, consultórios de médicos, dentistas ou psicólogos; programas de educação especial; abrigos para crianças; entre outros.” (ROCHA, 2016, p. 61).

Como mencionei anteriormente, as IAA’s subdividem-se, quanto a sua finalidade, em Atividades Assistidas por Animais (AAA), Terapia Assistida por Animais (TAA) e em Educação Assistida por Animais – EAA, sendo esta última aplicada em contexto educacional

como atividades escolares ou de leitura na presença de animais (BORBA, 2015a).

A AAA se dá em um contexto socioeducacional ou institucional, promove recreação, distração e educação através do contato do animal com uma pessoa ou um grupo, com problemas de saúde ou não. A atividade pode ser orientada por uma equipe multiprofissional bem como por voluntários, não possui uma programação estruturada e nem um foco específico. Embora gere benefícios terapêuticos, a AAA não se constitui como terapia (DOTTI, 2014; LACERDA, 2014; MARQUES *et al.*, 2015).

Se a visita à instituição for em grupo, é importante que todos se reúnam e entrem juntos no local, pois o impacto positivo é maior. Sempre que possível, antes de iniciar qualquer evento que tenha a presença de animais, conversar com os participantes e esclarecer a importância de tratá-los e de evitar movimentos bruscos ou gritos, pois podem assustá-los. Apresentar o animal à pessoa e perguntar se ela tem medo, se é alérgica e se quer aproximar-se dele e acariciá-lo, a pessoa deve ser encorajada a ficar perto do animal, mas nunca forçada (DOTTI, 2014; VASCONCELLOS, 2016)

O animal deve ser apresentado no chão, principalmente se for de médio ou grande porte, nunca o colocar no mesmo nível ou acima da cabeça da pessoa. Se a pessoa quiser segurar o animal, coloque ele nas pernas ou no colo dela, nunca diretamente nos braços ou mãos e não é recomendado deixar o participante sozinho com o animal. Tratar a pessoa com gentileza, mesmo que ela faça algo inadequado com o animal, ela deverá ser advertida ou o animal retirado do seu colo de maneira cordial. O objetivo das visitas é levar alegria e motivação, dessa forma, não é recomendado estimular situações tristes e nostálgicas (DOTTI, 2014).

Segundo Dotti (2014) o tempo de duração da sessão de AAA deve ter no mínimo 20 min e no máximo 01h30min, não podendo ultrapassar estes limites. Os primeiros 15 ou 20 minutos da sessão são reservados para o contato inicial entre a pessoa e o animal. É o tempo em que a pressão arterial e os batimentos cardíacos estabilizam-se após a presença desse novo estímulo e a pessoa começa a relaxar.

A TAA, ao contrário da AAA, é um processo terapêutico planejado, tendo uma periodicidade regular e possui estruturação, fundamentação, objetivos determinados e avaliação de resultados. O animal é um coterapeuta já que faz parte do tratamento, que deve ser orientado especificamente por um profissional de saúde especializado em IAA e; visa reabilitação física, social e/ou emocional do paciente (MARQUES, 2008; SOUSA, 2010; LACERDA, 2014).

Dotti (2014) apresenta dois aspectos a serem considerados na TAA: o primeiro é que a partir dessa modalidade terapêutica, acompanhada por profissionais habilitados, é possível que os objetivos estabelecidos previamente sejam alcançados e os resultados mensurados. O outro aspecto é que a simples presença do animal pode gerar respostas emocionais e sociais inesperadas independentemente de estar ou não em um trabalho de terapia (DOTTI, 2014).

A inserção do animal no *setting* psicoterapêutico acontece quando o paciente procura o psicoterapeuta já com a intenção de ter uma terapia assistida por animais ou quando o psicoterapeuta percebe que o trabalho com o animal coterapeuta é útil para o processo e sugere isso ao cliente, neste caso é preciso ter clareza se ele deseja realmente ou não participar desse tipo de intervenção ou se é algo que foi aceito por insistência do profissional, pois pode ser que o cliente não queira o animal em suas sessões e como consequência, o animal pode receber um tratamento hostil por parte dele, o que pode ser estressante e violento para ambos (RAMOS; PRADO; MANGABEIRA, 2016; VASCONCELLOS, 2016).

Em ambos os casos deve ser estabelecido um contrato terapêutico onde o profissional esclarece o papel que será desempenhado pelo animal, os objetivos a serem alcançados, o tempo e o número de sessões e como o cliente deve proceder em relação animal e quais os limites dessa relação. O psicoterapeuta deve trabalhar os sentimentos envolvidos com a separação entre cliente e animal no fim do processo terapêutico, uma vez que o trabalho possui começo, meio e fim, desse modo, recomenda-se que a interrupção da intervenção não seja repentina, pois pode trazer respostas emocionais negativas para a pessoa em terapia (RAMOS; PRADO; MANGABEIRA, 2016).

O terapeuta não precisa necessariamente ser o condutor. O condutor é a pessoa responsável pelo animal, atento aos seus cuidados higiênicos e apto para perceber quando o animal manifestar qualquer sinal de desconforto durante a intervenção (ROMA, 2016).

Este profissional deve manter o respeito à confidencialidade, com isso ele também pode facilitar um relacionamento positivo entre a pessoa em atendimento e o animal, apesar dessa não ser uma de suas atribuições, mas a sua presença já gera uma mudança no *setting* terapêutico e caso o paciente não inicie o contato com o animal espontaneamente, o condutor pode levá-lo ao seu encontro. No entanto, Roma (2016) alerta que o condutor deve agir com bom senso e manter a comunicação bem estabelecida com o terapeuta para perceber em que momentos ele pode interferir ou não na interação do paciente com o animal.

Entre AAA e TAA não existem somente diferenças, Marques (2008) apresenta como semelhanças entre as duas modalidades: o estímulo à interação entre pessoa e animal,

promovem bem-estar e qualidade de vida e o fato de serem indicadas para pessoas de qualquer idade.

Há situações em que a IAA é contraindicada. Dotti (2014, p. 38-39) apresenta:

Quando os animais forem fontes de rivalidade e competição num grupo; quando alguém se torna possessivo e quer o animal só para si [...]; quando há possibilidade de ocorrência de algum acidente por manuseio inadequado do animal, ou má seleção, ou por falta de supervisão; pessoas com problemas mentais que sem perceberem podem provocar ou mesmo machucar os animais; pessoas que porventura se sintam rejeitadas pelos animais e, que até por expectativas não realistas, se sintam ofendidas ou causem baixa estima; alergias ou problemas de respiração; zoonoses [...]; pessoas com feridas abertas ou baixa resistência, devem ser cuidadosamente monitoradas, a participação deve ser restrita; pessoas que têm medo de animais; voluntários ou profissionais que não se identificam com a classe de pacientes e animais.

O condutor deve estar atento para que o animal não sofra nenhuma forma de violência por parte do paciente, nesse caso, sugere-se uma Intervenção com peixes de aquário, pois além de oferecer os mesmos benefícios desse tipo de intervenção, o animal está mais seguro por ficar no aquário, sendo um contato mais resguardado (VASCONCELLOS, 2016).

4.3 Os animais coterapeutas

Embora muitos animais sejam citados como coterapeutas, como o cavalo, tartaruga, periquito, peixe, cabra, hamster, esquilo chinês, porco da índia, animais de fazenda, gato, pássaro, tartaruga, peixe, galinha, pato, o cão é o animal predileto, presente em 22 das 28 publicações encontradas (MARQUES, 2008; KOBAYASHI *et al.*, 2009; TANAKA E SILVA *et al.*, 2009; PEREIRA; PEDROSO, 2009; FARACO *et al.*, 2009; OLIVA *et al.*, 2010; VIVALDINI, 2011; REED; FERRER; VILLEGAS, 2012; JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ, 2012; QUEIROZ, 2014; LACERDA, 2014; MARQUES *et al.*, 2015; LASA *et al.*, 2015; FISCHER; ZANATTA; ADAMI, 2016; MOREIRA *et al.*, 2016; MENDES, 2016; PEREIRA *et al.*, 2017; OLIVEIRA; CUNHA, 2017; NOGUEIRA *et al.*, 2017; MARINHO; ZAMO, 2017; SANTOS; PAULA, 2017; BASEGIO *et al.*, 2018).

Ramos, Prado e Mangabeira (2016, p.225) relatam que “o potencial terapêutico do cão se deve ao fato de ser uma audiência que não julga, mostra-se sempre disposto aos seres humanos, é uma fonte acessível e sem limites de apoio, lealdade e companheirismo, além do seu amor incondicional”. Segundo Marques (2008) e Dotti (2014), o cachorro é preferido nas IAA's devido à sua capacidade em ser domesticado, por ser um animal afetuoso e ter facilidade em interagir com o humano.

As Intervenções Assistidas por Animais – IAA's realizadas ao ar livre com cavalo, boi, vacas, cabras, jumento e galináceos, geralmente acontecem em sítios ou fazendas e os tipos de atividades mais comuns são as recreativas e educativas com crianças, para que elas tenham contato com a natureza e aprendam de maneira útil sobre preservação do meio ambiente (CHELINI, 2016).

No entanto, a Intervenção Mediada por Cavalos – IMC é uma atividade bem consolidada no Brasil e é conhecida como Equoterapia, terminologia registrada pela Agência Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL). A ANDE-BRASIL foi fundada em 10 de maio de 1989 e sua sede está situada em Brasília - DF, mas atua em todo território nacional. É uma organização sem fins lucrativos e tem como missão “oferecer a Equoterapia como meio de reabilitação, de educação e de inserção social para melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.” (ANDE-BRASIL, s.d.). A ANDE-BRASIL também oferece cursos de capacitação para profissionais que desejem trabalhar com a Equoterapia.

Chelini (2016) relata que apesar de existir IAA com répteis e anfíbios como serpentes, tartarugas, iguanas, sapos e rãs, não é um trabalho recomendado, pois é escasso o número de veterinários especializados para o cuidado desses animais, o que dificulta ainda mais a garantia do bem-estar deles na Intervenção, além disso, esses animais são foco de contaminação por salmonelas, que pode ser altamente prejudicial para a saúde do homem.

As intervenções assistidas por golfinhos, conhecidas como “*Dolphin Therapy*”, para crianças com distúrbios neurológicos iniciaram na década de 1970 através da antropóloga Betsy Smith, pesquisadora da Universidade da Flórida (Estados Unidos). Betsy iniciou seus estudos sobre *Dolphin Therapy* quando percebeu os efeitos positivos da interação em seu irmão que tinha déficit intelectual (THE HENRY SPINK FOUNDATION, s.d.).

No entanto, Chelini (2016) ressalta que em 2003 essa mesma pesquisadora afirmou que a *Dolphin Therapy* não seria tão eficaz, porque as pesquisas sobre essa intervenção possuíam sérios erros metodológicos e conceituais que punha em xeque a validade desses estudos, que sempre apresentavam como resultados benefícios terapêuticos advindos da interação com os golfinhos. Além disso, a *Dolphin Therapy* tem um custo elevado para as famílias por ser um tratamento muito caro, custando em média 100 dólares por hora. Assim, seria recomendado que o paciente participasse de outros tratamentos menos onerosos e mais eficazes do que este.

A prática de atividades com mamíferos aquáticos envolve riscos de contaminação por parasitas; infecções bacterianas e acidentes com humanos ou com os animais, riscos estes

que são maiores que os possíveis benefícios. Também há problemas éticos por este trabalho se constituir como uma grave ameaça ao meio ambiente ao retirar um animal de grande porte, alguns com risco de extinção, de seu hábitat para viver em cativeiros (CHELINI, 2016).

Além dos riscos envolvidos com esse tipo de intervenção, devemos refletir também sobre as consequências dessa prática para o animal. O que é para o golfinho ou outro mamífero aquático ser retirado de seu hábitat natural para viver em cativeiros durante toda a sua vida? Assim como discuto ainda neste capítulo, a prática das IAA's não pode trazer sofrimento ao animal coterapeuta.

Há registro de um trabalho de AAA com um molusco de espécie africana denominado *Achatina fulica*, popularmente conhecido como *escargot*, por meio do projeto “*Educando através dos animais: o papel da zooterapia no cotidiano de escolares*” desenvolvido pela Profa. Dra. Maria de Fátima Martins, da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. O projeto que foi criado em 2002 e atendeu cerca de 1500 alunos tem como objetivo levar esses moluscos para escolas da rede pública e privada para promover a interação destes com crianças com idade entre 06 e 16 anos e que possuem dificuldades de aprendizagem. Observou-se que a interação destes animais com as crianças e adolescentes, em sessões que duravam cerca de 40 minutos, proporcionavam relaxamento e concentração e também possibilitou trabalhar questões como respeito e aceitação a diferentes seres vivos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015; CHELINI, 2016).

Entretanto, há uma ampla discussão sobre quais animais seriam adequados para as intervenções, sejam elas terapêuticas ou recreativas. Que animais seriam esses? Vasconcellos (2016) responde que as espécies que possuem um histórico de domesticação, cães, gatos, cavalos, asininos, por exemplo, são animais compatíveis para o trabalho como coterapeutas.

Dotti (2014) orienta que se deve escolher o animal adequado para cada situação e tipo de paciente em IAA, por exemplo, cães de pequeno porte e menos ativos para intervenção com idosos, já os animais mais ativos seriam apropriados para o trabalho com crianças sem dificuldades motoras e para pessoas doentes, animais que podem aproximar-se da cama dos pacientes, para isso eles tem que ser quietos, de pouca pelagem ou de pelos lisos.

Animais silvestres (mesmo que estejam saudáveis) e animais domésticos que apresentam problemas de saúde – que não estão vermifugados e nem com as vacinações atualizadas, agressivos com pessoas e animais desconhecidos, com menos de 01 ano de idade ou idosos – não são indicados para o trabalho em IAA, porque além de ser um risco para a saúde humana, há um risco maior para o meio-ambiente, para a saúde e o bem-estar deles. Os animais silvestres não possuem histórico de domesticação e seria inconveniente retirá-los de

seu hábitat natural para uma tarefa que poderia muito bem ser executada por aqueles que já convivem com humanos há milhares de anos (DOTTI, 2014; VASCONCELLOS, 2016).

Convém ressaltar que o animal idoso, que passou muitos anos como coterapeuta, não pode deixar a IAA de maneira abrupta, pois pode ser prejudicial para ele outrossim, sua retirada deve ser gradativa, como a diminuição do número de sessões e de atividades a serem executadas (VASCONCELLOS, 2016).

É preciso pontuar, conforme Vasconcellos (2016), que aqueles animais que se sentem desconfortáveis na presença de pessoas ou situações estranhas provavelmente não se adaptarão ao trabalho. A IAA deve ser uma atividade prazerosa para o animal e nem todos são aptos para serem coterapeutas ou mesmo não tem o desejo de ser.

[...] o animal a ser utilizado em TAA/AAA não deve, idealmente, demonstrar medo excessivo de sons inesperados ou movimentos bruscos e deve obedecer a comandos (sem sinais de contrariedade), apreciar o trabalho (apreço demonstrando por meio de comportamentos afiliativos durante as sessões), ser saudável, exibir um comportamento consistente ao longo do tempo, apreciar a companhia das pessoas e sentir-se recompensado com reforço social. (VASCONCELLOS, 2016, p. 162).

Sendo assim, é importante observar as necessidades do animal e aceitar que nem todos, por mais dóceis ou ativos que sejam, são adequados para a IAA, por esta razão é necessário fazer uma seleção comportamental, verificar seu histórico de vida e sua saúde. Roma (2016) sustenta que é preciso também que o animal seja treinado, isso serve tanto para a segurança dele quanto da pessoa participante da intervenção.

É necessário que o animal coterapeuta seja sociável tanto com outros animais quanto com humanos. Segundo Chelini (2016, p. 315), para que o gato seja apto para o trabalho como coterapeuta, ele terá que

Gostar da companhia das pessoas, inclusive desconhecidas, mesmo em grande número, aceitar ser pego nos braços e ficar no colo. Deve também ser capaz de suportar com calma, sem tentar fugir nem arranhar, um ambiente agitado, sons repentinos e altos, luzes e cheiros fortes.

Embora o gato seja acostumado desde filhote a ser escovado, banhado e a conviver com pessoas desconhecidas, Chelini (2016) ressalta que é importante considerar as suas características comportamentais que variam de animal para animal, ainda mais quando se trata de gatos, pois são seres independentes e que precisam de mais liberdade, ao contrário dos cães.

Segundo Rocha (2016), atualmente as organizações de Cinoterapia do Brasil utilizam testes adaptados do *Pet Partners* e o *Therapy Dogs International* (TDI). Tanto no TDI quanto no *Pet Partners*, os condutores também são avaliados e não somente os cães.

O *Therapy Dogs International* – TDI foi fundado em 1976 pela enfermeira Elaine Smith (1930-2012) no estado de Nova Jersey, Estados Unidos, inicialmente com cinco condutores e seis cães, sendo cinco deles da raça Pastor Alemão e um *Border Collie*. É uma organização voluntária que tem como objetivo fornecer condutores e cães habilitados em Terapia Assistida por Animais para atuarem em asilos, hospitais e quaisquer outras instituições que seja possível realizar esse tipo de intervenção (THERAPY DOGS INTERNATIONAL, s.d.).

Atualmente a TDI possui uma equipe com mais de 24 mil participantes voluntários dentre eles cães e condutores atuando em todos os estados dos Estados Unidos e em alguns estados do Canadá. É importante enfatizar que a TDI não trabalha apenas com cães com pedigree, mas também com animais adotados de abrigos e resgatados da rua. A organização, como não possui fins lucrativos, vive de doações e é dirigida por um conselho administrativo presidido por Ursula A. Kempe (THERAPY DOGS INTERNATIONAL, s.d.).

Em 2013, a TDI criou o seu próprio modelo de avaliação de cães e condutores que consiste na avaliação do temperamento cão e da habilidade do condutor em treze situações-teste, nas quais realizam-se através da simulação de visita ou do ambiente hospitalar, onde será colocado na presença de pessoas que façam uso de equipamentos como muletas ou cadeira de rodas. Convém ressaltar que na avaliação do TDI ou na TAA propriamente dita, o cão deve ter no mínimo um ano de idade e só poderá utilizar coleira ou guia comum, também é terminantemente proibido o uso de alguma ferramenta corretiva (THERAPY DOGS INTERNATIONAL, s.d.; ROCHA, 2016).

O *Pet Partners* foi fundado na década de 1970. Começou quando um grupo de profissionais composto por médicos e veterinários observaram os efeitos positivos que os animais de estimação causavam na vida de seus clientes e passaram a compartilhar essas experiências entre si. No entanto, perceberam que seria necessário realizar pesquisas científicas sobre os resultados da interação do homem com animal doméstico para que tivesse visibilidade na comunidade médica, já que apenas os relatos das vivências não seriam suficientes para atrair a devida atenção (PET PARTNERS, s.d.).

Com esse objetivo, fundaram em Portland (Oregon, Estados Unidos), no ano de 1977 a *Delta Foudation*, que teve como presidente o médico psiquiatra Michael J. McCulloch, devido ao grande número de pesquisadores e médicos interessados que começaram a integrar a organização, esta teve o nome mudado para *Delta Society* em 1981 (PET PARTNERS, s.d.).

Na década de 1980, diversas pesquisas desenvolvidas apresentaram resultados satisfatórios acerca da interação homem-animal, o que motivou a *Delta Society* a dar um passo adiante e agora não somente fazer estudos, mas também aplicar de forma prática o conhecimento produzido, desse modo, no início dos anos 1990 a organização criou o *Pet Partners Program* com o objetivo de fornecer serviços à comunidades locais (PET PARTNERS, s.d.).

O *Pet Partners Program* trabalha com o treinamento de cães e formação profissionais de saúde para habilitação em IAA's. Apresenta uma avaliação do cão, do condutor e da interação entre ambos, composta por testes de habilidades e de atitudes: a primeira com 11 situações-teste e a segunda com 10 (ROCHA, 2016).

Em 2012, a *Delta Society* mudou seu nome para *Pet Partners* e atualmente realiza aproximadamente 3 milhões de visitas por ano (PET PARTNERS, s.d.). De acordo com Chelini (2016) a *Pet Partners* também autoriza o registro de outros animais coterapeutas, como cavalos, jumentos, lhamas, porquinhos-da-índia, algumas raças de porcos e de aves, mas não reconhece animais silvestres nem animais de “produção” (bois, vacas, galinhas, patos e gansos) como coterapeutas.

Por ainda não existir uma certificação oficial para cães que trabalham em IAA's no Brasil, Rocha (2016) alerta para o risco de existir organizações de IAA que utilizem animais com problemas comportamentais, o que os torna inapropriados para o trabalho. Os problemas comportamentais não impedem definitivamente que o animal seja coterapeuta, já que podem ser solucionados com treinamentos e acompanhamento profissional adequados bem como a necessidade de analisar o contexto laboral no qual o animal será inserido: atividades a serem trabalhadas, tipo de participantes, a presença ou não de outros animais, ambiente e duração da intervenção.

Rocha (2016) sugere que o animal passe por uma “socialização”, o ideal seria que ocorresse com animais filhotes, desde o desmame. E o que seria a socialização? Apresentar ao animal novos estímulos ambientais, pessoas e animais estranhos, ou seja, expô-lo a experiências diferentes daquelas que ele tem em seu lar, para que ele diminua as respostas de medo ou ansiedade e generalize os estímulos a outras situações.

No entanto, Rocha (2016) alerta ao perigo do animal ser apresentado a esses estímulos de forma incorreta, quando, ao invés de ser feita de maneira gradativa e pareada a reforçadores como afagos e petiscos, é feita de maneira intensa ou forçada, sem acompanhamento e observação devida para perceber se o animal está ou não confortável com a situação. Desse modo, ele associa o estímulo a que foi apresentado a experiências de

sofrimento. Animais mais velhos ou que foram resgatados da rua, cujo acesso à sua história de vida é quase impossível, precisam de um tempo maior de socialização antes de trabalharem nas IAA's.

Rocha (2016) fala que o processo de dessensibilização pode ser prazerosa para o animal quando no momento de sua higienização na orelha, na pelagem, no corte das unhas, o tutor acaricie o animal, passando a mão pelo seu corpo e mexendo nos membros, orelhas e focinho, puxar vagarosamente a cauda e os pelos, fazendo movimentos que simulem o que pode acontecer no momento da intervenção.

Segundo Rocha (2016), o básico que o cão deve saber é andar com a guia e atender a alguns comandos como sentar, deitar, ficar ou vir. Posteriormente, deve-se fazer treinos de novas habilidades com o animal e em ambientes diferentes, no entanto, os treinos precisam configurar-se como atividades agradáveis para o animal.

As antigas técnicas de treinamento são muito violentas e trazem efeitos desagradáveis para o cão, elas empregam força física, punição com *spray* de água, enforcadora, choque, objetos barulhentos com o objetivo de o animal extinguir comportamentos e ver o humano como seu líder. Rocha (2016) afirma que essas técnicas ainda são utilizadas em muitos treinamentos de cães. Essa questão evidencia o esquecimento do bem-estar físico e mental do animal em favor da utilização deste no trabalho.

Para muitas espécies de animais o contato com o humano pode ser mais prazeroso do que com seus pares, o treinamento do animal através de reforçamento positivo⁹ pode proporcionar a ele o bem-estar, como redução do medo e da agressividade, tais efeitos são positivos porque o treinamento adequado proporciona ao animal maior autonomia no seu ambiente, uma vez que ele aprende que suas ações podem trazer resultados mais previsíveis, bem como maior possibilidade de contato positivo com humanos (VASCONCELLOS, 2016).

4.4 Benefícios da IAA

A literatura científica apresenta diversos efeitos positivos resultantes da interação do homem com animal na TAA ou AAA, dentre eles, os benefícios mais citados são:

- a) Sociais: recreação, diversão, diminuição da solidão, inibição e isolamento, estimulação da interação social e diminuição de comportamentos sociais negativos, pode descontrair o clima tenso do ambiente hospitalar, melhorar as

⁹ É quando um comportamento tem maior probabilidade de se repetir mediante uma recompensa (estímulo) no ambiente.

relações interpessoais e facilitar a comunicação entre pacientes e equipe de saúde. (MARQUES, 2008; FARACO *et al.* 2009; PEREIRA; PEDROSO, 2009; KOBAYASHI *et. al.*, 2009; TANAKA E SILVA *et. al.*, 2009; SOUSA, 2010; VIVALDINI, 2011; JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ , 2012; REED; FERRER; VILLEGAS, 2012; LACERDA, 2014; QUEIROZ, 2014; MARQUES *et al.* 2015; SOUZA; SILVA, 2015; FISCHER; ZANATTA; ADAMI, 2016; PEREIRA *et. al.*, 2017; OLIVEIRA; CUNHA, 2017; NOGUEIRA *et. al.*, 2017; MARINHO; ZAMO, 2017; SANTOS; PAULA, 2017).

- b) Físicos: Diminuição da pressão arterial, frequência cardíaca, aumentando a expectativa de vida ao estimular atividades saudáveis, melhora no sistema imunológico, aumento de β -endorfinas, dopamina, oxitocina e diminuição do cortisol, alívio momentâneo da sensação de dor, redução do comportamento de estereotipia (TANAKA E SILVA *et. al.*, 2009; OLIVA *et. al.* , 2010, PEREIRA; PEDROSO, 2009; SOUSA, 2010; JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ, 2012; QUEIROZ, 2014; SOUZA; SILVA, 2015; MARINHO; ZAMO, 2017).
- c) Na linguagem e comunicação: Organização do processo de comunicação verbal e não verbal, favorecimento da linguagem, aumento do pensamento crítico e melhora da narrativa linguística (VIVALDINI, 2011; REED; FERRER; VILLEGAS, 2012; QUEIROZ, 2014; ALVES, 2015; LASA *et. al.*, 2015; FISCHER; ZANATTA; ADAMI, 2016; BASEGIO *et. al.*, 2018).
- d) No bem-estar: relaxamento, sorrisos, conforto, motivação, alívio do tédio do cotidiano, espontaneidade em demonstrar afeto, melhora do humor, na disposição do ânimo e na capacidade de sentir prazer, (MARQUES, 2008; OLIVA *et. al.*, 2010; VIVALDINI, 2011; REED; FERRER; VILLEGAS, 2012; LACERDA, 2014; QUEIROZ, 2014; MENDES, 2016; PEREIRA *et. al.*, 2017; OLIVEIRA; CUNHA, 2017; NOGUEIRA *et. al.*, 2017; SANTOS; PAULA, 2017).
- e) Na autonomia: aumento da autoconfiança, autoestima, segurança, melhora na autoeficácia, capacidade de enfrentamento e estimula os pacientes a tomar decisões e escolher mudar ou não comportamentos (FARACO *et al.*, 2009; TANAKA E SILVA *et. al.*, 2009; VIVALDINI, 2011; JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ, 2012; REED; FERRER; VILLEGAS, 2012; HOLANDA *et. al.*, 2013; QUEIROZ, 2014; ALVES, 2015; FISCHER;

ZANATTA; ADAMI, 2016; OLIVEIRA; CUNHA, 2017; SANTOS; ZAMO, 2017; BASEGIO et. al, 2018).

- f) Psíquicos: diminuição nos níveis de depressão, solidão e irritabilidade, controle de distúrbios comportamentais, estimulação da memória de curto e de longo prazo, adesão ao tratamento terapêutico, melhora na cognição, alívio dos sintomas de ansiedade, melhora na concentração, aceitação de suas próprias limitações e do outro. Auxilia na aquisição e no desenvolvimento das funções psicomotoras (MARQUES, 2008; PEREIRA; PEDROSO, 2009; TANAKA E SILVA et. al, 2009; FARACO et. al, 2009; OLIVA et. al, 2010; JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ, 2012; QUEIROZ, 2014; SOUZA; SILVA, 2015; FISCHER; ZANATTA; ADAMI, 2016; MENDES, 2016; ZAMO; TRENTINI, 2016; OLIVEIRA; CUNHA, 2017; SANTOS; ZAMO, 2017; MARINHO; ZAMO, 2017; SANTOS; PAULA, 2017; BASEGIO et. al, 2018).

Fuchs (1987, p. 23) relata que a interação homem-animal além de eliciar respostas mensuráveis, evoca outras respostas que não podem ser medidas, mas que são evidentes como: “amor incondicional, compreensão sem recriminação, lealdade, o estar-aí de um ser vivo em momentos de solidão e desamparo. O animal possibilita ao ser humano mostrar suas qualidades humanas, quando cuida, se sacrifica, ama e chora a perda de um animal.”

O cão ou qualquer outro animal não julga o paciente de acordo com o seu diagnóstico, dessa maneira, a pessoa pode sentir-se mais confortável na presença deste, o que facilita a interação. Roma (2016) ressalta que os efeitos positivos dessa interação não acontecem somente com humanos, mas é possível observar sinais fisiológicos positivos nos animais coterapeutas.

É realmente incrível descobrir que nosso organismo transmuta e cria substâncias químicas a partir das emoções geradas pelo contato com os animais, e que eles também podem ter seu metabolismo alterado positivamente por nós. Isto significa que temos uma comunhão maior com estes seres. Mais do que nunca, devemos vê-los com respeito e como grandes companheiros e amigos. É a união do homem com a natureza. Podemos nos ajudar mutuamente se utilizarmos a sabedoria e a experiência que estamos conquistando (DOTTI, 2014, p. 75).

A IAA também é benéfica para o terapeuta, Muñoz e Roma (2016) destacam que essa intervenção traz melhoras para a autoestima do profissional além de relaxamento, fazendo com que a sessão seja mais prazerosa e facilitadora da interação com o paciente.

A Intervenção Assistida por Animais é uma possibilidade de ter o animal como aliado nas pesquisas científicas e no trabalho em Psicologia sem submetê-lo aos

experimentos, conforme descritos no capítulo anterior. Contudo, é preciso valorizar a relação do homem com a natureza para obter benefícios dessa interação sem esquecer que o animal é um ser de direitos e não deve ser tratado simplesmente como uma “ferramenta terapêutica”.

4.5 O Animal é um “recurso” terapêutico?

A mídia tende a “romantizar” e influenciar os telespectadores a também “romantizarem” as IAA’s, construindo na sociedade um imaginário de que o simples fato de conviver com um animal já é o suficiente para sanar o problema do sofrimento psíquico. No entanto, ao fazer isso, corre-se o risco de a interação com o animal tornar-se uma regra geral para o bem-estar humano. As pessoas podem achar que suas questões psicológicas podem ser resolvidas com a compra de um animal e assim alimentar a comercialização de animais e, conseqüentemente, o abandono destes. Outro perigo é a banalização das IAA’s. Ambas as atitudes têm como consequência maior a “objetificação” do animal ao concebê-lo apenas como uma “ferramenta” terapêutica.

4.5.1 O animal como “produto” comercializável

O capitalismo oferece, a cada momento, uma nova mercadoria de consumo com promessas de exclusividade, felicidade absoluta e preenchimento do vazio existencial daquele que a comprar (MANCEBO et al, 2002). Entretanto, em intervalo curto de tempo esse sistema cria novas necessidades e o produto que até então era a melhor solução para o consumidor, torna-se obsoleto e assim, vê-se a necessidade de adquirir a próxima novidade que o mercado traz.

Embora a pessoa seja atraída por certa mercadoria a ponto de adquiri-la, não consegue se familiarizar com ela, pois devido à efemeridade dos objetos, não há tempo para o homem obter conhecimento e dar significação àquilo que acabara de comprar e que pensava ser a resposta para as suas questões. O objeto passa então a ter somente o caráter de instrumentalidade, aumentando a distância entre pessoa e coisa, fazendo disso apenas uma relação mediada pelo dinheiro, como consequência, o valor quantitativo sobrepõe ao valor qualitativo, o que se expande a qualquer tipo de relação que o homem estabeleça (SIMMEL, 1896/1998; TEDESCO, 2012).

Desse modo, o animal pode ser “objetificado” pelo homem para atender às exigências do mercado. O mercado de animais selvagens constitui o terceiro maior comércio

ilícito do planeta, ficando atrás apenas do narcotráfico e do tráfico de armas (RIBEIRO; SILVA, 2007).

Ao descreverem sobre o mercado ilegal de aves no Brasil, Ribeiro e Silva (2007) apontam que os animais geralmente são capturados em Pernambuco, Pará, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso e são levados para o Sul e Sudeste onde são vendidos para colecionadores, zoológicos, centros de pesquisas, universidades, *pet shops*, indústria farmacêutica e também para serem comercializados no exterior. Os autores também colocam a estimativa de que 90% dos animais traficados morrem antes de chegarem ao seu lugar de destino, devido às péssimas condições a que são submetidos.

À vista disso, o tráfico de animais contribui para a extinção de várias espécies bem como para o desequilíbrio ambiental e apesar de todas estas consequências, não há uma conscientização por parte de quem captura os animais e muito menos de quem os compra, pois muitos deles podem se apoiar na ideia de que é a única maneira que têm para sobreviver ou que os animais, ao serem comprados, servem para um bem maior ou serão bem tratados.

Além da compra e venda de animais selvagens, existe o comércio legalizado de animais de estimação. Ao mesmo tempo que o faturamento do mercado *pet* brasileiro ocupa o terceiro lugar no *ranking* mundial (ABINPET, 2018), a OMS declara que o Brasil tem cerca de 30 milhões de animais abandonados, sendo 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães (CORREIO POPULAR, 2018). Sobre essa dualidade entre a elevada compra de animais e o alto índice de abandonos, Bastos e Borba (2018, p. 257) comentam que:

[...] o animal doméstico é adquirido com um objetivo específico de fazer companhia e oferecer afeto, um afeto incondicional. Contudo, assim que o ônus de arcar com o mascote surge, esse animal é irresponsavelmente descartado e abandonado pelo dono. Em contrapartida, mesmo com um número alto de animais abandonados, que poderiam ser fonte de carinho e afeto, o mercado de mascotes continua crescendo, já que o animal-produto é também símbolo de ostentação.

Adorno (1963) relatou que o discurso encoberto na publicidade da indústria cultural é o de adaptação e não de conscientização, ou seja, adaptação sem reflexão crítica sobre o que lhe é imposto, o que pode ser observado na aquisição de um animal, onde a pessoa não reflete com antecedência se possui ou não condições suficientes para ter um animal, o que fica explícito nos principais motivos de abandono descritos pelo Correio Popular (2018): o fato de o animal bagunçar a casa, morder, ser ativo demais ou exigir muita atenção, fatores que poderiam ser levados em conta antes da sua adoção.

Moraes e Melo (2014) relatam que na sociedade moderna, alguém, por manter relações superficiais e individualistas, pode facilmente descartar o outro assim que este não corresponde às suas expectativas, como se fosse um objeto de consumo, vemos que o mesmo

acontece com o animal no sistema capitalista onde “[...] O novo é superior ao antigo [...]” (LIPOVETSKY, 2006 apud COLOMBO, 2012, p. 29), sempre que o mercado propõe uma nova raça de animal ou alguma outra espécie, o consumidor pode querer descartar, muitas vezes abandonando, o animal que já possui e que não lhe satisfaz mais e comprar outro sem pensar nas consequências que tal atitude acarreta.

4.5.2 O perigo da “objetificação” do animal nas IAA’s

Diante do processo de desenvolvimento e constituição da IAA como terapêutica eficaz no tratamento de pessoas em adoecimento, tenho refletido sobre qual é, de fato, o papel do animal nesse tipo de intervenção. Corremos o risco de, ao longo desse processo, “coisificarmos” o animal submetendo-o a serviço do homem.

Podemos cair no engano de imaginar que na IAA não há o perigo do animal passar por condições análogas às quais sofreria em experimentações científicas. No entanto, já que o vínculo do homem com o animal passou por significativas modificações ao longo do tempo, o animal pode ser percebido apenas como um “recurso” nesse tipo de intervenção.

Borba (2015) ressalta a preocupação de Husserl a respeito dos rumos que a ciência estava tomando já no início do século XX, em que a Crise da ciência consistiu em objetificar a relação do homem consigo mesmo e com o mundo.

A ciência moderna inaugurou um modo de pensar e agir objetivo, cientificista e desconectado do mundo da vida e da experiência real da consciência. Ela artificializou o contato do homem com ele mesmo, com os outros homens e com a natureza. O uso e o domínio da técnica passaram a ter mais sentido e valorização do que a própria vida. (BORBA, 2015, p. 91).

Portanto, corre-se o risco da supervalorização da técnica em IAA quando a realização das atividades pré-programadas é colocada em primeiro plano, não levando em conta o bem-estar do animal através da sua adequação ao trabalho, se ele está ou não disposto a interagir naquele momento, se sofre alguma violência por parte do participante ou do próprio profissional.

Tais fatores supracitados acarretam na artificialização da relação na IAA. Devemos ressaltar que a intervenção não deve acontecer apenas porque é conveniente para o profissional, cabe destacar que assim como toda relação ou intervenção terapêutica, a IAA possui riscos e por isso os animais devem receber total proteção das pessoas que exercem esse tipo trabalho, porque antes de serem coterapeutas e bastante “úteis” para o trabalho, eles são seres vivos que merecem o nosso respeito e cuidado.

Dessa forma, é necessário ter entendimento, conforme adverte Rocha (2016), de que nem todo animal de estimação – mesmo sendo dócil ou sociável – é adequado para trabalhar em IAA, por esta razão é que existe as avaliações de condições físicas e comportamentais antes de exercer este tipo de trabalho. O profissional deverá ter uma atitude de bom-senso em relação ao animal, evitando situações estressoras e sobretudo, respeitando os limites, não forçando ao trabalho terapêutico o animal que não se mostra disponível para o trabalho naquele momento (DOTTI, 2014).

Rocha (2016) comenta que é preciso avaliar se o animal está ou não motivado para participar da intervenção naquele momento em que é solicitado pelo profissional ou se ele está cansado ou assustado com o que lhe é proposto no trabalho. É necessário também levar em conta as condições ambientais como excesso de calor ou frio, de ruídos ou estímulos visuais, situações que podem não ser perceptíveis ou não prejudiciais ao humano, mas que podem ser grandes fontes estressoras para o animal.

Sobretudo, é essencial ao profissional ter sensibilidade para questionar-se se o animal tem condições ou não para ser submetido ao trabalho, já que o mesmo não consegue comunicar de forma clara o que está sentindo naquele momento (ROCHA, 2016).

Diante do contexto da IAA, onde o animal está sujeito a toques e afagos de pessoas que não são familiares, imobilização, traslado em meios de transporte, lugar desconhecido e barulho, Vasconcellos (2016) aponta que o animal pode emitir respostas comportamentais e fisiológicas que sinalizam estresse.

Rocha (2016, p. 92) apresenta sinais de estresse negativo que o cão pode apresentar em nível moderado e elevado

[...] desvio do olhar, “língua caída para baixo da boca”, cauda abaixada, pupilas dilatadas, olhar lateral com grande exposição da membrana esclerótica do olho, queda de pelo ou crescimento lento da pelagem, orelhas elevadas e rígidas ou para trás, corpo abaixado, sobrelanceira franzida, bocejo ou lábios com posição marcada. Indicadores de estresse negativo elevado seriam: membros rígidos, respiração ofegante, sialorreia, farejar, raspar ou arranhar, hiperatividade, falta de apetite e/ou de sede, alterações gastrointestinais e movimentos rápidos com a língua pelos lábios.

O condutor precisa observar esses sinais e agir imediatamente retirando o animal do ambiente em que ele se encontra. Para que o seu bem-estar não seja mais prejudicado ainda, convém ao profissional analisar quais fatores foram estressantes para o animal e planejar as futuras atividades para que isso não se repita nas próximas sessões.

A IAA também pode ser violenta quando o animal não tem a possibilidade de sair do ambiente quando se sentir incomodado. Rocha (2016) cita que situações como excesso de toques, de pessoas, de barulhos podem ser extremamente desagradáveis para o animal e não

deve ser retirado dele o controle do seu mundo, como a opção de sair daquele local quando não estiver confortável.

Assim, o animal, durante a intervenção, deve ter controle sobre seu ambiente social, tendo liberdade para sair do local quando desejar ou mesmo não participar das atividades, caso contrário, o bem-estar dele não estará mais sendo assegurado pelos profissionais envolvidos no processo (VASCONCELLOS, 2016).

No entanto, a Fenomenologia, que é o enfoque teórico-metodológico adotado neste trabalho, apresenta como proposta “retornar às coisas mesmas”, assim, é possível restaurar o sentido da relação do homem com o animal que fora perdido com a naturalização e monetarização da vida, que pôs em esquecimento o mundo (HUSSERL, 1911/1965; ZILLES, 2002).

Essa “recondução” apresentada por Husserl nos faz refletir sobre o sentido da IAA, que é fundamentada no estabelecimento de vínculo entre homem e animal, ora se esse relacionamento é a base da intervenção, então não tem sentido pensar no animal como um “recurso”, pois se ele for apenas uma ferramenta, seria muito mais viável outros tipos de intervenções nas quais se utilizariam objetos inanimados.

Costa, Ferreira e Santos (2015, p. 285) relatam que

Os animais parecem possuir muitas das características que Carl Rogers descreve como sendo de extrema importância na relação terapêutica, como a aceitação e o “calor”, ou seja, que os animais, aceitam a pessoa tal como ela é, sem julgarem ou avaliarem a pessoa em função da sua doença, assim como o toque e das trocas afetivas, é possível comunicar calor e proximidade.

O animal ao se deparar com o humano, não o vê como alguém diagnosticado com algum “transtorno psicológico”, então consegue estabelecer um vínculo com o outro de forma pura. Desse modo, o terapeuta tem a possibilidade de compreender de que forma o paciente vivencia suas relações com o mundo através da interação dele com o animal. Também, através do animal, o paciente tem a oportunidade de relacionar-se com o outro aprendendo a respeitar os limites de ambos.

Logo, a IAA só tem significado como tal se o terapeuta considerar o animal em sua animalidade, pois é dessa forma que ele se apresenta no mundo quando suspendemos todas as pressuposições teóricas acerca do que ele é ou do que pode oferecer e respeitando as suas limitações. A seguir, apresentarei de que forma o animal, respeitado em sua condição de animalidade, pode auxiliar o psicólogo no trabalho clínico.

5 CONTRIBUIÇÕES DA IAA, DA PSICOPATOLOGIA COMPREENSIVA E DA FENOMENOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO.

Os transtornos mais citados no levantamento bibliográfico desta pesquisa foram os Transtornos do Neurodesenvolvimento, mais especificamente o Transtorno no Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Esquizofrenia, Transtornos de Humor, Transtorno Opositor Desafiador, Transtorno de Conduta, Transtorno de Ansiedade Generalizada e Transtorno Neurocognitivo. Já as alterações que podem dar indícios de um possível “adoecimento psíquico”, e por isso torna-se pertinente a realização de um trabalho preventivo, são os problemas de aprendizagem, problemas com autoestima, irritação, agressividade, desânimo frente ao tratamento médico (no caso de pessoas com doenças crônicas), altos níveis de ansiedade e sintomas depressivos¹⁰.

De acordo com a literatura pesquisada, vamos discutir de que maneira a IAA pode auxiliar o psicólogo na compreensão dos fenômenos psicopatológicos, contribuindo tanto para a avaliação psicológica quanto para o acompanhamento de pessoas diagnosticadas com transtornos psicológicos.

Primeiramente, convém descrever de que modo Karl Jaspers compreendia a existência humana bem como o adoecimento para entendermos como a sua Psicopatologia fez uso do método fenomenológico criado por Edmund Husserl. A partir disso, podemos ter compreensão da importância do animal coterapeuta no trabalho do psicólogo de orientação fenomenológica.

É interessante observar que em 53,5% das publicações coletadas nesta pesquisa, o público-alvo é composto por crianças e adolescentes, desse modo, torna-se pertinente as considerações de Levinson (1969/1997) para a Clínica Infantil ao longo deste capítulo.

5.1 A Psicopatologia segundo Karl Jaspers

Para Karl Jaspers (1913/2006), a Psicopatologia torna-se infecunda quando é controlada pelo dogmatismo teórico, porque impossibilita a tentativa de compreensão da realidade em seus múltiplos aspectos. Para ser uma autêntica ciência especializada, a

¹⁰ Esses dados são apresentados de forma mais detalhada nos Apêndices deste trabalho.

Psicopatologia deve fazer uso de uma variedade de métodos disponíveis para a apreensão de fatos, tanto subjetivos quanto objetivos.

Por esta razão é que Jaspers (1913/2006) sempre deixa bem claro a possibilidade de a investigação científica em Psicopatologia ser realizada sob vários pontos de vista teóricos e metodológicos. Ele expõe que não há necessidade da criação de uma teoria que dê conta de toda a psique humana, haja vista que cada teoria se volta para um aspecto psicopatológico. Sendo assim, uma filosofia da existência humana é mais importante que o desenvolvimento de uma teoria cientificamente válida e totalizante, pois esta última não é apta para desvendar o existir do homem no mundo.

A Psicologia sempre esteve ligada à Filosofia, todavia, a partir do século XIX, houve, aparentemente, a separação entre as duas, o que não aconteceu de fato, já que a Psicologia foi totalmente envolvida pela Filosofia Positivista, na qual reduziu a ciência à Fisiologia e ao método de investigação de fatos observáveis para explicação das patologias.

Assim, Husserl (1935/2014, p. 149) ressalta que “por via deste objetivismo, a Psicologia não pode de maneira alguma tomar como tema a alma no seu sentido mais próprio, isto é, o eu que age e padece”. Então a Psicologia fracassa por causa do seu objetivismo, pela insistência em excluir a essência da vida espiritual em favor de uma explicação psicofísica dos atos humanos. E essa psicologia ainda pretende ser o fundamento das ciências do espírito.

Contudo, Karl Jaspers é reconhecido por ter realizado o retorno à Filosofia com “Psicopatologia Geral” em 1913, segundo Beauchesne (1989, p. 59) ele não ofereceu:

[...] uma nova concepção do psiquismo ou da patologia, mas uma reflexão sobre a abordagem dos transtornos psíquicos. Ribot preconizou o emprego de um método patológico sem o precisar; Jaspers apresentou uma reflexão metodológica sobre esse método, sem a priori, partindo dos fenômenos. No enfoque psicopatológico seria necessário considerar a relação do médico com o paciente e procurar compreender as relações do indivíduo patológico com o mundo, mais do que uma etiologia. A distinção que ele estabeleceu entre as relações de compreensão e de explicação continuou sendo capital no nível psicológico.

Em 1960, Jaspers reforçou a importância da Filosofia para a ciência relatando que

Embora a ciência nos tenha liberado da magia e dos demônios, ela também nos fez perder a presença do fundamento suprassensível. A Filosofia reconstitui a tradição histórica rejeitada, na forma de um universo de cifras; nestas criações do espírito humano, a realidade suprassensível foi recolhida; pode-se dizer, igualmente, que nas cifras, o homem percebe em símbolos, mitos e especulações filosóficas a linguagem desta realidade englobante (JASPERS, 1960, p. 110).

Esse “resgate” da Filosofia em Psiquiatria feito por Jaspers é evidente em seu modo de trabalho no qual devolve a importância da vida do homem e sua historicidade na produção do diagnóstico e no prognóstico do paciente.

De acordo com Jaspers (1913/2006), não é a mente que adocece, mas sim a existência e então é o adoecimento existencial que traz consequências para a mente, pois é esta que apreende os fenômenos psíquicos “anormais” e os modifica.

Jaspers então propõe em sua Filosofia duas formas de existência: *Dasein* e *Existenz*. A primeira seria a existência empírica, presença objetiva do homem no mundo que pode ser apreendida pela ciência. No entanto, esse existente enquanto *Dasein* pode colocar-se como existência possível (*Existenz*) na medida em que dá um significado ao seu modo de se posicionar no mundo, conhecido na filosofia Jaspersiana como “salto” (*Sprung*). “Saltar o limite” significa transcender para um horizonte livre de determinações onde o *Existenz* é um “poder-ser” que usa da liberdade para efetuar suas próprias escolhas (JASPERS, 1965; MELO, 2012).

Este “poder-ser” orienta-se para um horizonte de possibilidades

Ocorre que no instante em que se confronta com suas limitações o existente se coloca diante da possibilidade de realizar o “movimento de transcendência”, pois deixa de identificar-se com o mundo ou como pertencente a ele passando a identificar-se como existência *no* mundo, aberto às diversas possibilidades de ser e de se projetar (MELO, 2012, p. 56).

Existir no mundo é projetar-se para algo além de si, é dar-se conta da possibilidade de ultrapassar a si próprio, nesse sentido a transcendência é um ato de escolha.

Enquanto não experimentou a sensação de ver-se soterrado e não optou por ‘passar além’, em direção à transcendência, o homem não é verdadeiramente ele próprio. Não passa do animal racional a que está acorrentado. Para contraditar essa imagem que o diminui, o homem foi chamado “o ser que contempla Deus”. Somente em relação com a transcendência é que o homem toma consciência de ser livre, na forma de vida superior exemplificada por homens de todas as raças e todos os tempos. (JASPERS, 1965, p. 53).

Desse modo, cabe ao profissional, diante do exercício de compreensão do mundo do outro, levar em consideração a capacidade de liberdade pessoal do cliente, capacidade esta que está fora da atuação terapêutica (CARVALHO, 2013).

Outros dois importantes conceitos para a filosofia de Jaspers são “situação” e “situações-limites”. Situação é todo o cenário no qual o existente está inserido, refere-se ao ambiente social, histórico e geográfico onde o sujeito está posicionado de forma singular (HESCH, 1982).

O ser, situado nesse contexto, vive condições adversas não escolhidas por ele e das quais ele não pode se esquivar, mas, através delas, ele tem a possibilidade de dar um significado à sua existência. Essas condições foram denominadas por Jaspers de situações-limites (HERSCH, 1982).

Contudo, Hersch (1982) assevera que essas situações-limites não cerceiam a liberdade do existente, mas é na experiência da “situação-limite” que o ser tem a oportunidade de refletir sobre seu lugar no mundo e assim dar o “salto” para a “transcendência”. Desse modo, *limite* é estrutural para existência, pois apesar de ser o lugar do malogro desta, ele só é limite se o Ser se dá conta de que pode transpô-lo.

É a partir do conhecimento da filosofia de Karl Jaspers que podemos ter um vislumbre do seu modo de compreender os fatos psicológicos e os fenômenos psicopatológicos. Jaspers (1912/2005; 1960) sempre priorizava a observação no modo como a pessoa vivenciava o mundo e as suas relações com o outro, com essas informações é que ele analisava o adoecimento.

Carvalho (2006, p. 168) ressalta que a personalidade do homem é expressa através do seu compartilhamento de “[...] ideias, sentimentos e criações culturais” e assim, o mundo “normal”, segundo Jaspers (1913/2006) é aquele em que a vida pode ser plenamente desenvolvida, nele é possível o estabelecimento de laços e a relação recíproca entre os homens.

Portanto, o isolamento do homem do mundo expressa uma forma de psicopatologia. A pessoa em adoecimento psíquico vive o seu mundo de maneira não compartilhada, não coparticipa da verdade experienciada pelos demais (JASPERS, 1913/2006; CARVALHO, 2006).

Dessa maneira, deve-se “olhar a pessoa em seu contorno existencial” (CARVALHO, 2006, p. 168), perguntando-se como o existente lida com as circunstâncias da vida e então, o diagnóstico de uma psicopatologia se dá quando as escolhas do paciente apontam para um mundo incomum.

O mundo de alguém em “adoecimento psíquico” possui peculiaridades, sendo assim, Jaspers definiu alguns critérios para sua identificação, quais sejam: presença de delírios e alucinações; acentuadas alterações do humor e isolamento das pessoas com as quais convive; a incapacidade de estabelecer relações sólidas com outras pessoas e por fim; a pessoa não consegue sustentar seus projetos de vida, ocasionando a perda de bens e de relações pessoais (JASPERS 1913/2006; CARVALHO, 2006).

A apreensão do mundo dos pacientes se dá através dos atos individuais, nesse sentido pode-se observar seu comportamento, a forma como ele se corresponde com o mundo que o rodeia bem como a sua atuação nele e as suas ações conscientes. Desse modo, apreendemos o mundo do outro, como ele é vivenciado, de que forma ele foi estruturado com

características que são significativas para a pessoa que o construiu para si (JASPERS, 1913/2006).

Sob essa perspectiva, podemos notar em Levinson (1969/1997) a importância do animal coterapeuta para a apreensão do mundo, tal qual descreveu Jaspers (1913/2006). Para Levinson (1969/1997), o desenvolvimento de uma personalidade provém não apenas da relação do homem com outro homem, mas sim do homem com os outros seres do mundo e isso inclui tanto animais e plantas quanto objetos inanimados. Assim, ele considerava importante observar de que forma o paciente reagia diante do animal na clínica.

Levinson (1969/1997) apresenta o relato de um psicoterapeuta chamado Dr. Jon Geis que deixava seus dois gatos dentro do consultório durante a sessão de terapia com os pacientes. Ora os gatos sentavam no colo do paciente, ora deitavam em algum lugar do consultório ou brincavam entre si. Podemos perceber que os animais tinham total liberdade no ambiente terapêutico.

Dr. Jon, segundo Levinson (1969/1997), contemplava as vantagens em permitir a presença dos gatos nas sessões, pois servia para o psicoterapeuta observar melhor a reação do paciente diante da presença do gato e fazer uso disso na clínica da seguinte maneira:

- a) Se o paciente demonstrasse medo do animal, o terapeuta poderia perguntar por que sente medo e a partir daí iniciar um momento de reflexão sobre os medos sentidos pelo paciente;
- b) O animal serve como quebra-gelo. Muitas vezes os pacientes chegavam nas entrevistas iniciais ansiosos diante do que pode ocorrer e brincar com o animal naquele momento poderia trazer alívio e melhor adesão ao processo terapêutico.
- c) Dr. Jon Geis fazia uso de uma técnica que assegurava ser muito eficaz com crianças ou adultos altamente perturbados que se recusavam a conversar com ele, no entanto, mantinham uma conversa imaginária com os gatos, desse modo, o terapeuta fazia as observações e intervenções necessárias.

De acordo com Levinson (1969/1997), é comum que a criança chegue no consultório com medo de demonstrar os “comportamentos ruins” que a fizeram ser levada ao psicólogo e a comunicação entre ela e o profissional fica prejudicada, assim a descontração produzida pela presença do animal no ambiente facilita a avaliação psicológica. Outro ponto importante é que a maneira como a criança interage com o animal oferece pistas importantes ao psicólogo, o brincar com o animal no momento da avaliação permite que o psicoterapeuta observe a criança em uma situação natural.

Algumas crianças são inseguras e pedem permissão para brincar com o animal. Outros levam a situação em consideração e parecem aceitá-la naturalmente. Também é importante notar a rapidez com que a criança se adapta aos animais de estimação utilizados em uma entrevista e observar se ele age de maneira diferente em relação a diferentes animais. A criança fica de 4 imitando o cachorro de uma forma inexpressiva? (é um comportamento comum em uma criança muito nova, que muitas vezes brinca fingindo ser um animal. Em uma criança mais velha, tal postura poderia apontar conflitos emocionais e desorientação). (LEVINSON, 1969/1997, p.52, tradução nossa).

Da mesma maneira, Borba (2015b) relata suas vivências no trabalho psicoterápico nas quais o seu gato, chamado Branquinho, esteve presente. Em um caso particular, uma criança foi levada à sua clínica para realização de uma avaliação psicológica, pois havia a suspeita de que a mesma tivesse Síndrome de Asperger. O autor comenta que após a entrada de Branquinho no consultório, houve uma mudança significativa no comportamento da criança, que até então tinha dificuldades de interagir com o psicólogo, no entanto, assim que o gato entrou no ambiente, estabeleceu contato imediato com a criança que passou a se comunicar e a fazer perguntas ao psicólogo sobre o animal, o que facilitou a realização da avaliação.

Os pacientes relaxam diante da interação com cães ou gatos por imaginarem que eles estão ali apenas para recreação e não precisam temer a presença do psicólogo naquele momento. À vista disso, a presença do animal é útil quando a criança, com medo da avaliação psicológica, não coopera com o psicólogo ou mesmo quando está repetindo um padrão comportamental aprendido em casa (LEVINSON, 1969/1997).

Levinson (1969/1997) esclarece que com a presença do animal na clínica é possível apreender não somente o que o paciente está vivenciando naquele momento, mas também o papel que desempenha na família e em quais ocasiões ele apresenta comportamentos que possivelmente sinalizam um adoecimento existencial.

Assim, Levinson (1969/1997) relata que os animais de estimação exercem um importante papel no diagnóstico das relações familiares, já que os *pets* são muito sensíveis a estados afetivos emocionalmente carregados dentro da família e demonstram comportamentos que são comuns no lar em que vivem.

É importante que o paciente tenha permissão para levar seu animal de estimação para a clínica ou até mesmo ser encorajado a isso, pois assim, o psicólogo observará o comportamento do animal ou de que forma o paciente interage com ele e fala sobre ele e assim terá a possibilidade de compreender como a pessoa se relaciona com os outros e com o mundo.

Esse momento de interação entre paciente, animal e psicólogo é proveitoso tanto para avaliar se há ou não algum adoecimento quanto para fornecer indicações sobre o curso de

uma patologia. Todavia, Jaspers (1913/2006) adverte que só o paciente é capaz de relatar o que há de mais próprio nele e o profissional deve ter cuidado no julgamento do que é manifesto, pois uma pessoa pode muito bem dizer ou fazer algo que pareça mais agradável ou que satisfaça o profissional naquela ocasião.

Embora a presença do animal seja pertinente para o trabalho clínico, a atuação do psicólogo deve ser fundamentada em firmes pontos metodológicos para a apreensão dos fatos particulares, a investigação das relações e a percepção das totalidades como caminhos para investigação dos fenômenos psicopatológicos (JASPERS, 1912/2005; 1913/2006; 1960)

A compreensão de um fenômeno psíquico será prejudicada se houver algum preconceito teórico, porque assim a análise ficará restrita a categorias estabelecidas a priori pela teoria. Dessa maneira, Jaspers (1912/2005; 1913/2006; 1960) apresenta o método fenomenológico como o método capaz de realizar a abstração de pressupostos teóricos para que o fenômeno seja analisado de forma pura.

À fenomenologia compete apresentar de maneira viva, analisar em suas relações de parentesco, delimitar, distinguir de forma mais precisa possível e designar com termos fixos os estados psíquicos que os pacientes realmente vivenciam. (JASPERS, 1913/2006, p. 71, grifo do autor).

Desse modo, farei aqui uma interlocução entre o método fenomenológico desenvolvido por Husserl e a sua utilização em Psicopatologia, conforme proposto por Jaspers (1912/2005; 1913/2006; 1960). Embora Karl Jaspers não tenha tido acesso a toda obra husserliana, a sua contribuição foi de suma importância para a compreensão de pessoas em “adoecimento existencial” sem a utilização exclusiva do método científico-natural.

A questão para Jaspers, segundo Stubbe (1985) era saber de que forma as manifestações da alma humana poderiam ser apreendidas pela ciência, para tal ele indicou o método fenomenológico, caracterizado pela construção de uma exaustiva biografia do paciente através de explorações e autodescrições a fim de apreender o seu modo de expressão. A experiência do paciente poderia vir de três maneiras:

1) A “imersão” por assim dizer, nos gestos, comportamentos, e movimentos expressivos destes; 2) a exploração pelo questionamento direto ao paciente e por meio da avaliação que os próprios pacientes, sob nossa condução, fazem de si mesmos; 3) autodescrições escritas – raramente realmente boas, por outro lado todas do mais alto valor; elas podem, de fato, ser usadas mesmo que não se conheça a personalidade do autor (JASPERS, 1912/2005, p. 777).

Tudo isso é uma tentativa de aproximação da vida psíquica do paciente, dessa maneira, Jaspers introduziu o método biográfico na Psiquiatria¹¹. Feito isso, o psicólogo deve compreender intuitivamente as vivências presentes nesse material e assim distinguir os fenômenos apreendidos e posteriormente ordená-los (JASPERS, 1960; STUBBE, 1985).

A descrição, apreensão, distinção e ordenação dos fenômenos psíquicos bem como a conexão entre vivências foi algo que a Fenomenologia trouxe que até então não era utilizado em Psicologia, conforme ressalta Stubbe (1985).

5.2 O Método Fenomenológico em Psicopatologia

Husserl, ao propor a Fenomenologia, sugeriu um “retorno às coisas mesmas”, uma volta às vivências que fundamentam as coisas, por isso, seu método de investigação possui as reduções, que são etapas para a captação da essência do fenômeno, porém redução não quer dizer reduzir o objeto para melhor apreensão, mas sim recondução, a maneira pela qual é possível regressar ao sentido originário das coisas (GOTO, 2007).

Para Werneck Filho (2009), a intuição é o principal instrumento de avaliação para a elaboração do diagnóstico fenomenológico. Quanto à intuição, Nobre de Melo (1980, p. 178) ressalta que:

É uma operação que nada tem de sobrenatural ou mágico e que consiste em buscar reconhecer o geral no particular, identificar o homogêneo no heterogêneo, extrair o essencial do accidental, o que se efetua, não por indução ou dedução, e menos ainda por súbita e poderosa iluminação interior, mas mediante laborioso esforço de rigorosa depuração refletida, ao cabo da qual possamos transportar-nos então da generalidade fáctica à especificidade eidética.

Assim, sempre que eu ouvia a palavra intuição, tinha a impressão de algo como se fosse um “sexto sentido” pertencente a um determinado grupo de pessoas. No entanto, Márcio Suzuki, tradutor do livro “*Ideias para uma fenomenologia pura e uma psicologia fenomenológica*” (Husserl, 1913/2006) assegura que “intuição”, traduzido do alemão *Anschauung*, refere-se à visão; olhar, consideração.

Nesse sentido, a intuição pode ser compreendida como um “estar-voltado-para” aquilo que aparece e que pode ser apreendido, ou seja, o fenômeno. Logo, é importante perceber que a definição de “*Anschauung*” está intrinsecamente ligada à noção de redução fenomenológica (HUSSERL, 1913/2006; NOBRE DE MELO, 1980).

¹¹ Embora o próprio Jaspers (1913/2006) tenha dito que Kraepelin incorporou a biografia em Psiquiatria, concordo com Stubbe (1985), pois a biografia recomendada Jaspers era mais detalhada e, além disso, dava importância ao que o paciente descrevia de si mesmo, até então o maior foco da biografia era a observação de sintomas, Jaspers deslocou esse foco para as vivências do paciente no mundo.

Na apreensão dos fatos particulares, Jaspers (1913/2006; 1960) ressalta que é necessário voltar-se para vivido do paciente, dessa maneira, não se leva em conta a explicação causal de determinado fenômeno ou o que a teoria diz sobre ele. Convém que o investigador descreva os fenômenos da forma como eles se manifestam através do paciente.

Para compreender o ser “doente” é mais importante compreender como ele vivencia o mundo do que a realidade objetiva. O profissional não deve impor a sua verdade sobre o paciente, dessa forma, a redução fenomenológica é apropriada para o trabalho do psicopatologista já que a partir dela, pode-se colocar em suspensão a realidade aparente (PIO ABREU, 1994).

A redução fenomenológica em Psicopatologia tem o objetivo de possibilitar ao profissional centrar-se em como a pessoa vivencia as coisas, para isso é necessário colocar o mundo entre parênteses (*Epoché*). Pôr o mundo em suspensão não significa rejeitar ou duvidar de sua existência, trata-se, porém de um difícil exercício de analisar o fenômeno tal qual se apresenta, abstendo-se naquele momento de qualquer pressuposição teórica, isto é, de todo pré-conceito que tenta de antemão dar um significado àquilo que ainda não foi apreendido (NOBRE DE MELO, 1980).

Só o que realmente existe na consciência, deve ser representado. Tudo que não se encontrar realmente na consciência, não existe. Temos de deixar de lado todas as teorias, as construções psicológicas, tudo que é simples interpretação e julgamento. Devemo-nos voltar puramente para o que podemos compreender, distinguir e descrever em sua existência real. Como ensina a experiência, trata-se de tarefa difícil (JASPERS, 1913/2006, p. 72).

Assim, Husserl (1913/2006) declarou que o objetivo da redução fenomenológica seria alcançar o “mundo como eidos”, quer dizer, o mundo em sua essência ou o vivido na sua forma pura, a consciência pura. Destarte, vejo que a *epoché* possibilita a distinção entre fatos e essência. E qual seria a diferença entre os dois?

Fato e essência são demonstrados por Husserl (1913/2006, p. 35) do seguinte modo:

Um objeto individual não é meramente individual, um este aí!, que não se repete; sendo “em si mesmo” de tal e tal índole, ele possui sua especificidade, ele é composto de predicáveis essenciais que têm de lhe ser atribuídos (“enquanto ele é como é em si mesmo”), a fim de que outras determinações secundárias, relativas, lhe possam ser atribuídas.

A partir disso, percebemos que os predicáveis essenciais são imutáveis, atemporais e universais, sendo assim, constituem a essência do objeto. Por outro lado, chamamos de fatos, as determinações secundárias, as quais podem modificar-se de acordo

com as circunstâncias, são temporais e empíricas, contudo, elas não têm a capacidade de alterar a essência do fenômeno embora possam confundir um pesquisador em atitude natural.

Desse modo, a atitude fenomenológica é uma atitude antinatural, pois através da intuição e da reflexão, não se atém aos fatos contingentes e sim à sua estrutura essencial. Para ilustrar a atitude fenomenológica, Jaspers (1912/2005; 1913/2006) usa como exemplo o desenho de uma criança, que é feito como ela imagina e não o que realmente vê. Dessa maneira, o profissional precisa amadurecer no sentido de descrever o psíquico da forma como ele se mostra e não de acordo com o que se imagina sobre ele. Este é um esforço que deve ser constante.

O importante na fenomenologia é, portanto, exercer a visão pregnante do que é vivido diretamente pelo doente a fim de poder reconhecer o que há de idêntico dentro da multiplicidade. É necessário assimilar inteiramente, por meio de exemplos concretos, um rico material fenomenológico. Ele nos confere critério e orientação em novos casos. (JASPERS, 1913/2006, p. 73).

Não posso esquecer de que, segundo Nobre de Melo (1980), o que possibilita a redução fenomenológica transcender dos fatos para a essência e assim apreender e descrever os modos de ser no mundo do doente é a **intencionalidade**, característica fundamental do método fenomenológico. À vista disso, avançarei na explanação do modo de investigação científica.

A noção de intencionalidade foi aperfeiçoada por Husserl (1907/2000; 1913/2006) e é um conceito caro à Fenomenologia, pois se constitui como principal característica da consciência. A relação entre sujeito e objeto não é de causalidade. Quando digo que a consciência é consciência de algo, quero dizer que ela não é vazia, mas ela é quem dá sentido aos objetos do mundo, dessa maneira, ela é uma totalidade e ao contrário de outras concepções teóricas, não deve ser estudada dividida em partes, uma vez que a intencionalidade é quem doa significado de forma a unificar a variedade de percepções que obtenho.

É na intencionalidade que os objetos são constituídos de forma ativa e passiva. A consciência é movimento: para amar, existe um objeto amado, para olhar, existe um objeto olhado, não se trata de encontro de corpos físicos, pois esse objeto visado não precisa necessariamente “existir”, ele existe para a consciência que o intenciona, à vista disso, pode ser real ou ideal (COELHO JÚNIOR, 2002).

A relação do vivido com a consciência é distinta da relação do objeto fenomenal com o sujeito fenomenal posto que na primeira, a coisa em si não precisa necessariamente se fazer presente para que esta seja vivida, pois essa vivência é resultante de um conjunto de

experiências anteriores que dão sentido àquela aparência e por essa razão pode não corresponder àquilo que aparece. Desse modo, trata-se de um “conteúdo” que está “dentro” da experiência de modo intencional (COELHO JÚNIOR, 2002).

A consciência visa um objeto, dessa maneira, o fenomenólogo não se interessa nesse objeto concreto e muito menos em uma representação deste na consciência, não obstante, interessa-se na vivência originária que é o *objeto-enquanto-percebido*. É o movimento intencional da consciência que importa. Consciência e mundo, sujeito e objeto apenas têm sentido se forem uma correlação (ZILLES, 2002).

Realizada a *epoché*, na qual se faz a separação entre fatos e essência, tem-se uma atitude transcendental onde os fenômenos puros são investigados de maneira imparcial, bem como a análise da estrutura noético-noemática da consciência intencional para descrever os atos intencionais da consciência, chegando assim ao que é invariável: a subjetividade transcendental, através das reduções eidética e transcendental (NOBRE DE MELO, 1980; GOTO, 2007).

A Fenomenologia foca na vivência do sujeito justamente porque nega que a consciência seja um receptáculo que absorva de maneira indiferente os objetos do mundo, pelo contrário, a consciência movimenta-se intencionalmente para o objeto afim de dotá-lo de significado, desse modo ela é doadora de sentido (PIO ABREU, 1994).

A consciência, portanto, é constituída pelos componentes reais – dados hiléticos e noesis, objeto ideal (de eidos) – noema e o Eu puro. Os dados hiléticos, noesis e noema são interdependentes e formam o fluxo de vivências que correspondem ao Eu puro, que reúne todas as vivências e proporciona a síntese transcendental fenomenológica (NOBRE DE MELO, 1980).

Husserl (1913/2006) declarou que existem conteúdos psíquicos primários que compõem a estrutura da consciência, a estes ele denominou de dados hiléticos (ou materiais). Correspondem a como são representados a nós internamente aspectos do objeto como o som, a cor, volume, etc., refere-se à percepção sensorial das coisas. Os dados hiléticos, juntamente com a noesis, são os componentes reais da estrutura da consciência. É a noesis que atribui significado aos momentos hiléticos (NOBRE DE MELO, 1980).

Zilles (2002, p.17) afirma que:

A *noese* são os atos intencionais, visa um certo objeto de uma certa maneira, e o conteúdo ou significado desses objetos visados é o *noema*. No nível transcendental as *noeses* são os atos do sujeito constituinte que criam os *noemas* enquanto puras dualidades ou significações.

Assim, Nobre de Melo (1980) afirma que noema é o componente ideal da estrutura da consciência. Noema, portanto, é:

[...] algo que corresponde à essência do objeto visado pelo ato noético, colocando-se entre este e o objeto empírico, a que se refere e para o qual se dirige [...] Quer isso dizer que em todo objeto, apreendido pelo ato noético, há um núcleo noemático específico que fará a consciência uma “consciência de...” [...] (NOBRE DE MELO, 1980, p. 188).

Como eu já mencionei anteriormente, todo objeto sempre possui algo em si que é imutável apesar de ser acompanhado de predicados. É exatamente este fator invariável que faz com que o objeto seja sempre o mesmo para qualquer pessoa.

Goto (2007) esclarece que os atos intencionais (noesis) da consciência são direcionados para os objetos do mundo dando significado a eles, dessa maneira todo este sentido é conduzido através do fluxo de vivências para um único objeto que é a noema. "[...] Isso naturalmente se transpõe para o modo de consideração eidético: o *eidos* do noema aponta para o *eidos* da consciência noética, eles são eideticamente interdependentes [...]". (HUSSERL, 1913/2006, p. 227). Dada essa interdependência, concordo com Nobre de Melo (1980) quando afirma que a Fenomenologia supera a dicotomia entre sujeito-objeto, já não há mais lugar para pensarmos uma relação dual ou de interação, ao invés disso, têm-se uma correlação, isto é, uma relação unitária onde um depende do outro para serem executados na consciência.

5.2.1 Compreensão empática

Jaspers não aceitou a ideia alvitada na época, principalmente por Griessinger, de que doença mental e doença cerebral seriam equivalentes. O médico, segundo Jaspers (SUGIZAKI, 2013) não deve racionalizar, buscando um sentido lógico naquilo que o paciente lhe diz, mas sim compreendê-lo através da empatia.

E o que seria Empatia? É uma forma de participar da experiência de outra pessoa. Ao se abster de quaisquer construções teóricas explicativas acerca da doença mental, o fenomenólogo se debruça sobre as descrições de fenômenos psíquicos nas quais realizou “[...] procurando olhar sua gênese, as condições de seu aparecimento, suas configurações, seus contextos e seus possíveis conteúdos concretos, comparando-os [...]” (SUGIZAKI, 2013, p.4).

Frequentemente a palavra empatia é confundida com simpatia, no entanto, empatia vem do alemão *Einfühlung* que significa “sentir dentro do outro”, ou seja, “[...]”

reconhecer o outro como *alter ego* [...]” (RANIERI; BARREIRA, 2012, p. 14) logo, esta é uma vivência psíquica própria do ser humano.

A empatia, no sentido fenomenológico, é intencional e imediata, dessa forma, não deve ser considerada como um comportamento que pode ser acionado em certas ocasiões, o que acontece é que muitas vezes não nos damos conta da vivência da empatia.

Ranieri e Barreira (2012) descrevem a empatia segundo o pensamento de Edith Stein que coloca como primeiro momento da empatia o reconhecimento do outro como vivente, captação imediata que perante mim existe um outro parecido comigo, mas não igual, mas que é vivo como eu.

Entretanto, Ranieri e Barreira (2012) indicam a impossibilidade de eu sentir de maneira idêntica aquilo que o outro vivencia, pois é uma vivência do outro e é por esta razão que o outro é apresentado pelos autores como *alter ego*, pois se fosse de outra forma, seria um ego idêntico. Contudo eu posso apreender a sua vivência através da intuição como “[...] a compreensão da experiência do outro, um testemunho daquilo que o outro vive frente a nós [...]” (RANIERI; BARREIRA, 2012, p. 28) é um “dar-se agora das coisas”, ou seja, ela é originária.

A percepção externa se difere da empatia, pelo fato de eu não conseguir compreender apenas o que o outro sente somente através da observação do que ele aparenta fisicamente, embora esses traços físicos sejam uma indicação do que o outro está vivenciando, eles não podem se confundir com a experiência em si (SAVIAN FILHO, 2014), é por esta razão que em Fenomenologia, não posso limitar-me apenas aos fatos observáveis.

Savian Filho (2014, p. 38) esclarece que a empatia é “[...] cooriginária por seu sentido, não por seu ato”, ou seja, a vivência do eu é diferente da vivência do *alter ego*, ao vivenciar uma emoção experimentada por alguém, eu não sinto nenhuma emoção vinda originariamente de mim, mas se manifesta a mim.

Apesar de existir uma estrutura universal comum a todos os humanos, eu possuo vivências singulares, relacionadas à minha história no mundo-da-vida e isso me diferencia de qualquer outro ser vivo, mesmo assim, posso compreendê-lo em sua experiência, não objetivando-a. Trata-se de uma comunicação mediada pela sensibilidade intercorpórea. A empatia fundamentalmente carrega em si a oportunidade de aproximar-se do outro.

Na clínica, através da empatia, o terapeuta pode acompanhar a experiência do cliente, não vivenciando o que o outro sente, mas sentindo através do seu próprio corpo aquilo que o outro experiencia.

5.3 O animal como agente facilitador do relacionamento terapêutico e/ou psicoterapêutico

Enquanto a Fenomenologia nos impõe uma tarefa que, segundo Jaspers (1913/2006), é de fácil compreensão, mas na prática requer muito esforço e autocrítica: a suspensão dos pré-juízos sobre o que está a nossa frente, Levinson (1969/1997) e Silveira (1998; 1981) ressaltam que o animal não tem preconceitos, oferece afeto, companheirismo e aceitação incondicional para o humano.

Os animais de estimação não reagem à cor da pele de uma criança, ao seu cabelo despenteado, roupa suja, baixas notas no boletim ou fala abaixo do padrão. A abordagem do animal à vida é elementar. Basicamente, o animal de estimação não se importa com os valores da sociedade, mas responde principalmente ao amor e à bondade (LEVINSON, 1969/1997, p. 58, tradução nossa).

Ao interagir com o animal, a criança tem a possibilidade de experimentar uma “aceitação mútua”. Assim, o animal facilita a adesão ao processo psicoterapêutico. Levinson (1969/1997) resalta que o estabelecimento do relacionamento terapêutico difere entre crianças e adultos, pois dificilmente a criança admite que esteja acontecendo algo de “errado” com ela ou que precise de algum tipo de “tratamento”. Os adultos também são propensos a ter essa mesma impressão, no entanto, ao “procurarem ajuda”, admitem implicitamente que têm responsabilidade por seus problemas, cientes de que seu desconforto ou ansiedade podem ser aliviados mediante a psicoterapia.

Já no caso das crianças, Levinson (1969/1997) menciona que são os pais ou responsáveis que as levam para a terapia e o psicólogo precisa da cooperação destes para continuar. A criança pode sentir que o profissional é aliado dos seus pais e não seu, uma vez que não foi ela que escolheu ir para a terapia.

Por esta razão é que Levinson (1969/1997) afirma que o psicólogo tem uma responsabilidade extra no que diz respeito à terapia infantil, pois ele deve mostrar à criança a sua utilidade, que possivelmente não reconhecerá necessidade de ajuda já que não foi ela quem procurou o terapeuta.

Levinson (1969/1997) adverte que embora a criança possa afirmar não saber o motivo de estar no consultório, ela sente que não é como as outras crianças, pelo fato dela ser um assunto a ser discutido em casa, de ver seus pais preocupados com ela, ser levada ao psicólogo e isso tudo provoca na criança uma mudança qualitativa em sua autoavaliação, pois ela pode se sentir atípica ou incomum.

À vista disso, é importante que na primeira entrevista a criança sinta-se confortável e capaz de perceber que o terapeuta é alguém que a entende e que está pronto para ajudá-la, é nesse momento que Levinson (1969/1997), Marques (2008), Faraco *et al.* (2009), Vivaldini (2011), Alves (2015) e Ramos, Prado e Mangabeira (2016) propõem que a presença do animal servirá como “quebra-gelo” e auxiliará na adesão ao processo terapêutico.

Todas as publicações científicas levantadas nesta pesquisa bem como Levinson (1969/1997) e Silveira (1981) recomendam que a interação entre paciente e animal possibilite aos dois certa liberdade, ou seja, que o profissional deixe fluir a psicodinâmica que ocorre entre os dois, caso o terapeuta intervenha e torne-se agente ativo, poderá interferir nesse processo. Silveira (1981) reforça que é o terapeuta humano quem faz o serviço auxiliar, pois o principal agente de mudança no trabalho psicoterápico é o animal coterapeuta.

Com base em sua experiência clínica, Levinson (1969/1997) comenta que no início do processo terapêutico a criança ignora completamente a presença do psicólogo. Conversa exclusivamente com o animal e o acaricia, envolvendo-se em brincadeiras imaginativas nas quais o animal não participa, apenas é manuseado de acordo com a vontade da criança. Posteriormente, o animal torna-se o centro da brincadeira e exerce o papel que lhe foi atribuído.

Levinson (1997) ressalta que a intervenção com animais no ambiente psicoterapêutico com crianças pode ter a função de prover um ambiente onde a criança sinta que está no controle da situação, o que pode ser feito quando o animal está sob seu cuidado como na escovação da pelagem, passeios com o animal ou contar histórias a ele.

5.4 Afeto catalisador

Quando se trata de “transtornos psicológicos”, Levinson (1969/1997) afirma que a investigação científica sobre qualquer tipo de terapia que promova a diminuição de sintomas é válida, haja vista que é necessário desenvolver formas de tratamento eficazes que sejam menos onerosas e possuam menor tempo de duração.

Um desses métodos é cuidar de um animal de estimação, pois este promove a estabilidade emocional do paciente. “Frequentemente, um animal de estimação é o único elo remanescente com a realidade, embora seja um conector tênue e esporádico” (LEVINSON, 1997, p. 27, tradução nossa). Mediante a convivência com o animal, Levinson (1969/1997) relata que a criança aprende que pode comunicar os sentimentos mais íntimos sem palavras, por meio do olhar ou mesmo da postura corporal.

À medida em que a criança percebe que o *pet* possui certas limitações em relação ao humano, passa a desenvolver maior tolerância para as dificuldades de seu animal e consequentemente, pode se tornar mais tolerante com as suas próprias limitações. Ensinar um animal de estimação pode muito bem desenvolver na criança o ato de ser paciente para trabalhar longas horas em tarefas rotineiras e aparentemente não recompensadoras. No entanto, o sucesso que ela experimenta nessa área, bem como em outras áreas através do cuidado do animal, proporcionará satisfação real suficiente para impedir que a criança busque satisfações imaginárias em um mundo de fantasia (LEVINSON, 1969/1997).

Durante as sessões de TAA, terapeuta e criança podem agachar-se no chão, latir como cães ou miar como gatos. Levinson (1969/1997) relata que depois de um tempo, a criança começa a imaginar seu mundo fantasiado com outras atividades em que o animal, enquanto participa ativamente, desempenha um papel secundário ao do terapeuta. Até que finalmente o animal não é mais necessário no intercâmbio terapêutico.

Por esta razão é que Silveira (1981) caracteriza o animal coterapeuta como afeto catalisador. A maioria das pessoas atendidas no Hospital Psiquiátrico no qual Nise da Silveira trabalhava, era diagnosticada com esquizofrenia, sobre este transtorno, ela ressalta que

A esquizofrenia é uma condição muito grave, de cura quase impossível, repetem os psiquiatras, porém de ordinário esquecem de acrescentar que também é quase impossível reunir, no hospital psiquiátrico, as condições favoráveis para ser tentado um tratamento eficaz. (SILVEIRA, 1981, p. 86).

Dada as limitações do tratamento fornecido pelo hospital e da dificuldade em lidar com o paciente esquizofrênico, Nise da Silveira (1981) ofereceu terapias alternativas que se tornaram eficazes com os pacientes, dentre elas estava o cuidado de cães e gatos.

Segundo Silveira (1981), o paciente com esquizofrenia não consegue estabelecer comunicação com o outro e nem compartilhar suas experiências de maneira convencional. É preciso que o outro, com muita paciência e sem preconceitos, proporcione ao esquizofrênico um ambiente livre de coação, para que seja construída uma relação de compreensão e amizade. Assim, ela percebeu que o animal possui as características necessárias para o estabelecimento desse tipo de relação.

Silveira (1981) apresenta vários casos nos quais seus pacientes obtiveram melhoras por causa do convívio com animais de estimação. Havia um paciente chamado Abelardo que era bastante agressivo e por isso era temido na enfermaria, mas passou a alimentar cães e gatos abandonados e chegou até a construir uma pequena casa de madeira para dar abrigo aos cães da rua, diversos outros pacientes representaram essa casa em pinturas

em tela. Esse fato mostra que os pacientes esquizofrênicos são capazes de ter sensibilidade e empatia com animais.

Havia uma outra paciente na Terapêutica Ocupacional chamada Djanira, que tinha dificuldades em ter relações pessoais e depois que começou a conviver com os animais coterapeutas, passou a cuidar deles com muito carinho e por fim, compôs uma música em homenagem aos caninos e também começou se relacionar melhor com os monitores (SILVEIRA, 1981).

Dessa forma, Silveira (1981) ressalta que o animal coterapeuta funciona como afeto catalisador, pois o animal serve como ponto de apoio no campo afetivo, possivelmente o contato com o animal proporcionará um melhor contato com o ambiente. De que forma? Para voltar à realidade, a pessoa com transtorno psicológico precisa, primeiramente, de um relacionamento confiante com alguém – este alguém pode ser o animal – para depois conseguir estabelecer vínculos com outras pessoas e com o mundo que o rodeia.

E por que o animal é apto para participar de um relacionamento de confiança com uma pessoa? Silveira (1981, p. 87) afirma que

Sobretudo o cão reúne qualidades que o fazem muito apto a tornar-se um ponto de referência estável no mundo externo. Nunca provoca frustrações, dá incondicional afeto sem nada pedir em troca, traz calor e alegria ao frio ambiente hospitalar. Os gatos têm um modo de amar diferente. Discretos, esquivos, talvez sejam muito afins com os esquizofrênicos na sua maneira peculiar de querer bem.

Santos e Paula (2017) ressaltam que o contato com o animal é capaz de recuperar na pessoa com esquizofrenia a confiança que não é possível ser estabelecida no relacionamento com outras pessoas.

Por meio da relação com o animal, o esquizofrênico pode reaprender a se relacionar com o outro, a prestar mais atenção no outro, e reconhecer sinais de sua linguagem corporal sem ter que se submeter à pressão de se sentir observado ou cobrado por outra pessoa, o que poderia levar a um recrudescimento do quadro de isolamento social. (BRESLAU, 2012 apud SANTOS; PAULA, 2017, p. 10).

O que Nise da Silveira chama de afeto catalisador, Muñoz e Roma (2016) nomeiam “mediador da sociabilidade humana”, é como se a presença do animal fosse um filtro para a ansiedade do paciente diante da possibilidade de manter uma comunicação com o terapeuta e posteriormente, com as demais pessoas em outras situações.

A presença do animal oferece um outro foco de atenção e parece favorecer o estabelecimento do vínculo entre terapeuta e paciente. Assim, a pessoa torna-se mais calma e confiante, não apenas para interagir com o animal, mas também pode se sentir mais confortável para interagir com outras pessoas presentes no ambiente. (MUÑOZ; ROMA, 2016, p. 281).

Levinson em uma carta à Nise, denomina o afeto catalisador de *lifeline* (ou elo de vida), pois o animal seria a única ponte do paciente para a saúde mental (MELLO, 2015). Independente da nomenclatura dada, podemos perceber que o animal tem a capacidade de ser um ponto de referência do paciente para a realidade.

Sendo assim, a retirada abrupta do animal do convívio do paciente pode trazer consequências desastrosas (LEVINSON, 1969/1997). Consequências estas que podem ser observadas na piora do quadro clínico de muitos pacientes do Hospital Psiquiátrico Pedro II quando os animais coterapeutas foram assassinados (SILVEIRA, 1981).

Também acontece de o animal, que às vezes serve de afeto catalisador para alguns, servir de inibidor para outros, quando a sua presença dificulta o processo de transcendência do paciente e corre o risco de o animal ser objeto de ódio ou de medo excessivo (SILVEIRA, 1981).

Por esta razão é que se torna de extrema importância o cuidado em não colocar as IAA's como uma "técnica" a ser utilizada em todas as ocasiões. É necessário que o psicólogo, sobretudo de orientação fenomenológica, tenha sensibilidade para perceber em quais momentos não convém a presença do animal.

Acima de tudo, é preciso priorizar a compreensão do fenômeno, ao invés de forçar a qualquer custo a prática da IAA, somente porque é o modo preferido de atuação do profissional. Por isso é imprescindível que o psicólogo tenha sempre atitude de abertura a todas as possibilidades de compreensão do paciente, assim como alertou Jaspers (1913/2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da interação entre humano e animal confunde-se com a História do próprio homem, pois as transformações geopolíticas, socioeconômicas, culturais e ambientais ao longo do tempo influenciaram diretamente no modo do homem perceber o animal.

Destarte, se no Período Paleolítico as manifestações religiosas pressupunham que todos os seres da natureza seriam possuidores de alma, fazendo com que o homem mantivesse uma relação de horizontalidade com o animal, durante o medievo, por influência das grandes religiões monoteístas, principalmente do Cristianismo, o homem era visto como ser superior da criação divina e portanto, com o poder de subjugar os demais seres vivos, inclusive os animais que agora eram tidos como seres sem alma.

Na Idade Moderna, a supremacia do homem como ser criado à imagem e semelhança de Deus foi substituída pela do homem como único ser detentor da razão, configurando novamente o animal ocupando um lugar de inferioridade na natureza. O animal agora era considerado pela ciência moderna um ser autômato e muitos estudiosos consideravam-no incapaz de ser “senciente”.

A urbanização das cidades europeias possibilitou que o animal não fosse mais visto sob a ótica da força de trabalho, ele agora convivia com os humanos não só pela sua utilidade, mas também pelos laços afetivos que eram formados com o seu tutor. Dessa maneira, foi na Idade Moderna que o mundo ocidental presenciou o crescimento do número de animais de estimação.

Atualmente a convivência com animais de estimação, principalmente cães e gatos, tornou-se mais comum. Estes animais têm ocupado um espaço significativo nos lares, muitos deles até são considerados como membros da família, tendo inclusive acesso a qualquer local da casa.

Paralelo ao crescimento de animais de estimação nos lares, houve a disseminação de lojas de venda de artigos para animais, conhecidas como *Pet Shops*, estabelecimentos que vendem diversos produtos desde ração até brinquedos, roupas e perfumes fabricados especialmente para animais.

Isto posto, fica (des)velado que o modo do homem perceber o animal ultrapassou os limites da utilidade deste e tornou-se comum concebê-lo como “pessoa” e membro da família. No entanto, esse fenômeno abre a possibilidade para discussão de outros que ocorrem concomitantemente – o animal como objeto de consumo e a questão da violência através da

antropomorfização excessiva, maus-tratos, abandono e experimentação científica – que devido as limitações metodológicas do meu trabalho, não puderam ser profundamente discutidos aqui, embora mereçam atenção em estudos posteriores.

Durante o desenvolvimento da pesquisa e a escrita do presente texto dissertativo, ficou evidente para mim a necessidade de discutir sobre o uso de animais em experimentações realizadas pela Psicologia, porque este não é um fenômeno isolado, mas sim o resultado de um longo debate sobre o lugar que as ciências naturais ocupam na produção do conhecimento científico e como isso afetou no modo do homem perceber o animal.

Quando as ciências naturais estavam em pleno desenvolvimento no século XIX, surgiu uma nova disciplina denominada Fisiologia Experimental, tendo como objeto de estudo os animais vivos. Claude Bernard foi o grande representante deste ramo da ciência e embora não tenha realizado estudos em Psicologia Experimental, suas pesquisas serviram de base para futuras investigações em animais vivos como forma de explicação dos fenômenos psíquicos e neurológicos.

Outro acontecimento deveras pertinente do século XIX foi a “Teoria da Evolução das Espécies” desenvolvida pelo biólogo inglês Charles Darwin, na qual gerou uma mudança no status do homem em relação à natureza. A partir desse momento, as pesquisas tiveram como preocupação estudar as diferenças entre homens e animais, e assim foi criada a Psicologia Comparada ou Psicologia Animal.

Após o desenvolvimento da Psicologia Animal, importantes estudos comparativos foram realizados em diversas partes do mundo, dentre eles cabe destacar as pesquisas do fisiologista russo Ivan Pavlov, que criticava noções como mente, pensamento, consciência e vontade, pois as considerava subjetivistas e acreditava que somente a Fisiologia seria capaz de oferecer explicações científicas plausíveis à Psicologia. Dessa maneira, ele realizou diversos experimentos em animais para suas pesquisas, tais pesquisas influenciaram de maneira direta a Psicologia Comportamental norte-americana.

Posteriormente, o criador do Behaviorismo Metodológico, John Watson também passou a utilizar animais em seu laboratório para o estudo do comportamento, inclusive a investigação do fenômeno da aprendizagem humana e adaptação ao ambiente foi feita em ratos brancos.

Outros behavioristas como Clark Hull, Edward Tolman, Edwin Ray Guthrie e Burrhus F. Skinner também fizeram uso de animais, principalmente ratos e pombos, em suas investigações sobre comportamento humano e psicologia da aprendizagem.

A justificativa do uso de animais em experimentações em Psicologia seria a similaridade dos princípios comportamentais em várias espécies bem como a facilidade em controlar o ambiente e manipular variáveis. Além disso, realizar experimentos com animais acarretaria menos problemas éticos do que com humanos.

No entanto, existe uma ampla discussão sobre os problemas éticos e morais envolvidos no “uso” de animais em experimentações científicas. Discute-se que a ciência é capaz de desenvolver-se sem que haja a necessidade de “utilizar” o animal como “objeto” ou que este pode ser manipulado desde que não seja em condições que lhe cause dor.

Preocupados em resolver essas questões éticas, Russel e Burch desenvolveram, em 1959, o princípio dos “3 Rs”, que priorizava o bem-estar animal nas experimentações científicas. No entanto, foi somente a partir da década de 1990 que foram estabelecidos, em várias partes do mundo, Comitês de Ética em instituições científicas para avaliar e acompanhar os aspectos éticos envolvidos nas pesquisas com animais. Nessa época, as revistas internacionais passaram a recusar a publicação de artigos científicos que não mostrassem a aprovação da pesquisa em Comitê de Ética local.

Apesar disso, não havia nenhuma legislação brasileira que tratasse de modo específico o uso de animais na pesquisa e educação, somente em 2008 foi criada a Lei nº. 11.794, de 8 de outubro de 2008 também conhecida como “Lei Arouca”, que coaduna com o Princípio dos “3R’s”.

Podemos observar que a espécie humana sempre foi privilegiada em relação aos demais seres da natureza, e assim os animais foram e ainda são “utilizados” em favor do desenvolvimento científico.

Tanto Dilthey quanto Husserl denunciaram o predomínio do cientificismo natural como norteador epistemológico e metodológico para todas as ciências, inclusive da Psicologia. A preocupação dos dois filósofos era que a Psicologia Experimental, para garantir o estatuto como ciência havia naturalizado o psiquismo, igualando a consciência aos fatos naturais. Todavia a consciência não seria apenas um objeto, uma vez que ela é quem dá significado às coisas.

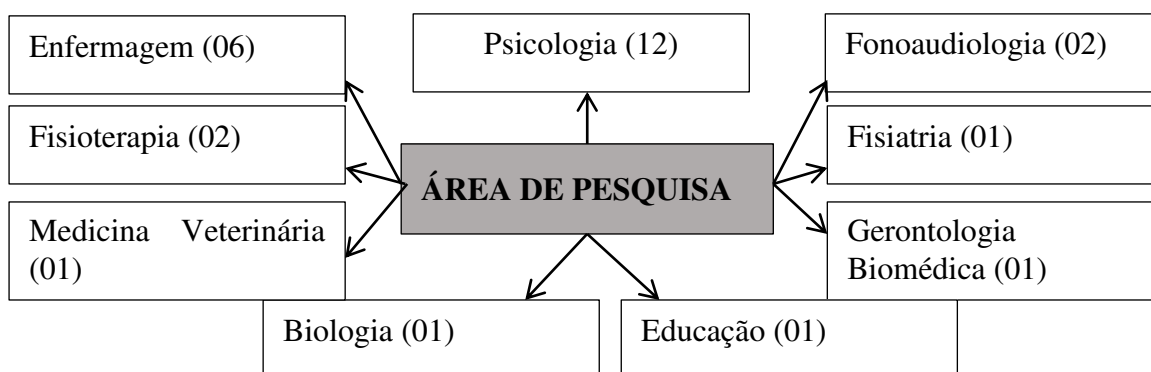
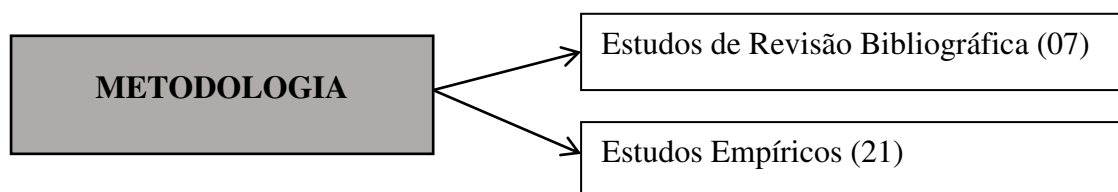
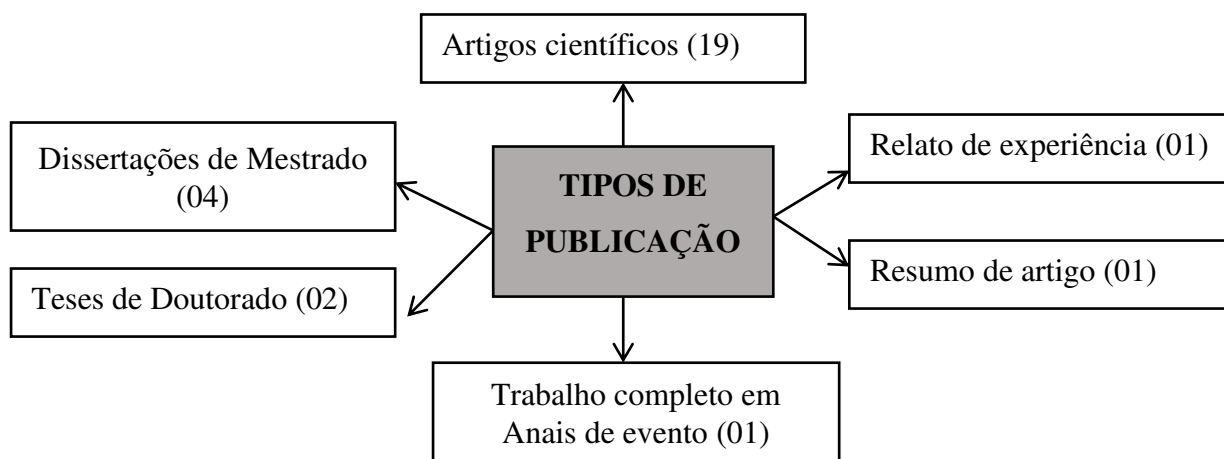
Entretanto, a Psicologia rendeu-se à ciência natural e assim teve como preocupação principal elaborar explicações conclusivas sobre a psique. Com isso, o animal foi objetificado e transformado em cobaia dos laboratórios de Psicologia Experimental.

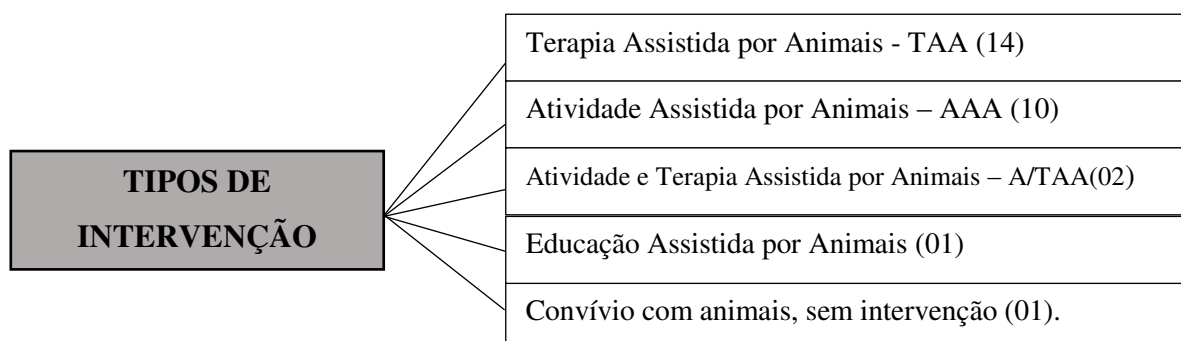
Em contrapartida, existe uma outra possibilidade da Psicologia estudar o animal. Dado que o convívio com animais faz parte do mundo, é importante atentar para os efeitos que a relação entre humanos e não humanos pode gerar para a saúde física e psíquica do

homem. Nesse sentido, há indícios de Intervenções Assistidas por Animais em pacientes psiquiátricos desde o século IX na Bélgica e posteriormente no século XVIII, os animais já auxiliavam no tratamento de pessoas com transtornos psicológicos.

No entanto, foi no século XX que se consolidaram as pesquisas a respeito das IAA's e dentre seus principais colaboradores, pode-se destacar a psiquiatra brasileira Nise da Silveira e o psiquiatra norte-americano Boris Levinson.

Nas referências bibliográficas levantadas sobre as IAA's, 28 atenderam aos critérios de inclusão e exclusão, sendo 22 de origem brasileira e 06 de outras nacionalidades: 01 do Chile (Apêndice H); 01 da Espanha (Apêndice P); 01 do México (Apêndice I) e 03 de Portugal (Apêndice A, Apêndice O e Apêndice Q). Segue abaixo os dados obtidos nesta pesquisa:





Transtornos psicológicos mais citados	Transtornos do Neurodesenvolvimento, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Esquizofrenia e Transtornos de Humor, Transtorno do Opositor Desafiante e Transtorno Neurocognitivo.
Alterações que podem sinalizar um possível transtorno psicológico no futuro:	Sintomas depressivos e desânimo frente ao tratamento médico; estresse, altos níveis de ansiedade, irritação, problemas de autoestima e problemas de aprendizagem.

Animais coterapeutas:	Cão, cavalo, tartaruga, periquito, peixe, cabra, hamster, Esquilo chinês, porco da índia, animais de fazenda (não especificados), gato, pássaro, tartaruga, peixe, galinha e o pato
Principais atividades:	Interação livre com o animal; interação a partir de solicitação para conversar com o animal, alimentá-lo, penteá-lo e acariciá-lo; atividades com bolas, bonecos e escovas; conduzir os cães nas guias; solicitar comandos e ensinar novos comandos aos cães. Com os cavalos, as atividades mencionadas foram o penso, volteio, encilhamento, adestramento, enduro e jogos pedagógicos.

Apenas 03 publicações (KOBAYASHI *et al.*, 2009 [Apêndice B]; PEREIRA; PEDROSO, 2009 [Apêndice D]; QUEIROZ, 2014 [Apêndice K]) mencionaram os possíveis

riscos da IAA, que são: zoonoses, alergias, os animais podem ser fonte de rivalidade, mordidas de animais, os animais podem ser agredidos e insatisfação em pessoas que não gostam de animais.

Os principais benefícios das IAA's presentes nas produções científicas foram os benefícios sociais como recreação, diversão, diminuição da solidão, inibição e isolamento, estimulação da interação social e diminuição de comportamentos sociais negativos; físicos como diminuição da pressão arterial, frequência cardíaca, aumento da expectativa de vida ao estimular atividades saudáveis, melhora no sistema imunológico, aumento de β -endorfinas, dopamina, oxitocina e diminuição do cortisol, alívio momentâneo da sensação de dor, redução do comportamento de estereotipia; e os benefícios psíquicos como diminuição nos níveis de depressão, solidão e irritabilidade, controle de distúrbios comportamentais, estimulação da memória de curto e de longo prazo, adesão ao tratamento terapêutico, melhora na cognição, alívio dos sintomas de ansiedade, melhora na concentração, aceitação de suas próprias limitações e do outro e auxílio na aquisição e no desenvolvimento de funções psicomotoras.

Adotei como fundamentação teórica para presente pesquisa a Fenomenologia de Edmund Husserl e a Psicopatologia Compreensiva segundo Karl Jaspers. A partir da Fenomenologia, Husserl viu a possibilidade de realizar uma investigação cujo propósito seria discriminar aquilo que aparece à consciência enquanto vivência, de forma pura, sem julgamentos a priori, para descobrir a essência do fenômeno, através da intuição.

Posteriormente, o médico psiquiatra e filósofo alemão Karl Jaspers introduziu o método fenomenológico em Psicopatologia. Jaspers defendia que a prática psiquiátrica deveria possuir uma orientação filosófica e dessa maneira influenciou vários médicos de sua época.

Percebo que o que Karl Jaspers trouxe de novo para o psicodiagnóstico foi a possibilidade de compreender como o paciente vivencia suas experiências, pois se antes o médico era o observador que descrevia externamente o que a pessoa apresentava (alucinação, delírio, ilusão, etc.), Jaspers solicitava que o próprio paciente descrevesse de maneira livre e sem qualquer influência o que lhe ocorria e essa experiência subjetiva tinha maior valor em seu diagnóstico.

A partir dos dados da consciência do paciente, os fenômenos são descritos e diferenciados, superando assim um conhecimento baseado em concepções puramente teóricas. Desse modo, a Psicopatologia de base fenomenológica faz uso das reduções em seu método de investigação para a captação das essências do fenômeno em questão. Para tal, tem como

principal instrumento a intuição, que é um “estar-voltado-para” aquilo que aparece e pode ser apreendido.

A Psicopatologia Compreensiva de Karl Jaspers devolveu a importância da vida do homem e sua historicidade à produção do diagnóstico e ao prognóstico do paciente. Para compreender o ser “doente” é mais importante compreender como ele vivencia o mundo do que a realidade objetiva. Assim, para analisar de maneira efetiva o “adoecimento”, é necessário voltar-se para o modo como a pessoa vivencia o mundo e as suas relações com o outro.

Entretanto, vivenciar o mundo e o outro, não se refere apenas a vivência com outros humanos, mas sim de que forma ele percebe os animais, as plantas e até mesmo os objetos inanimados. Sob essa perspectiva, as IAA's podem contribuir para a compreensão dos fenômenos psicopatológicos, porquanto a interação entre animal e paciente fornece ao psicólogo informações sobre a forma como ele estrutura suas relações no mundo e como percebe o outro e a si mesmo nesse processo.

Com a presença do animal é possível apreender não somente o que se passa com o paciente naquele momento, mas também o papel que ele desempenha na família e em quais ocasiões ele apresenta comportamentos que possivelmente sinalizam um adoecimento existencial.

O animal também é capaz de proporcionar descontração ao ambiente terapêutico e assim baixar momentaneamente os níveis de ansiedade do paciente, o que facilita sua comunicação com o psicólogo.

Outra importante contribuição é que a maneira como o paciente interage com o animal oferece pistas importantes ao psicólogo, o brincar com o animal no momento da avaliação psicológica permite que o profissional observe a pessoa em uma situação natural. Desse modo, a interação entre paciente, animal e psicólogo é proveitosa tanto para avaliar se há ou não algum adoecimento quanto para fornecer indicações sobre o curso de um adoecimento psíquico.

O animal também pode ser um agente facilitador no relacionamento terapêutico, pois ele não tem preconceitos, oferece afeto, companheirismo e aceitação incondicional para o humano. Desse modo, sua atuação é a de um afeto catalisador, ou seja, o vínculo da pessoa com o animal é capaz de proporcionar a ela um melhor contato com o ambiente e assim a possibilidade de estabelecer vínculos estáveis com outras pessoas e com o mundo.

No entanto, apesar de todos os benefícios proporcionados pela IAA, convém ressaltar que o animal não deve ser tomado como “recurso” ou “ferramenta” para o trabalho

terapêutico, é preciso que o profissional tenha sensibilidade para perceber e aceitar que há momentos em que a interação com animais não é a alternativa mais adequada, para isso é sempre importante lembrar que a IAA é uma possibilidade terapêutica dentre tantas outras que estão disponíveis para o psicólogo no exercício de sua profissão.

Um dos limites para a escrita do trabalho foi a escassez de estudos empíricos atuais sobre a interação entre homem e animal. Desse modo, penso que para as pesquisas futuras seja necessário a realização de investigações que tenham como objetivo avaliar de maneira empírica os efeitos das IAA's para a compreensão de fenômenos psicopatológicos que são bem presentes em nossa sociedade atual, como: comportamentos de automutilação, comportamentos suicidas, sintomas depressivos, violência contra o outro, distúrbios alimentares, demências senis, problemas de aprendizagem e comportamentos obsessivo-compulsivos.

Sugiro também que estudos posteriores investiguem os efeitos positivos e negativos do antropomorfismo tanto para o animal quanto para o humano, uma vez que há um aumento do número de famílias multiespécies bem como do mercado *pet*.

Durante a minha pesquisa, me deparei com o problema da empatia, devido ao tempo e as limitações metodológicas do trabalho, não pude investigar melhor, contudo, afirmo a importância de pesquisas posteriores realizarem estudos fenomenológicos sobre a Empatia no animal. É possível o animal possuir empatia? De que forma? Caso seja possível, como se constitui a Empatia em um animal e quais os níveis dela?

Sendo assim, fica evidente que a construção desse trabalho levantou mais questionamentos acerca do convívio entre homens e animais, desse modo, percebo que o tema parece esgotado porque muitos pesquisadores estão girando em torno do mesmo objetivo, contudo, existem inúmeras possibilidades de investigações sobre as Intervenções Assistidas por Animais, o que só enriquece o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Résumé sobre indústria cultural (1963). **Planeta.clix**. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado do original alemão e cotejada com a tradução italiana (Parva Aesthetica. Milano. Einaudi, 1979). Anita Simis e Marcos Costa colaboraram na edição final do texto. Disponível em: < <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno17.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- ALVES, H. M. **Corpo e linguagem na equoterapia: uma leitura psicanalítica**. 2015. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18768>>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- ÁRDILA, R. Significado e necesidad de la psicologia comparada. **Revista Latinoamericana de Psicologia**, Bogotá, v. 18, n. 2, p. 157-169, 1986.
- ARISTÓTELES. **História dos animais**. Livros I-VI. Tradução do grego de Maria de Fátima SOUSA E SILVA. Revisão Paula Lobo. Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- _____. **História dos animais**. Livros VII-X. Tradução do grego de Maria de Fátima SOUSA E SILVA. Revisão Branca Vilallonga. Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 2008.
- BASEGIO, A. C.; CONTE, E.; BERSCH, A. A. S.; YUNES, M. A. M. Educação ambiental e construção de aprendizagens: um olhar bioecológico. **Revista Textura**, Canoas, v. 20, n. 42, p. 177-198, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2784>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- BASTOS, F. F.; BORBA, J. M. P. A terapia assistida por animais (TAA) e a psicologia: um estudo fenomenológico das diferentes modalidades de vínculos entre humanos e demais animais na terapêutica. **Ambivalências**, v. 6, n. 11, p. 242-267, jan./jun. 2018. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/7639>>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- BEAUCHESNE, Hervé. **História da psicopatologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Nova versão internacional. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2014.
- BLUM, N.; FEE, E. Howard A. Rusk (1901–1989) From Military Medicine to Comprehensive Rehabilitation. **American J Public Health**, n. 98, v. 2, p. 256-257, fev./2008. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2376867/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.
- BORBA, J. M. P. Saúde na infância, medicalização da existência e as intervenções assistidas com animais: alternativa ou “nova” tecnificação? In: DANTAS, J. B. (Org.). **A infância medicalizada: discursos, práticas e saberes para o enfrentamento da medicalização da vida**. Curitiba: CRV, 2015.

BRASIL. Lei Nº 11.794, de 8 de outubro 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 out. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11794.htm>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BURNS, E. M. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas até a bomba atômica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1971.

CANTO, D. S. **Interação homem e animal de estimação**: um estudo acerca da posse de animais silvestres na cidade de Lábria – AM. 2016. 101f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

CARVALHO, J. M. **Filosofia e psicologia**: o pensamento fenomenológico-existencial de Karl Jaspers. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

CARVALHO, José Maurício de. Percurso fenomenológico. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del-Rei, n. 10, p. 1-15, 2013. Disponível em: < [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/art1-rev10\(1\).pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/art1-rev10(1).pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CARVALHO, S. M. M.; AMPARO, P. H. M. Nise da Silveira: a mãe da humana-idade. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** São Paulo, v. 9, n. 1, p. 126-137, mar./2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142006000100126&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 dez. 2018.

CARVALHO, A. L. L.; WAIZBORT, R. Os mártires de Bernard: a sensibilidade do animal experimental como dilema ético do darwinismo na Inglaterra vitoriana. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 355-400, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Dez. 2018.

CENÁRIO de animais abandonados no Brasil. **Correio Popular**, São Paulo, 13 abr. de 2018. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2018/04/blogs/coisa_de_bicho/544499-cenario-de-animais-abandonados-no-brasil.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CHAVES, M. Disputa de animais de em sede de divórcio e dissolução de união estável: reconhecimento da família multiespécie? **UNIFACS**, Salvador, n. 187, p. 1-34, 2016. Disponível em: < <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4066/2788>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CHELINI, M. O. M. Cães, cavalos... E os outros? In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E (Coords.). **Terapia Assistida por Animais**. Barueri: Manole, 2016. p. 313-326.

CÓDIGO DE NUREMBERG. **Nuremberg**: Tribunal Internacional de Nuremberg, 1947. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/bioetica/nuremcod.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

COELHO JUNIOR, N. E. Consciência, intencionalidade e intercorporeidade. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 22, p. 97-101, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2018.

COLÉGIO BRASILEIRO DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - COBEA. **Princípios éticos na experimentação animal**. Disponível em: <<http://www.cobea.org.br/etica.htm#3>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

COLOMBO, M. Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. **Rev. bras. Psicodrama**, São Paulo, v. 20, n. 1, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932012000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2018.

COSTA, D. A.; FERREIRA, J. A.; SANTOS, E. J. R. Intervenções assistidas por animais no contexto da doença mental. **Revista Psychologica**, Coimbra, p. 249-292, 2015.

DARWIN, C. **A expressão das emoções no homem e nos animais** (1872). Tradução de Leon de Lobo Souza Garcia. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

DECLARAÇÃO DE HELSINKI II. Adotada na 18ª Assembleia Médica Mundial, Helsinki, Finlândia (1964) e revista na 29ª Assembleia Mundial de Médicos, Tóquio, Japão (1975). **Associação Médica Mundial, 1964- 1975**. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/declaracao_de_helsinque.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-45, abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Dez. 2018.

DILTHEY, W. **Ideias acerca de uma psicologia descritiva e analítica** (1894). Tradução de Artur Morão. Lusosofia: Corvilhão, 2008.

DOLPHIN therapy: what is it? **The Henry Spink Foudation**, s.d. Disponível em: <http://www.henryspink.org/dolphin_therapy.htm>. Acesso em: 26 dez. 2018.

DOTTI, J. **Terapia e animais**. São Paulo: Livrus, 2014.

DR. ESCARGOT “trata” problemas de aprendizado escolar. **Universidade de São Paulo**, 2015. Disponível em: <<https://www5.usp.br/95364/dr-escargot-trata-problemas-de-aprendizado-escolar/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

DUTRA, L. H. A. Claude Bernard e a psicologia experimental. **Manuscrito**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 71-111, mar. 2016. ISSN 2317-630X. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/manuscrito/article/view/8644430>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FARACO C. B. et al. Terapia mediada por animais e saúde mental: um programa no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência em porto Alegre. **Saúde Coletiva**, n. 6, v. 34, p. 231-236, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/842/84212106001.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FARACO C. B.; SEMINOTTI, N. Sistema social humano-cão a partir da autopoiese em Maturana. **Psico**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 310-316, jul./set., 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8162>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

FERRAZ, M. S. A. Lições do mundo-da-vida: o último Husserl e a crítica ao objetivismo. **Scientiaestudia**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 355-372, jul./set. 2004.

FERREIRA, L. N. De Amorins à Esparta: o tema de Ulisses em Hélia Correia. **Humanitas**, Coimbra, v. 54, p. 401-417, 2002. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas54/18_Ferreira.pdf. Acesso em: 20 fev. 2017.

FERREIRA, S. S. A condição animal da filosofia de Tomás de Aquino. **Controvérsia**, v. 4, n. 1, p. 11-17, jan./jun. 2008.

FERRIGNO, M. V. **Veganismo e libertação animal**: um estudo etnográfico. 2012. 294 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FISCHER, M. L., Zanatta, A. A.; REZENDE, E. A. (2016). Um olhar da bioética para a zooterapia. **Revista Latinoamericana de Bioética**, v.16; n.1, p. 174-197, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18359/rli.1460>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

FOLHA informativa – transtornos mentais. **OPAS/OMS**, abr. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5652:folha-informativa-transtornos-mentais&Itemid=839>. Acesso em: 27 fev. 2019

FRIEDMANN, E.; KATCHER A. H. K.; LYNCH, J. J.; THOMAS, S. A. Animal Companions and One-Year Survival of Patients After Discharge From a Coronary Care Unit. **Public Health Reports**, n. 95, v. 4, p. 307-312, jul./ago. 1980. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1422527/?page=1>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

FUCHS, H. **O animal em casa**: um estudo no sentido do des-velar o significado psicológico do animal de estimação. 1987. 211f., Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

GAUER, G. Desenvolvimentos da Psicologia Experimental. In: GOMES, W. B.; GUAER, G. **História da Psicologia**. Manuscrito em preparação. 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/179397656/Psicologia-Experimental>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

GOODWIN, C. J. **História da psicologia moderna**. Tradução de Marta Rosas. São Paulo: Cultrix, 2005.

GOTO, T. A. **A (re) constituição da psicologia fenomenológica em Husserl**. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

GUIDA, A. Literatura e estudos animais. **Ráidos**. Dourados, v. 5, n. 10, p. 287-296, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/1342/988>. Acesso em: 16 ago. 2017.

GUTIÉRREZ, G. Darwin y el laboratorio de psicología animal. **Labirintos**, Bogotá, v. 9, n. 1, p. 1-3, 2009. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/lab/article/view/47255>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

GREIF, S.; TRÉZ, T. **A Verdadeira Face da Experimentação Animal - A sua Saúde em Perigo**. Editado por Sheila Moura. 2. Ed. Sociedade Educacional Fala Bicho: Rio de Janeiro, 2000.

HERSCH, J. **Karl Jaspers**. Tradução de Luis Guerreiro P. Cacaí. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

HOLANDA, R. L. et al. Equoterapia e cognição em pacientes autistas: um estudo de caso. **Revista Expressão Católica**, v. 2, n. 2, p. 83-96, jul./dez. 2013. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/324791466_EQUOTERAPIA_E_COGNICAO_EM_PACIENTES_AUTISTAS_UM_ESTUDO_DE_CASO>. Acesso em: 21 jan. 2019.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia** (1907). Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. **A filosofia como ciência de rigor** (1911). Prefácio de Joaquim de Carvalho. 2 ed. Atlântida: Coimbra, 1965.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura** (1913). Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

_____. **Crise da humanidade europeia e a filosofia** (1935). Introdução e tradução de Urbano Zilles, 2. ed. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2002. 96 p. – (Coleção Filosofia; 41).

_____. **Europa: crise e renovação** (1935). Tradução de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 115-154.

_____. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica** (1954). Tradução de Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUNZIKER, M. H. L. O uso de animais em estudos de processos psicológicos: uma estratégia ultrapassada? **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 3, p. 65-71, dez. 1995. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 dez. 2018.

JASPERS, K. A abordagem fenomenológica em psicopatologia (1912). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, n. 4, p. 769-787, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v8n4/1415-4714-rlpf-8-4-0754.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. **Psicopatologia geral** (1913). Tradução de Samuel Penna Reis. São Paulo: Editora Atheneu, 2006. v. 1 e 2.

_____. **Introdução ao pensamento filosófico**. Cultrix: São Paulo, 1965.

_____. Ciência e verdade (1960). **O que nos faz Pensar**, n. 1, p. 104-117, 1989. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/traducao_carl_jaspers_ciencia_e_verdade/n1carl.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

JIMENEZ, X. O.; HERNANDEZ, R. L.; RAMIREZ, M. G. Terapia asistida por perros en el tratamiento del manejo de las emociones en adolescentes. **Summa psicol. UST (En línea)**, Santiago, v. 9, n. 2, p. 25-32, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-448X2012000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2019.

JULIANO, R. S.; SANTOS, S. A.; ABREU, U. G. P.; SILVA, R. A. M. S.; ARAÚJO, M. T. B. D. A interação do homem pantaneiro com o seu cavalo. **Documentos/Embrapa Pantanal**, Corumbá, n. 104, dez. 2009.

KOBAYASHI, C. T. et al. Desenvolvimento e implantação de Terapia Assistida por Animais em hospital universitário. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 632-636, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000400024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2019.

LACERDA, J. R. **Efeitos da participação de um cão em sessões de terapia sobre o comportamento social de crianças com autismo**. 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LASA *et al.* Intervenciones asistidas por animales em neurorrehabilitación: una revisión de la literatura más reciente. **Neurología: Publicación oficial de la Sociedad Española de Neurología**, v. 30, n. 1, p. 1-7, 2015. Disponível em: <<http://www.elsevier.es/es-revista-neurologia-295-articulo-intervenciones-asistidas-por-animales-neurorrehabilitacion-S0213485313000182>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

LATTAL, K. A. O lado humano do comportamento animal. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 2, n. 1, p. 1-19, abr./2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/798>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

LÉVINAS, E. Reflexões sobre a técnica fenomenológica. In: _____. **Descobrimos a existência com Husserl e Heidegger** (1949). Lisboa: Instituto Piaget, 1999. p.135-149.

LEVINSON, B. **Pet-oriented child psychoterapy** (1969). 2. ed. Springfield: Charles Thomas Publisher, 1997.

LIMA, W. T. Entendimento humano da experimentação animal. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 2, 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2017.

MANCEBO, D *et al.* Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. **Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 325-332, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a13v07n2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

MARINHO, J. R. S.; ZAMO, R. S. Terapia assistida por animais e transtornos do neurodesenvolvimento. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 1063-1083, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 21 jan. 2019.

MARQUES, M. I. D. **Violência em contexto psiquiátrico: avaliação da eficácia de um programa com actividades assistidas por animais**. 2008. 363 f. Dissertação (Doutorado em Saúde Mental) - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/54320/2/Tese%20completa%20UPorto.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MARQUES, M. I.D. et al. Eficácia de intervenções assistidas por animais na prevenção da violência de doentes psiquiátricos agudos hospitalizados. **Rev. Enf. Ref.**, Coimbra, n. 5, p. 47-56, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832015000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MELO, Fernanda de Araújo. Para uma filosofia da transcendência em Karl Jaspers. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del Rey, n. 08, p. 51-60, p. 2012. Disponível em: <www.ufsj.edu.br/portal2.../File/revistaestudosfilosoficos/art4_rev8.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MELLO, L. C. **Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatria rebelde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Automática Edições, 2015.

MELLO, R. M. Sobre a complexa relação entre humanos e não humanos: reflexões antropológicas sobre desdobramentos possíveis entre medicina humana e medicina veterinária. In: Congresso Internacional de História, 7., Encuentro de Geohistoria Regional, 35., Semana de História, 20., Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015. p. 3803-3815. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1406.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

MENDES, S. C. R. **Interação com Animais: fator protetor na ansiedade e autoestima de crianças em idade escolar?** 2016. 90f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Universidade da Madeira, Funchal, 2016. Disponível em: <<https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1776/1/MestradoSaraMendes.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MENDONÇA, M. E. F. *et al.* A terapia assistida por cães no desenvolvimento socioafetivo de crianças com deficiência intelectual. **Cadernos de Graduação: Ciências Biológicas e da Saúde**, Maceió, v. 2, n. 2, p. 11-30, nov. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/1372>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MERCADO pet no Brasil. **Associação Brasileira da Indústria dos Animais de Estimação – ABINPET**, 2018. Disponível em: < <http://abinpet.org.br/mercado/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

MIRANDA, J. J.; GONÇALVES, A. L.; MIRANDA, R. L. CIRINO, S. D. Ética em experimentação animal: reflexões sobre o laboratório didático de análise do comportamento. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n.1, p. 198-212, 2011. Disponível em: < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2705>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MISSION Statement and History. **Therapy Dogs International**, s.d. Disponível em: < <https://www.tdi-dog.org/About.aspx?Page=Mission+Statement+and+History>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

MORAES, H. S.; MELLO, M. M. A relação do sujeito contemporâneo e animal doméstico: uma análise a partir do filme Marley e Eu. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FSG, 1., 2014, Caxias do Sul. **Anais...**Caxias do Sul: FSG, 2014. p. 127-151. Disponível em: < ojs.fsg.br/index.php/ampsic/article/view/1447>. Acesso em: 16 ago. 2018.

MOREIRA, R. L. *et al.* Terapia assistida com cães em pediatria oncológica: percepção de pais e enfermeiros. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 69, n. 6, p. 1188-1194, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000601188&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maia Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORRISON, M. L. Health benefits of Animal-Assisted Interventions. **Complementary Health Practice Review**, v. 12, n. 1, p. 51-62, jan./2007. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1533210107302397>>. Acesso em 26 dez. 2018.

MOTTI, G. S. **A prática da equoterapia para tratamento de pessoas com ansiedade**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7977-a-pratica-da-equoterapia-como-tratamento-para-pessoas-com-ansiedade.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

NISE da Silveira (1905-1999). **Museu Imagens do Inconsciente**. s.d. Disponível em: < <http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/#index/4>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

NOBRE DE MELO, A. L. **Psiquiatria**: psicologia geral e psicopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980.

NOGUEIRA et. al. O cão como aspecto motivador de crianças com transtorno do espectro autismo. **Revista De Estudios E Investigación En Psicología Y Educación**, n. 1, p. 280-283, 2017. Disponível em: < <http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.01.2794>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PAIM, I. **História da psicopatologia**. São Paulo: EPU, 1992.

PESSOTTI, I. Sobre a teoria da loucura no século XX. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2018.

PIO ABREU, J. L. **Introdução à psicopatologia compreensiva**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

OLIVEIRA, G. R.; CUNHA, M. C. Efeitos da Atividade Assistida por Animais nas condutas comunicativas de idosos: abordagem fonoaudiológica. **Distúrbios da Comunicação**, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 644-653, dez. 2017. ISSN 2176-2724. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/31910/24528>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

OLIVEIRA, G. R.; ICHITANI, T.; CUNHA, M. C. Atividade Assistida por Animais: efeitos na comunicação e interação social em ambiente escolar. **Distúrbios da Comunicação**, [S.l.], v. 28, n. 4, jan. 2017. ISSN 2176-2724. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/28017>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

OLIVA et. al. Idosos institucionalizados e as atividades assistidas por animais (AAA). **Revista Ciência em Extensão**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 15-31, dez. 2010. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/333>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde divulga novas estatísticas mundiais de saúde. **OPAS/OMS**, 17 mai. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5676:organizacao-mundial-da-saude-divulga-novas-estatisticas-mundiais-de-saude&Itemid=843>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PAIM, Isaías. **História da psicopatologia**. São Paulo: EPU, 1992.

PAIXÃO, R. L. **Experimentação animal: razões e emoções para uma ética**. 2001. 151f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<https://portaldeseres.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2001/paixaorld/pdf/capa.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

PARDO, H. G.; ALVARÉZ, M. P. **La invención de trastornos mentales**. Madrid: Alianza Editorial. 2007

PEREIRA, V. R. et al. INTERAÇÃO LÚDICA NA ATIVIDADE ASSISTIDA POR CÃES EM PEDIATRIA. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 1, p. 07-11, abr. 2017. ISSN 2357-707X. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/831/371>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PEREIRA, M. C. S.; PEDROSO, A. M. M. **Terapia assistida por cães em pacientes com doença de Alzheimer** 2009. Trabalho apresentado no 3. Congresso Ibero-americano de psicogerontologia: subjetividade, cultura e poder, São Paulo, 1985. Disponível em: <http://patastherapeutas.org/wp-content/uploads/2015/07/TAA_e_Alzheimer.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PEREIRA, M. E. C. Griesinger e as bases da "Primeira psiquiatria biológica". **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 685-691, dez./2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2018.

PESSOTTI, I. Sobre a teoria da loucura no século XX. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2018.

PETROIANU, A. Aspectos éticos na pesquisa em animais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 157- 164, out./dez. 1996. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/cememor/arquivos/aspectoseticosAnimais.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PIO ABREU, José Luis. **Introdução à psicopatologia compreensiva**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

PORFÍRIO. **On abstinence from animal food** (1823). Tradução de Thomas Taylor. Livro 1, p. 11-44. Disponível em: <http://www.tertullian.org/fathers/porphyry_abstinence_01_book1.htm>. Acesso em: 26 dez. 2018.

QUEIROZ, R. C. F. B. **Eficácia da intervenção assistida por animais na autopercepção de saúde, autoestima, sintomas depressivos e qualidade de vida relacionada à saúde em idosos residentes em instituição de longa permanência**. 2014. 119 f. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2748>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

QUEM somos. **ANDE-BRASIL**, s.d. Disponível em: <http://equoterapia.org.br/articles/index/articles_list/134/80/0>. Acesso em: 26 dez. 2018.

RAMOS, C. M.; PRADO, S. F.; MANGABEIRA, V. Psicoterapia e terapia assistida por animais. In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E (Coords.). **Terapia Assistida por Animais**. Barueri: Manole, 2016. p. 225-234.

RANIERI, L.P.; BARREIRA, C. R. A. A empatia como vivência. **Memorandum**, n. 23, p. 12-21, 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wp-content/uploads/2012/11/ranieribarreira01.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

REED, R.; FERRER, L.; VILLEGAS, N. Curadores naturais: uma revisão da terapia e atividades assistidas por animais como tratamento complementar de doenças crônicas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 3, p. 612-618, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2018.

REZENDE, A. H.; PELUZIO, M. C. G.; SABARENSE, C. M. Experimentação animal: ética e legislação brasileira. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 237-242, abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 dez. 2018.

RIBEIRO, Leonardo Barros; SILVA, Melissa Gogliath. O comércio ilegal põe em risco a diversidade das aves no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 4, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2018.

RIGONATTI, S. P. História dos tratamentos biológicos. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 31, n. 5, p. 201-212, 2004. Disponível: <<http://psiquiatriabh.com.br/wp/wp-content/uploads/2015/01/Tratamentos-biologicos.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ROCHA, C. F. P. G. Comportamento animal. In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E (Coords.). **Terapia Assistida por Animais**. Barueri: Manole, 2016. p. 61-98.

ROCHA, C. F. P. G.; MUÑOZ, P. O. L.; ROMA, R. P. S. História entre humanos e não humanos e da TAA. In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E (Coords.). **Terapia Assistida por Animais**. Barueri: Manole, 2016. p. 45-60.

ROMA, R. P. S. A relação entre o terapeuta, o condutor e o cão no contexto da terapia assistida por animais. In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E (Coords.). **Terapia Assistida por Animais**. Barueri: Manole, 2016. p. 131-148.

SANTOS, B. R. M.; PAULA, P. L. D. Terapia assistida por animais no conceito de clínica ampliada no acompanhamento de pacientes esquizofrênicos. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, Sete Lagoas, v. 6, n. 1, dez. 2017. Disponível em: <<http://jornal.faculdadecienciasdavid.com.br/index.php/RBCV/article/view/466>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SANTOS, D. S.; RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. Entre humanos e animais – relações familiares nas sociedades contemporâneas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 28., 2012, São Paulo, **XXVIII Reunião...**São Paulo. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt41/Danilo%20Sanches%20Santos.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

SANTOS, F. F. M.; ZAMO, R. S. Reabilitação Neuropsicológica dos Transtornos do Neurodesenvolvimento na Equoterapia: Revisão Sistemática. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 104-118, nov. 2017. ISSN 2175-5027. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1699>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SAVIAN FILHO, Juvenal. A empatia segundo Edith Stein. In: ____ (Org.). **Empatia, Edmund Husserl e Edith Stein: apresentações didáticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SCHNAIDER, T. B.; SOUZA, C. Aspectos éticos da experimentação animal. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 53, n. 2, p. 278-285, mar./abr. 2003.

SILVEIRA, N. **Gatos: a emoção de lidar**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1998.

____. **Imagens do Inconsciente** (1981). Petrópolis: Vozes, 2015.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé; OËLZE, B. (Org.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília, Editora UNB, 1998, pp. 23 a 40.

SINGER, P. **Libertação animal** (1975). São Paulo: Lugano, 2004.

SOUSA, C. Reflexos condicionados. **Revista de Medicina**, v. 31, n. 159-160, p. 85-102, mar. 1947. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46937>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SOUZA, T. M. O mundo da vida e a tecnologia fora de controle. **Cadernos da EMARF. Fenomenologia e Direito**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 163-173, abr./set. 2011.

SOUZA, M. B.; SILVA, P. L. N. Equoterapia no tratamento do Transtorno do Espectro Autista: a percepção dos técnicos. **Revista Ciência e Conhecimento**, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2015. Disponível em: < http://www.cienciaeconhecimento.com.br/Arquivos/Edi%C3%A7%C3%A3o%202015/Souza%20BM_912015.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

STUBBE, Hannes. Karl Jaspers como psicólogo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 106-118, jan. 1985. ISSN 0100-8692. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19343/18085>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

SUGIZAKI, Eduardo. A compreensão na psicopatologia geral: recepção de Karl Jaspers na filosofia da psiquiatria. In: CONGRESSO DE FENOMENOLOGIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 5., 2013, Goiânia. **Anais...**Goiânia: UFG, 2013. p. 1-8. Disponível em: < <https://anaiscongressofenomenologia.fe.ufg.br/up/306/o/EduardoSugizaki.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

TANAKA E SILVA, E. Y. Incremento da saúde e da qualidade de vida de idosos institucionalizados através da convivência com animais de companhia e atividade assistida por animais (AAA). **Revista Ciência em Extensão**, v. 5, n. 2, p. 84-85, abr. 2010. ISSN 16794605. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/284>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TEDESCO, João Carlos. Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade. **Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 1, p. 57-67, jan./abr. 2007. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5648>. Acesso em: 16 ago. 2018.

THE Pet Partners story. **Pet Partners**, s.d. Disponível em: < <https://petpartners.org/about-us/petpartners-story/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

THOMAS JUNIOR, R. M. Dr. Samuel Corson, 88, Dies; Father of Pet-Assisted Therapy. **New York Times**, 2 de março de 1998. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1998/03/02/us/dr-samuel-corson-88-dies-father-of-pet-assisted-therapy.html>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

TODOROV, J. C. O conceito de contingência da psicologia experimental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 59-70, 1991. Disponível em: < <http://www.itcrcampinas.com.br/txt/todorov.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

TONI, P. M. D.; ROMANELLI, E. J.; SALVO, C. G. D. A evolução da neuropsicologia: da antiguidade aos tempos modernos. **Psicologia Argumento**, v. 23, n. 41 p. 47-55, 2005. Disponível em: < www2.pucpr.br/reol/index.php/PA/view/?dd1=186>. Acesso em: 21 jul. 2017.

VASCONCELLOS, A. S. O bem-estar do animal coterapeuta. In: CHELINI, M. O. M.; OTTA, E (Coords.). **Terapia Assistida por Animais**. Barueri: Manole, 2016. p. 149-178.

VICENTE, A. M.; COSTA, M. C. Experimentação animal e seus limites...**Physys Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2014, p. 831-849. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312014000300831&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 out. 2017.

VIVALDINI, V. H. **Terapia Assistida por animais: uma abordagem lúdica em reabilitação clínica de pessoas com deficiência intelectual**. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://patastherapeutas.org/wp-content/uploads/2015/07/Terapia-Assisitda-por-Animais-para-pessoas-com-deficiencia-intelectual.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

VIZACHRI, T. R. **Animais humanos ou humanos animais? Um estudo sobre a representação dos animais antropomorfizados nos filmes de animação**. 2014. 138f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WERNECK FILHO, B. D. Fenomenologia como orientação filosófica para a psicologia clínica. **Psychiatry on line Brasil**, vol. 14, n. 8, ago./2009. Disponível em: < <http://www.polbr.med.br/ano09/pcl0809.php>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **World health statistics 2018** monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Geneva: WHO, 2018. Disponível em: < <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

ZAMO, R. S.; TRENTINI, C. M. Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia: uma revisão sistemática. **Psicol. teor. prat**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 81-97, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jan. 2019.

ZUANON, A. C. A. Instinto, etologia e a teoria de Konrad Lorenz. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 13, n. 3, p. 337-349, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Dez. 2018.

APÊNDICES – Protocolos da Pesquisa

APÊNDICE A

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Violência em contexto psiquiátrico: avaliação da eficácia de um programa com atividades assistidas por animais	
Autor: MARQUES	
Ano: 2008	Fonte Editorial: Universidade do Porto (Portugal)
Afiliação Institucional: Universidade do Porto (Portugal)	
Tipo de publicação: Tese de Doutorado	
Tipo de pesquisa: estudo quasi-experimental	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Avaliar a eficácia de um programa de intervenção Atividades Assistidas por Animais (cão) na prevenção da violência em contexto psiquiátrico e na promoção do bem-estar socioemocional dos doentes adultos.	
Palavras-chave: Não tem.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 52 pacientes agudos psiquiátricos internos em um hospital.	
Alterações psíquicas: Transtornos de humor, esquizofrenia, altos níveis de ansiedade e anedonia.	
Área de Pesquisa: Enfermagem	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cães	
Atividades desenvolvidas: Interação psicomotora: atividades de brincadeiras com o animal.	
Possíveis riscos: Não descritos	
Possíveis benefícios: melhora no bem-estar físico e socioemocional; diminuição nos níveis de depressão, solidão e irritabilidade.	
Resultados observados: os resultados evidenciam que o programa de intervenção teve um impacto positivo e significativo, promovendo a distração dos doentes em relação aos estímulos que poderiam ser entendidos como ameaçadores e centrando-os e envolvendo-os na atividade de forma motivada. Esta mudança comportamental traduz regulação das emoções e sentimentos negativos, que poderão estar na origem dos comportamentos agressivos, e o aumento de bem-estar socioemocional.	

APÊNDICE B

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Desenvolvimento e implantação de Terapia Assistida por Animais em hospital universitário	
Autor: KOBAYASHI et. al	
Ano: 2009	Fonte Editorial: Revista Brasileira de Enfermagem
Afiliação Institucional: Centro universitário São Camilo/UNIFESP	
Tipo de publicação: Relato de experiência	
Tipo de pesquisa: Relato de experiência	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: proporcionar aos pacientes uma experiência positiva que difere da rotina do ambiente hospitalar.	
Palavras-chave: Terapias complementares. Enfermagem. Humanização da assistência.	
Sujeito(s) da Pesquisa: pacientes das unidades de Clínica Pediátrica, Cirurgia Pediátrica, Psiquiatria e Setor Pediátrico do Hospital-dia do Hospital São Paulo da UNIFESP - quantidade e idade não especificadas.	
Alterações psíquicas: Não especificado	
Área de Pesquisa: Enfermagem	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cães	
Atividades desenvolvidas: conversar, acariciar, pentear, brincar e tirar fotos com o cão.	
Possíveis riscos: mordidas de animais, alergias e zoonoses	
Possíveis benefícios: pode descontrair o clima tenso do ambiente hospitalar, melhorar as relações interpessoais e facilitar a comunicação entre pacientes e equipe de saúde.	
Resultados observados: mudou a rotina hospitalar, trazendo recreação e deixando o clima hospitalar menos pesado, adesão ao tratamento terapêutico.	

APÊNDICE C

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Incremento da saúde e da qualidade de vida de idosos institucionalizados através da convivência com animais de companhia e AAA	
Autor: TANAKA E SILVA et. al	
Ano: 2009	Fonte Editorial: Revista Ciência em Extensão
Afiliação Institucional: Universidade Estadual Paulista	
Tipo de publicação: Resumo	
Tipo de pesquisa: estudo exploratório qualitativo	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Observar e identificar as alterações físicas, emocionais, sociais e comportamentais geradas pela instalação da AAA em uma instituição de atendimento assistencial a idosos.	
Palavras-chave: não tem	
Sujeito(s) da Pesquisa: Idosos da instituição (quantidade e idade não especificadas)	
Alterações psíquicas: problemas de relacionamento e comunicação, demências senis, sintomas depressivos.	
Área de Pesquisa: Medicina Veterinária	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães	
Atividades desenvolvidas: Os idosos foram estimulados a afagar, pentear, escovar os dentes e caminhar com os animais.	
Possíveis riscos: não descritos.	
Possíveis benefícios: melhor qualidade de vida, melhora na autoestima, bom humor, estimula a prática de atividades físicas, proporciona relaxamento, diminuição da apatia e da pressão arterial e diminuição momentânea da sensação de dor e da depressão.	
Resultados observados: minimização das dificuldades de relacionamentos interpessoais, diminuição da agressividade e irritabilidade, maior motivação à prática de fisioterapia e exercícios ao ar livre.	

APÊNDICE D

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Terapia Assistida por Cães em pacientes com doença de Alzheimer	
Autor: PEREIRA; PEDROSO	
Ano: 2009	Fonte Editorial: III Congresso Ibero-Americano de Psicogerontologia
Afiliação Institucional: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	
Tipo de publicação: trabalho apresentado em evento	
Tipo de pesquisa: revisão bibliográfica	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Pesquisar os efeitos da TAC em pacientes com doença de Alzheimer.	
Palavras-chave: Gerontologia. Terapia Assistida por Cães. Doença de Alzheimer.	
Sujeito(s) da Pesquisa: idosos acima de 78 anos de idade.	
Alterações psíquicas: Doença de Alzheimer	
Área de Pesquisa: Fisioterapia	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cão	
Atividades desenvolvidas: O paciente segurava a guia do cão por 15 minutos.	
Possíveis riscos: o animal pode se tornar fonte de rivalidade, podem ser machucados, podem machucar, zoonoses e alergias.	
Possíveis benefícios: O cão estimula as funções motoras, o controle de distúrbios comportamentais, a sociabilização e memória a curto e longo prazo.	
Resultados observados: aumento de substâncias como β -endorfinas, dopamina, oxitocina e diminuição do cortisol.	

APÊNDICE E

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Terapia mediada por animais e Saúde Mental: um programa no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência em Porto Alegre	
Autor: FARACO et. al	
Ano: 2009	Fonte Editorial: Saúde Coletiva
Afiliação Institucional: Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) - RS	
Tipo de publicação: artigo	
Tipo de pesquisa: estudo experimental	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Examinar as repercussões de um programa de Terapia mediada por animais junto a um grupo pacientes do Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS.	
Palavras-chave: Terapia mediada por animais. Pet terapia. Saúde mental.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 28 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 16 anos e seus responsáveis.	
Alterações psíquicas: Transtorno de Humor, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Opositor Desafiante, Transtorno de Conduta e vítimas de abuso sexual.	
Área de Pesquisa: examinar as repercussões de um programa de Terapia mediada por animais junto a um grupo pacientes do Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS.	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cão, tartaruga, periquito, peixe, cabra, hamster, Esquilo chinês e porquinho da índia.	
Atividades desenvolvidas: Conversas e jogos educativos sobre o animal e o cuidado com ele. Estimulação do contato físico com o animal.	
Possíveis riscos: não descritos.	
Possíveis benefícios: a interação com animais favorece a afiliação dos participantes no grupo e sua aderência às atividades propostas.	
Resultados observados: todos os participantes apresentaram redução significativa nas médias das pontuações obtidas após a intervenção. As pontuações são referentes ao questionário <i>screening</i> para problemas de saúde mental infantil - SDQ. O teste possui 25 itens que são compostos de 5 escalas com 5 itens cada que avaliam sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas de relacionamento com os colegas e comportamento pró-social.	

APÊNDICE F

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Idosos institucionalizados e as atividades assistidas por animais (AAA)	
Autor: OLIVA et. al	
Ano: 2010	Fonte Editorial: Revista Ciência em Extensão
Afiliação Institucional: Universidade Estadual Paulista	
Tipo de publicação: artigo	
Tipo de pesquisa: estudo descritivo qualitativo	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: observar e identificar as alterações físicas, emocionais, sociais e comportamentais geradas pela instalação da AAA em uma instituição de atendimento assistencial a idosos.	
Palavras-chave: Terapia assistida por animais. Cão. Geriatria. Saúde.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 36 idosos com idades entre 58 e 101 anos	
Alterações psíquicas: esquizofrenias e demência senil	
Área de Pesquisa: medicina veterinária e fisioterapia	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães	
Atividades desenvolvidas: Os idosos foram estimulados a afagar, pentear, escovar os dentes e caminhar com os animais.	
Possíveis riscos: não descritos	
Possíveis benefícios: alívio momentâneo da dor e depressão, alteração positiva na rotina.	
Resultados observados: melhora nos relacionamentos interpessoais, diminuição da agressividade e irritabilidade, motivação para prática de fisioterapia e exercícios ao ar livre.	

APÊNDICE G

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Terapia Assistida por Animais: uma abordagem lúdica em reabilitação clínica de pessoas com deficiência intelectual	
Autor: VIVALDINI	
Ano: 2011	Fonte Editorial: Universidade Metodista de São Paulo
Afiliação Institucional: Universidade Metodista de São Paulo	
Tipo de publicação: Dissertação de Mestrado	
Tipo de pesquisa: Observação não-participante.	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: avaliar o nível de sociabilização no comportamento da criança/adolescente com deficiência intelectual em terapia assistida por animais, TAA.	
Palavras-chave: Não tem	
Sujeito(s) da Pesquisa: 46 sujeitos: 20 pacientes entre 6 e 16 anos, 20 pais/responsáveis e 6 terapeutas.	
Alterações psíquicas: deficiência intelectual	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães	
Atividades desenvolvidas: Interação livre com o animal	
Possíveis riscos: não descritos.	
Possíveis benefícios: Maior integração social.	
Resultados observados: aumento na motivação e engajamento, na autonomia, facilitou a socialização dos pacientes, melhora no humor e organização cognitiva temporal, facilitou o alcance dos objetivos terapêuticos.	

APÊNDICE H

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Curadores naturais: uma revisão da terapia e atividades assistidas por animais como tratamento complementar de doenças crônicas	
Autor: REED; FERRER; VILLEGAS	
Ano: 2012	Fonte Editorial: Revista Latinoamericana de Enfermagem
Afiliação Institucional: Pontificia Universidad Católica de Chile/University of Miami	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: revisão bibliográfica	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Descrever a literatura existente sobre o uso de terapia e atividades assistidas por animais (AAT/A), como terapia adjuvante em pessoas vivendo com doenças crônicas, e discutir a possível aplicação dessa prática em crianças que vivem com HIV.	
Palavras-chave: Terapia Assistida por Animais. Terapias Complementares. Doença Crônica.	
Sujeito(s) da Pesquisa: Crianças e adultos (idade não especificada).	
Alterações psíquicas: Esquizofrenia e Transtorno de Ansiedade Generalizada	
Área de Pesquisa: Enfermagem	
Tipo de Intervenção: A/TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães e animais de fazenda	
Atividades desenvolvidas: Interação regular com animais.	
Possíveis riscos: não descritos	
Possíveis benefícios: Essa terapia alternativa é de baixo custo, demonstra muitos resultados favoráveis e, se utilizada corretamente, pode melhorar a vida de muitas pessoas que vivem com diversas condições médicas e sociais.	
Resultados observados: Descobriu-se que a interação com cães incrementa comportamentos positivos como aumento da sensibilidade e atenção nas crianças com deficiência social. Redução nos níveis de dor.	

APÊNDICE I

IDENTIFICAÇÃO	
Título: <i>Terapia 125ratament por perros em el 125ratamento del manejo de las emociones em adolescentes</i>	
Autor: JIMÉNEZ; HERNÁNDEZ; GONZÁLEZ	
Ano: 2012	Fonte Editorial: Summa Psicológica UST
Afiliação Institucional: Universidad Autónoma de Nuevo León (México)	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: estudo experimental	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Analisar os efeitos da terapia assistida por cães na autoestima e os componentes das emoções em um grupo de adolescentes com problemas emocionais.	
Palavras-chave: Terapia Assistida por Animais. Emoções. Adolescentes.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 05 adolescentes com a média de idade 18,8	
Alterações psíquicas: problemas com autoestima	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cães	
Atividades desenvolvidas: em formato de workshops guiadas pelo terapeuta que consistiam em aprendizado de gerenciamento de emoções através da interação com o cão.	
Possíveis riscos: Não descritos	
Possíveis benefícios: benefícios cognitivos, sociais, emocionais e pessoais.	
Resultados observados: mostraram mudanças significativas na atenção emocional dos adolescentes, ou seja, na capacidade de perceber melhor suas emoções.	

APÊNDICE J

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Equoterapia e cognição em pacientes autistas: um estudo de caso	
Autor: HOLANDA et. al	
Ano: 2013	Fonte Editorial: Revista Expressão Católica
Afiliação Institucional: Faculdade Católica Rainha do Sertão/ UNIFOR	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: estudo de caso	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Avaliar a intervenção da equoterapia em pacientes com autismo.	
Palavras-chave: Autismo. Equoterapia. Cognição.	
Sujeito(s) da Pesquisa: homem com 23 anos de idade e diagnosticado com TEA.	
Alterações psíquicas: Transtorno do Espectro Autista – TEA.	
Área de Pesquisa: Fisioterapia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cavalo	
Atividades desenvolvidas: não descritas.	
Possíveis riscos: não descritos	
Possíveis benefícios: Melhora na autoestima e qualidade de vida.	
Resultados observados: não houve ganho nos itens atenção e concentração, mas foi observado melhoras na orientação (senso de direção).	

APÊNDICE K

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Eficácia da AAA na autopercepção de saúde, autoestima, sintomas depressivos e qualidade de vida relacionada à saúde em idosos residentes em instituição de longa permanência.	
Autor: QUEIROZ	
Ano: 2014	Fonte Editorial: Pontifícia Universidade Católica – RS
Afiliação Institucional: Pontifícia Universidade Católica – RS	
Tipo de publicação: Tese de Doutorado	
Tipo de pesquisa: estudo clínico randomizado	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Analisar a eficácia da IAA na autopercepção de saúde, autoestima, sintomas depressivos e qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) em idosos residentes em ILPI, na cidade de João Pessoa-PB.	
Palavras-chave: Envelhecimento. Autopercepção de Saúde. Autoestima. Sintomas depressivos. Qualidade de vida. Terapia Assistida por Animais.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 42 idosos com idades não especificadas	
Alterações psíquicas: sintomas depressivos, demência senil, isolamento.	
Área de Pesquisa: Gerontologia	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cão e gato	
Atividades desenvolvidas: interação livre entre participante e animal, o acompanhante do animal não interagia com os participantes da pesquisa.	
Possíveis riscos: zoonoses e insatisfação em pessoas que não gostam de animais.	
Possíveis benefícios: diminuição do estresse, da solidão, dos sintomas de depressão, melhora da autoestima e qualidade de vida, favorecimento da socialização, mudança no foco da conversação.	
Resultados observados: Mostrou-se eficaz na melhora na autoestima, qualidade de vida e diminuição dos sintomas depressivos, não foi confirmada a eficácia da IAA a autopercepção de saúde, apenas foi observada uma melhora. Os benefícios a longo prazo não puderam ser avaliados.	

APÊNDICE L

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Efeitos da participação de um cão em sessões de terapia sobre o comportamento social de crianças com autismo	
Autor: LACERDA	
Ano: 2014	Fonte Editorial: Universidade de São Paulo – USP
Afiliação Institucional: Universidade de São Paulo – USP	
Tipo de publicação: Dissertação de Mestrado	
Tipo de pesquisa: estudo experimental	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Investigar os potenciais efeitos benéficos da utilização de um animal em intervenções terapêuticas sobre o comportamento de crianças e jovens com autismo em atendimentos de Terapia Ocupacional.	
Palavras-chave: não tem.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 20 crianças e adolescentes com idades entre 5 e 18 anos.	
Alterações psíquicas: Transtorno do Espectro Autista	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): 4 cães	
Atividades desenvolvidas: Livre interação do paciente com o animal, promoção de atividades terapêuticas.	
Possíveis riscos: Não descritos	
Possíveis benefícios: aumento na disposição de ânimo e socialização e diminuição da solidão, estresse, ansiedade, agressividade e agitação.	
Resultados observados: Diminuição da frequência dos comportamentos de estereotipia, maior contato visual com os profissionais.	

APÊNDICE M

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Corpo e linguagem na equoterapia: uma leitura psicanalítica	
Autor: ALVES	
Ano: 2015	Fonte Editorial: Universidade de Brasília
Afiliação Institucional: Universidade de Brasília	
Tipo de publicação: Dissertação de Mestrado	
Tipo de pesquisa: pesquisa clínica qualitativa: Estudos de caso	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: discutir a relação estabelecida na prática equoterapêutica entre o praticante, o mediador e o cavalo, analisando, a partir da perspectiva psicanalítica essa prática com sujeitos que apresentam dificuldades subjetivas que interferem nas suas vidas, em particular, nos processos de escolarização, com o intuito de contribuir futuramente na compreensão teórica do processo equoterapêutico.	
Palavras-chave: Psicanálise. Equoterapia. Psicomotricidade. Linguagem e Corpo.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 3 pessoas de 6, 7 e 42 anos respectivamente	
Alterações psíquicas: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Transtorno Depressivo.	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cavalo	
Atividades desenvolvidas: Penso, volteio, encilhamento, adestramento, enduro e jogos pedagógicos.	
Possíveis riscos: Não descritos	
Possíveis benefícios: A dinâmica terapêutica oferece acolhimento e segurança, bem como força e contorno.	
Resultados observados: a relação com o cavalo e com o mediador oferece o holding necessário para o desenvolvimento do praticante. A dinâmica terapêutica oferece acolhimento e segurança, bem como força e contorno. A interação com o cavalo constituiu-se como um espaço intermediário significativo para os sujeitos, auxiliando-os na diminuição do seu sofrimento psíquico.	

APÊNDICE N

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Equoterapia no tratamento do Transtorno do Espectro Autista: a percepção dos técnicos	
Autor: SOUZA; SILVA	
Ano: 2015	Fonte Editorial: Revista Ciência e Conhecimento
Afiliação Institucional: Universidade Luterana do Brasil – Ulbra	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: Estudo qualitativo com análise de conteúdo	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Analisar o tratamento de Equoterapia no desenvolvimento de uma criança (10 anos) com o Transtorno do Espectro Autista nos aspectos cognitivos, emocionais, psicomotores, sociais e de comunicação, através de entrevistas realizadas com os profissionais da equipe técnica, composta por: psicóloga, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga e fisioterapeuta.	
Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Equoterapia. Tratamento.	
Sujeito(s) da Pesquisa: Uma criança de 10 anos de idade com diagnóstico de TEA	
Alterações psíquicas: Transtorno do Espectro Autista	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cavalos	
Atividades desenvolvidas: não descritas.	
Possíveis riscos: não descritos.	
Possíveis benefícios: benefícios físicos, psíquicos, educacionais e sociais de pessoas com deficiências físicas ou mentais e/ou com necessidades especiais.	
Resultados observados: melhora na autonomia e nos relacionamentos sociais, flexibilidade e equilíbrio motor proporcionados pela equitação.	

APÊNDICE O

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Eficácia de intervenções assistidas por animais na prevenção da violência de doentes psiquiátricos agudos hospitalizados.	
Autor: MARQUES et. al	
Ano: 2015	Fonte Editorial: Revista de Enfermagem Referência
Afiliação Institucional: Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (Portugal)/Universidade do Porto (Portugal)	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: estudo quase-experimental	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Avaliar a eficácia de um programa de Intervenções Assistidas por Animais (cão) na prevenção de violência em unidades psiquiátricas de agudos.	
Palavras-chave: Violência. Prevenção de acidentes. Terapia assistida por animais. Hospitais psiquiátricos. Epidemiologia experimental.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 26 pacientes agudos psiquiátricos internos em um hospital geral com idades entre 18 e 65 anos	
Alterações psíquicas: Comportamentos agressivos em pacientes psiquiátricos	
Área de Pesquisa: Enfermagem	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães	
Atividades desenvolvidas: Atividades com bolas, bonecos, escovas e clicker.	
Possíveis riscos: Não descritos	
Possíveis benefícios: controle de estresse ambiental e de comportamentos agressivos.	
Resultados observados: O programa demonstrou ser eficaz, diminuindo a frequência e gravidade dos comportamentos agressivos e o recurso a psicofármacos. Não se obteve evidência de que influencia a sintomatologia psiquiátrica e experiência e expressão da ira.	

APÊNDICE P

IDENTIFICAÇÃO	
Título: <i>Intervenciones 132ssistidas por animales em neurorrehabilitación: uma revisión de la literatura más reciente</i>	
Autor: LASA et. al	
Ano: 2015	Fonte Editorial: Neurología
Afiliação Institucional: Universidad Complutense de Madrid (Espanha)/ Universidad Rey Juan Carlos (Espanha)/ Istituto Scientifico di Veruno (Itália)	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: revisão sistemática de literatura	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Analisar as publicações realizadas entre 2001 e 2012 nas revistas médicas mais importantes, relacionadas com o campo da reabilitação de doenças neurológicas, e discutir como encontrar a luz do que pode ser de interesse para neurologia.	
Palavras-chave: Terapia Assistida por animais. Animais de serviço. Sistema nervoso	
Sujeito(s) da Pesquisa: 0	
Alterações psíquicas: paralisia cerebral, transtornos generalizados do desenvolvimento, transtornos mentais.	
Área de Pesquisa: Fisiatria	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cavalo, cachorro, lhama, coelho e burro.	
Atividades desenvolvidas: Não descritas.	
Possíveis riscos: Não descritos.	
Possíveis benefícios: aumento da qualidade de vida, favorecimento da comunicação.	
Resultados observados: aumento da socialização e contato com o meio ambiente, redução do estresse e ansiedade.	

APÊNDICE Q

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Interação com Animais: fator protetor na ansiedade e autoestima de crianças em idade escolar?	
Autor: MENDES	
Ano: 2016	Fonte Editorial: Universidade da Madeira (Portugal)
Afiliação Institucional: Universidade da Madeira (Portugal)	
Tipo de publicação: Dissertação de Mestrado	
Tipo de pesquisa: estudo randomizado	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Descobrir se os animais de estimação seriam potenciais fatores protetores na ansiedade e na autoestima de crianças em idade escolar.	
Palavras-chave: Ansiedade. Autoestima. Animais de estimação	
Sujeito(s) da Pesquisa: 52 crianças com idades entre 10 e 12 anos.	
Alterações psíquicas: ansiedade e baixa autoestima	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: não houve intervenção, foi um estudo sobre a vivência com animais de estimação.	
Animal(is) coterapeuta(s): cão, gato, pássaro, tartaruga, peixe, galinha, pato	
Atividades desenvolvidas: Não houve atividades.	
Possíveis riscos: Não descritos.	
Possíveis benefícios: O contato regular com animais proporciona às crianças um alívio nos sintomas de depressão e ansiedade, e um bem-estar geral.	
Resultados observados: Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, porém, através do Questionário dos Animais foi possível concluir que os animais de estimação são potenciais fatores protetores na autoestima de crianças em idade escolar.	

APÊNDICE R

IDENTIFICAÇÃO	
Título: AAA: efeitos na comunicação e interação no ambiente escolar	
Autor: OLIVEIRA; ICHITANI; CUNHA	
Ano: 2016	Fonte Editorial: Distúrbios da Comunicação
Afiliação Institucional: PUC/SP	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: estudo de caso	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Descrever os efeitos da AAA em uma criança com problemas de comunicação e interação social no ambiente escolar.	
Palavras-chave: Terapia Assistida por Animais. Comunicação. Relações Interpessoais	
Sujeito(s) da Pesquisa: 01 criança com 11 anos de idade	
Alterações psíquicas: agressividade, hiperatividade, baixa concentração nas atividades escolares, isolamento, atraso no processo de aprendizagem	
Área de Pesquisa: Fonoaudiologia	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cão	
Atividades desenvolvidas: atividades motivacionais sobre concentração, paciência e persistência, como: solicitar comandos de obediência e ensinar novos comandos aos cães, brincadeiras com obstáculos, interagir com outros cães e cooperar com os colegas.	
Possíveis riscos: Não descritos.	
Possíveis benefícios: a AAA pode aumentar a capacidade de atenção/concentração e interação social desejável às dinâmicas grupais; habilidades generalizáveis a outros contextos interacionais.	
Resultados observados: Diminuição de comportamentos negativos, melhora na interação com o grupo.	

APÊNDICE S

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Terapia Assistida com cães em pediatria oncológica: percepção de pais e enfermeiros	
Autor: MOREIRA et. al	
Ano: 2016	Fonte Editorial: Revista Brasileira de Enfermagem
Afiliação Institucional: UFC; UFPI	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: Estudo qualitativo baseado na técnica de Observação Participante	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Apreender a percepção de profissionais da equipe de enfermagem e responsáveis por crianças e adolescentes com câncer acerca da Terapia Assistida com Cães.	
Palavras-chave: Enfermagem Pediátrica. Terapia Assistida por Animais. Oncologia. Adolescente Hospitalizado. Institutos de Câncer.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 6 membros da equipe de enfermagem e 10 adultos responsáveis acompanhantes de crianças e adolescentes que receberam visitas dos cães do hospital.	
Alterações psíquicas: estresse, ansiedade, irritação e desânimo frente ao tratamento do câncer	
Área de Pesquisa: Enfermagem	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cão	
Atividades desenvolvidas: visitas dos cães na brinquedoteca do hospital, os pacientes poderiam acariciar, brincar e tirar fotos com o animal.	
Possíveis riscos: Crianças e adolescentes com câncer são mais suscetíveis ao desenvolvimento de infecções. Deve-se ter o cuidado para não permitir que o cão lamba a pele, feridas ou dispositivos. Qualquer incidente com o animal deverá ser imediatamente informado à Comissão de Controle de Infecções do hospital.	
Possíveis benefícios: Aumentar autoestima, compensar déficits afetivos e estruturais, aumentar a concentração plasmática de endorfinas e diminuir a concentração plasmática de cortisol, substância que atua diretamente no estado de ansiedade. Melhora na comunicação entre a equipe de saúde, família e paciente.	
Resultados observados: A prática é reconhecida como benéfica para os participantes, mas estes não compreendem o verdadeiro objetivo terapêutico e aplicações. Associam-na apenas a algo que distrai e diverte, sem, no entanto, perceber que ali ocorre um processo mais complexo, que envolve mudanças além das emocionais, que são percebidas mais facilmente. Proporcionou melhora na	

comunicação das crianças com outras crianças e com a equipe de saúde, redução dos níveis de estresse e dos efeitos da depressão. diminuição da percepção da dor e da tensão do clima hospitalar.

APÊNDICE T

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia	
Autor: ZAMO; TRENTINI	
Ano: 2016	Fonte Editorial: Revista Psicologia: Teoria e Prática
Afiliação Institucional: UFRGS	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: Revisão sistemática de literatura	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Investigar as pesquisas empíricas em equoterapia publicadas entre 2004 e 2014.	
Palavras-chave: Psicologia. Eequoterapia. Revisão sistemática. Avaliação psicológica. Terapia assistida por cavalos.	
Sujeito(s) da Pesquisa: Não descritos.	
Alterações psíquicas: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Ansiedade Generalizada, Transtornos de Aprendizagem, Esquizofrenia.	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cavalo	
Atividades desenvolvidas: não descritas	
Possíveis riscos: não descritos	
Possíveis benefícios: auxiliar na aquisição e no desenvolvimento das funções psicomotoras em pessoas com transtornos de humor, da atenção e de ansiedade.	
Resultados observados: diminuição da ansiedade, ganhos em relacionamento social e em aspectos cognitivos.	

APÊNDICE U

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Um olhar da bioética para a zooterapia	
Autor: FISCHER; ZANATTA; ADAMI	
Ano: 2016	Fonte Editorial: Revista Latinoamericana de Bioética
Afiliação Institucional: Universidade Católica do PR/ UFPR	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: Estudo de caso	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Contextualizar social e eticamente o uso de animais como 138oterapeuta e refletir sobre a intervenção da Bioética na normatização de um problema complexo, global e plural, tendo como plano de fundo o estudo de caso envolvendo tutores, animais e crianças portadoras de distúrbios mentais.	
Palavras-chave: Atividade assistida por animais. Cinoterapia. Ética antropocêntrica utilitarista. Interação humano/animal. Terapia assistida por animais.	
Sujeito(s) da Pesquisa: entre 10 e 15 crianças e adolescentes com idade não especificada.	
Alterações psíquicas: Transtornos Invasivos de Desenvolvimento TDI (especificamente o autismo) e Deficiência Intelectual Leve – DIL.	
Área de Pesquisa: Biologia	
Tipo de Intervenção: A/TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães	
Atividades desenvolvidas: visitas/ atividades não especificadas	
Possíveis riscos: não relatados	
Possíveis benefícios: na cognição, aumentando o nível de leitura, autoconfiança, motivação e aceitação do outro, comunicação.	
Resultados observados: Foi relatado que crianças autistas se acalmaram após a terapia, tornando-se mais receptivas e as portadoras de deficiências intelectuais, mais comunicativas.	

APÊNDICE V

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Interação lúdica na atividade assistida por cães na pediatria	
Autor: Pereira et. al	
Ano: 2017	Fonte Editorial: Revista Enfermagem em Foco
Afiliação Institucional: Universidade Federal de Pelotas	
Tipo de publicação: artigo	
Tipo de pesquisa: estudo descritivo, exploratório e de caráter transversal.	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Verificar a interação lúdica entre crianças e cães na Atividade Assistida por Animais.	
Palavras-chave: Atividade Assistida por Animais. Criança hospitalizada. Enfermagem Pediátrica.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 14 crianças internadas na pediatria de um hospital universitário, com idades entre 02 meses e 11 anos.	
Alterações psíquicas: Manejo da dor e redução do estresse	
Área de Pesquisa: Enfermagem	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães	
Atividades desenvolvidas: seguravam os cães no colo, conduziram-nos na guia, escovaram os pelos dos animais e brincaram com o estetoscópio.	
Possíveis riscos: não relatado	
Possíveis benefícios: atividades de lazer, relaxamento, diversão, interação lúdica e promoveu atmosfera acolhedora no referido contexto.	
Resultados observados: A IAA promoveu o bem-estar das crianças, proporcionou descontração, alegria e desvio da atenção sobre o fato de estarem hospitalizadas. As crianças tornaram-se mais comunicativas e sentiram prazer em brincar com os cães. Para o hospital, mostrou motivação e o engajamento da equipe de saúde e demais profissionais, em uma perspectiva de trabalho colaborativo, trouxe satisfação a toda equipe.	

APÊNDICE W

IDENTIFICAÇÃO	
Título: O cão como aspecto motivador de crianças com transtorno do espectro autismo	
Autor: NOGUEIRA et. al	
Ano: 2017	Fonte Editorial: Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación
Afiliação Institucional: Universidade Federal de Pelotas	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: estudo experimental transversal	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: verificar se a presença do cão na sessão terapêutica com crianças com TEA seria um aspecto motivador	
Palavras-chave: Motivação. Terapia assistida por animais. Transtorno do espectro do autismo.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 24 crianças entre 3 e 10 anos de idade	
Alterações psíquicas: Transtorno do Espectro do Autismo – TEA	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cães	
Atividades desenvolvidas: o cão era introduzido na sessão para a criança interagir livremente com ele	
Possíveis riscos: Não relatados	
Possíveis benefícios: promove a socialização e afetividade através do contato direto entre criança-animal; facilita o desenvolvimento de vínculos e estimula a interação social, de forma que com o passar do tempo se estabeleça aquisições funcionais significativas.	
Resultados observados: Aumento da interação social através do aumento de regras sociais como a saudação e a despedida, a capacidade de imitação de gestos a reciprocidade emocional, a expressão de sentimentos e emoções. Além de outros aspectos, como a motricidade global, quando comparadas ao uso do método de psicoterapia sem o cão. Verificou-se que o cão coterapeuta facilitou a socialização e afetividade, promovendo desenvolvimento de vínculos e a expressão de emoções.	

APÊNDICE W

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Reabilitação neuropsicológica dos transtornos do neurodesenvolvimento na equoterapia: revisão sistemática	
Autor: SANTOS; ZAMO	
Ano: 2017	Fonte Editorial: Revista de Psicologia da IMED
Afiliação Institucional: Faculdade de Desenvolvimento do RS/Centro Universitário FADERGS - <i>Laureate International Universities</i>	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: revisão sistemática de literatura	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Analisar a eficácia da Equoterapia, com crianças e adolescentes, nos casos clínicos dos Transtornos do Neurodesenvolvimento.	
Palavras-chave: Neuropsicologia. Equoterapia. Transtornos do neurodesenvolvimento.	
Sujeito(s) da Pesquisa: Não especificado	
Alterações psíquicas: Transtornos do Neurodesenvolvimento	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cavalos	
Atividades desenvolvidas: Não descritas.	
Possíveis riscos: Não descritos	
Possíveis benefícios: Diminuição do nível de ansiedade, melhora na concentração e na autopercepção causados pelo passo ritmado do cavalo. Sentimentos de autonomia e autoconfiança, pois apesar do cavalo ser grande e forte, ele demonstra bastante docilidade e submissão quando bem treinado.	
Resultados observados: “mostrou-se eficaz nos transtornos pesquisados, apresentando melhora nas habilidades sociais, processamento sensorial, habilidades comportamentais, cognição e humor: sintomas depressivos.” (p. 1).	

APÊNDICE X

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Terapia Assistida por Animais e os Transtornos do Neurodesenvolvimento	
Autor: MARINHO; ZAMO	
Ano: 2017	Fonte Editorial: Estudos e Pesquisas em Psicologia
Afiliação Institucional: Centro Universitário FADERGS	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: revisão crítica da literatura	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Levantar, por meio de construções teórico-científicas, os benefícios que a Terapia Assistida por Animais (TAA) pode gerar quando utilizada para tratamento com crianças que apresentam algum comprometimento neurodesenvolvimental.	
Palavras-chave: TAA. Animais. Crianças. Transtornos. Psicologia.	
Sujeito(s) da Pesquisa: Não descritos	
Alterações psíquicas: Transtornos do Neurodesenvolvimento	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): Cães e cavalos	
Atividades desenvolvidas: não descritas	
Possíveis riscos: não descritos	
Possíveis benefícios: ajuda a promover melhoras cognitivas, físicas, emocionais e sociais.	
Resultados observados: Desenvolvimento afetivo e emocional, o que melhora a autoimagem e autoestima, aumento do senso de responsabilidade, a interação com o animal possibilita a liberação de emoções, aumento da concentração e desperta o interesse em aprender sobre animais e ambiente, e conseqüentemente melhora no aprendizado em geral.	

APÊNDICE Y

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Terapia assistida por animais no conceito de clínica ampliada no acompanhamento de pacientes esquizofrênicos	
Autor: SANTOS; PAULA	
Ano: 2017	Fonte Editorial: Revista Brasileira de Ciências da Vida
Afiliação Institucional: Faculdade Ciências da Vida - FCV/MG	
Tipo de publicação: artigo	
Tipo de pesquisa: revisão bibliográfica	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Apresentar se há contribuições da Terapia Assistida por Animais, quando associada ao conceito de clínica ampliada, para as pessoas acometidas de sofrimento psíquico, com ênfase na esquizofrenia.	
Palavras-chave: Esquizofrenia. Clínica Ampliada. Terapia Assistida por Animais (TAA).	
Sujeito(s) da Pesquisa: Não descritos	
Alterações psíquicas: esquizofrenia	
Área de Pesquisa: Psicologia	
Tipo de Intervenção: TAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cães e cavalos	
Atividades desenvolvidas: não descritas	
Possíveis riscos: não descritos	
Possíveis benefícios: Redução dos níveis de agressividade, aumento da socialização, melhora da autoestima e concentração, aceitação de suas próprias limitações e do outro.	
Resultados observados: relacionados ao aumento da autoestima e qualidade de vida, porém enfatiza que este não pode ser o único tratamento terapêutico uma vez que a TAA não se mostrou eficaz para a diminuição de todos os sintomas psiquiátricos envolvidos.	

APÊNDICE Z

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Efeitos da AAA nas condutas comunicativas de idosos: abordagem fonoaudiológica	
Autor: OLIVEIRA; CUNHA	
Ano: 2017	Fonte Editorial: Distúrbios da Comunicação
Afiliação Institucional: PUC – SP	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: estudo clínico-qualitativo	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Descrever os efeitos da Atividade Assistida por Animais (AAA) nas condutas comunicativas de idosos	
Palavras-chave: Fonoaudiologia. Terapia Assistida por Animais. Cães. Idoso. Comunicação.	
Sujeito(s) da Pesquisa: 6 pessoas de ambos os sexos com idades entre 61 e 92 anos.	
Alterações psíquicas: problemas de socialização e comunicação.	
Área de Pesquisa: Fonoaudiologia	
Tipo de Intervenção: AAA	
Animal(is) coterapeuta(s): cão	
Atividades desenvolvidas: interação, contato físico e alimentação do animal com o objetivo de resgatar lembranças passadas com animais.	
Possíveis riscos: Não descritos.	
Possíveis benefícios: melhora na cognição e nos relacionamentos sociais, autonomia, funções psicológicas e amenização dos sintomas depressivos	
Resultados observados: Estabelecimento e fortalecimento dos vínculos interpessoais, caracterizado pela melhora na comunicação dialógica e não verbal.	

APÊNDICE A1

IDENTIFICAÇÃO	
Título: Educação ambiental e construção de aprendizagens: um olhar bioecológico	
Autor: BASEGIO et. al	
Ano: 2018	Fonte Editorial: Revista Textura
Afiliação Institucional: UNILASALLE/RS	
Tipo de publicação: Artigo	
Tipo de pesquisa: Estudo de caso	
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	
Objetivo: Desenvolver aprendizagens evolutivas de incentivo às múltiplas linguagens e aos processos de construção de conhecimentos na relação homem-animal, sob a perspectiva da Educação Ambiental (EA), na tentativa de superar reducionismos e fragilidades desta interdependência vital no mundo.	
Palavras-chave: Teoria bioecológica; Construção de Aprendizagens; Educação Ambiental	
Sujeito(s) da Pesquisa: 10 crianças com idades entre 5 e 10 anos	
Alterações psíquicas: Necessidades educativas especiais de pessoas com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista – TEA.	
Área de pesquisa: Educação	
Tipo de Intervenção: EAA	
Animal (is) coterapeuta (s): cães	
Atividades desenvolvidas: interação com o animal de maneira livre em local com espaço aberto e brinquedos, em seguida, os participantes são solicitados a ajudarem na organização do espaço e depois é feito momentos de relaxamento com contação de histórias e músicas e as crianças são solicitadas a relatar suas vivências com os animais de maneira verbal ou gestual.	
Possíveis riscos: Não relatados	
Possíveis benefícios: enfoque mais humanista, holístico e participativo. A interação homem-animal tem um potencial terapêutico.	
Resultados observados: mostrou avanços significativos no desenvolvimento humano e nos processos de aprendizagem evolutivos dos Sujeito(s) com deficiências.	